

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

RECURSO – Gabarito/Questão de Prova

INSCRIÇÃO	NOME	RESPOSTA	SITUAÇÃO
19889	ADILSON GOMES DE PROENÇA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos, DEFIRO OS RECURSOS no tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
13381	ADRIANE CRISTINA DE MIRANDA	A temática da medicalização é uma discussão contemporânea fundamental ao campo da psicologia e da saúde mental e é aderente ao tema Psicopatologia, previsto no edital.	INDEFERIDO
22623	ADRIANE DE FREITAS FERRARI	As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para se evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo. 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada no caput do art 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora."	IMPROCEDENTE
23377	AFONSO HENRIQUE H. DERING	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23377	AFONSO HENRIQUE H. DERING	No conteúdo programático consta "Saúde Coletiva". Ademais, o cerne da questão é "compreende-se a Territorialização como uma (...)". Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
22684	ALAN DINIS MICHELS	questão anulada.	DEFERIDO
22684	ALAN DINIS MICHELS	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO
22684	ALAN DINIS MICHELS	questão anulada.	DEFERIDO
22754	ALANA FINGER RIZZARDI	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
20164	ALETE VORNES RIBEIRO	Conforme a pergunta coloca é de RESPONSABILIDADE de quem a fiscalização dos Serviços Privados? A responsabilidade é do município, mesmo quando o município não tem capacidade técnica em vistoriar, solicita ao Estado esta parceria, não exclui a responsabilidade do município em cuidar de serviços no seu território, mesmo o Estado colaborando nestas fiscalizações cabe a responsabilização do Gestor Municipal, pois estes estão dentro de seu território de abrangência.	INDEFERIDO
20164	ALETE VORNES RIBEIRO	Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e antenatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.	INDEFERIDO
20164	ALETE VORNES RIBEIRO	Troca de gabarito de A para D.	DEFERIDO
14727	ALEX LOURIVAL DA SILVA JUNIOR	Reproduz-se parte do edital:Atividade Física na Saúde e na Doença. Doenças crônicas: classificação, conceituação, epidemiologia, etiologia, fisiologia, fisiopatologia, prescrição do exercício e prevalência. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
14727	ALEX LOURIVAL DA SILVA JUNIOR	Reproduz-se parte do edital:Atividade Física na Saúde e na Doença. Doenças crônicas: classificação, conceituação, epidemiologia, etiologia, fisiologia, fisiopatologia, prescrição do exercício e prevalência. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
14727	ALEX LOURIVAL DA SILVA JUNIOR	Reproduz-se parte do edital:Atividade Física na Saúde e na Doença. Doenças crônicas: classificação, conceituação, epidemiologia, etiologia, fisiologia, fisiopatologia, prescrição do exercício e prevalência. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

		<p>O contexto das espécies de omissões administrativas (genérica e específica) no âmbito do instituto da responsabilidade civil extracontratual do Estado já se tornou bem conhecido na doutrina e na própria jurisprudência brasileiras, de maneira que a passagem doutrinária apresentada pelo candidato recorrente não aborda essa questão técnica. Importante ressaltar que as questões devem ser respondidas também com base nos conhecimentos jurisprudenciais sobre a matéria, que constitui o campo propriamente aplicativo do direito. Dessa forma, ficou assentado que nas condutas omissivas genéricas o Estado responderá pela teoria subjetiva, ao passo que nas condutas omissivas específicas a Administração se submete à teoria objetiva do risco administrativo, conforme se verifica na sequência:</p> <p>Processo:0301082-59.2016.8.24.0043 Relator:Carlos Roberto da Silva Origem:Mondai Orgão Julgador:Sétima Câmara de Direito Civil Julgado em:24/10/2019 Juiz Prolator:Eduardo Bonnassis Burg Classe:Apelação Cível</p>	
22492	ALEXANDRE ANDRIONI DA CUNHA	<p>APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE CONDENOU A PARTE RÉ AO PAGAMENTO POR DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES. INSURGÊNCIA DA RÉ. PLEITO DE REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO. FALTA DE ESPECIFICIDADE. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DO PEDIDO COM AS RAZÕES RECURSAIS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO. SUSCITADA A APLICAÇÃO DERESPONSABILIDADESUBJETIVA AO CASO. REJEIÇÃO. SERVIÇO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE RODOVIAS. INCIDÊNCIA DO ART. 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.RESPONSABILIDADEOBJETIVA. DEVER DE AGIR DA CONCESSIONÁRIA DE SINALIZAÇÃO DA PISTA. CONDUTA OMISSIVA QUE SE CONFIGURA COMO INÉRCIA DE OBRIGAÇÃOESPECÍFICA.IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR À HIPÓTESE ARESPONSABILIDADESUBJETIVA POROMISSÃOGENÉRICA.DECISÃO ESCORREITA QUANTO AO PONTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DEOMISSÃO POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. NÃO ACOLHIMENTO. RODOVIA ADMINISTRADA PELA DEMANDADA EM PROCESSO DE DUPLICAÇÃO. TRECHO DO ACESSO DA PISTA SIMPLES À PARTE DUPLICADA QUE EXIGE AMPLA SINALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DEFENSA DIVIDINDO A PISTA DUPLA QUE IMPLICA EM UM DESVIO POR PARTE DO CONDUTOR QUE TRAFEGA NAQUELA DIREÇÃO. CAMINHÃO E SEMI-REBOQUE CONDUZIDOS POR PREPOSTO E DE PROPRIEDADE DA TRANSPORTADORA DEMANDANTE QUE COLIDIU COM A REFERIDA DEFENSA E VEIO A TOMBAR NA SEQUÊNCIA. FOTOGRAFIAS QUE EXIBEM O LOCAL DO INFORTÚNIO NA OCASIÃO. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA INDICANDO A VARIAÇÃO DAS PISTAS. SUSTENTADA A PRESENÇA DE UM CONE NO LOCAL. OBJETO INSUFICIENTE A COMPORTAR A FUNÇÃO DE ADVERTIR OS CONDUTORES ACERCA DA NECESSIDADE DE MANOBRA DE DESVIO. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE AGIR DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE AOMISSÃO[...]</p>	IMPROCEDENTE
22492	ALEXANDRE ANDRIONI DA CUNHA	<p>A alternativa "A" da questão n. 38 não é correta porque estabelece que o poder de polícia da Administração Pública pode ser delegado, o que não possui consistência jurídica em razão de tal prerrogativa administrativa representar autêntico poder de império do Estado que não pode ser transferido aos particulares por meio do regime de concessão ou permissão de serviços públicos. Tal delegação não se confunde com o exercício da polícia administrativa por entidades que fazem parte da Administração Pública, que recebem, por meio de lei, a respectiva outorga da atividade de polícia. Sobre a indelegabilidade do poder de polícia aos particulares, citam-se o acórdão do STF na ADI 1.717, publicado em 28/03/2003 e o acórdão preferido pelo STJ no REsp 817534 publicado em 10/12/2009. Somado a essas decisões, a doutrina do direito administrativo é firme pela impossibilidade de delegação do poder de polícia aos particulares, conforme se verifica das lições de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo. 31 ed.): "Quanto à indelegabilidade do exercício do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, essa característica tem sido reconhecida pela jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, com base no argumento de que, em se tratando de atividade típica do Estado, só pode ser por este exercida. Com efeito, o poder de polícia envolve o exercício de prerrogativas próprias do poder público, especialmente a repressão, insuscetíveis de serem exercidas por um particular sobre o outro." Em importante consideração, a mesma doutrina afirma que "Não se pode deixar de mencionar, no entanto, a existência de entendimento favorável à delegação de atividades de polícia exclusivamente materiais, desde que não envolvam o exercício de autoridade por um particular sobre o outro cidadão. Seria o caso, por exemplo, da instalação de infraestrutura necessária para o exercício do poder de polícia, a colocação de sinalizações, a pura fiscalização (sem aplicação de sanções). Tal entendimento, que serve para justificar situações concretas já verificadas na prática administrativa, deve ser aceito com cautela, tendo em vista a dificuldade de distinguir a mera execução material do efetivo ato de polícia, privativo do poder público."</p>	IMPROCEDENTE
19694	ALEXANDRO ANACLETO AGUIAR E SILVA	<p>Não se refere à questão 1.</p>	IMPROCEDENTE
16361	ALINE CRUZ	<p>Prezado, A questão 21 do concurso foi elaborada com base no conteúdo do livro intitulado "Organização da Informação na Web", de autoria do Prof. Ailton Feitosa. A resposta da questão foi extraída da página 64 do respectivo livro, mais precisamente, no terceiro parágrafo da página 64. Ainda que o proponente deste recurso aponte outra fonte, não há equivalência com a questão sugerida como correta, pois a alternativa B possui a indicação de "Fornecer um conjunto estruturado de elementos com vista à ativação do acesso a recursos informacionais.", sendo que em nenhum conteúdo é mencionado que o RDF possui o propósito de proporcionar o acesso, como foi colocado propositalmente na questão em voga.Recomendo a releitura das próprias alíneas citadas, ao mencionarem que: - É proposto para situações onde as informações necessitam ser processadas por aplicações -Provê uma estrutura comum para expressar informações que podem ser trocadas entrediferentes aplicações sem perda de significado. Sendo assim, dou como indeferido o pedido.</p>	INDEFERIDO
20000	ALINE DA CONCEIÇÃO	<p>Atribuição dos professores e ou destinada aos professores não mudam o gabarito nem mesmo o sentido da questão. Indeferido.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

20000	ALINE DA CONCEIÇÃO	A falta de compreensão da candidata não anula a questão. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
14295	ALINE SANTANA ARAGAO DA COSTA	<p>Em relação à questão 15 - recurso indeferido: O calculo do juros é sobre o valor nominal do boleto e não sobre o valor com desconto, como indicado na questão - "após o vencimento, há um acréscimo com juros na taxa de 0,20% por dia de atraso (juros simples), sobre o valor nominal" Assim, valor à vista: R\$ 784,50 - 10% = R\$ 706,05, valor com atraso de 10 dias 784,50 + 784,50-0,002-10 = R\$ 800,19, logo a diferença é de R\$ 94,14 - alternativa D. Em relação à questão 30 - recurso indeferido: As alternativas A e D são diferentes, a alternativa A inclui 3/2 como solução pois usa colchetes, enquanto que a alternativa D usa parênteses e portanto, não inclui 3/2 na solução. O valor 3/2 não é solução pois torna a inequação $(2x-3)(3x-6) = 0$ e não menor que zero. Logo a alternativa correta é a letra D. Em relação à questão 39 - questão anulada. Em relação à questão 18 - recurso indeferido. Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	DEFERIDO PARCIALMENTE
20685	ALINI CRISTINA DOS SANTOS	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20685	ALINI CRISTINA DOS SANTOS	questão anulada.	DEFERIDO
23275	ALISSON KUNDE DE MORAIS	<p>Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
18664	ALLAN DAS CHAGAS BRITTO	<p>Análise- A questão não nega a contribuição portuguesa, como um todo, mas deve-se aos açorianos, saídos do Arquipélago dos Açores (descoberto pelos portugueses), a ocupação dessa região catarinense e a herança deixada. Quando os primeiros casais de açorianos chegaram no início de 1748, tanto o atual território de Santa Catarina como o sul do Brasil eram um lugar vazio e sem povoamento. Foram os açorianos que aqui construíram suas casas, constituíram família e deixaram a marca de sua cultura. Ademais, das alternativas apresentadas na questão, não constava &ldquo;Portuguesa&rdquo;. O recurso deve ser indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
13005	ALLAN WAGNER VARELA DIAS	A questão não precisa ser anulada apenas deve ser feita uma troca de gabarito. A alternativa correta é a letra A.	DEFERIDO PARCIALMENTE
13005	ALLAN WAGNER VARELA DIAS	A questão não precisa ser anulada apenas deve ser feita uma troca de gabarito. A alternativa correta é a letra A.	DEFERIDO PARCIALMENTE
20744	ALYSSON LANG	A fonte da informação está indica na questão: o Atlas da Mata Atlântica Quanto à solução 16,2 milhões corresponde à 12,4% da área original então a área original é de $16,2/0,124 = 130,6$ - alternativa D.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15035	AMABIA BRAGA STEINDORF	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15035	AMABIA BRAGA STEINDORF	<p>Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO
15035	AMABIA BRAGA STEINDORF	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\\$ 800,19$</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
21043	AMANDA CONCEIÇÃO DE FRANÇA	<p>Sem justificativa para interposição de recurso.</p>	IMPROCEDENTE
21125	AMANDA DA SILVA	<p>Ao contrário do afirmado pelo recorrente, a questão foi expressa ao afirmar que a doença que acomete Pedrinho o incapacita de forma permanente.</p> <p>Assim, por certo, o fato de ele completar 18 anos não o tornará automaticamente capaz, já que a incapacidade, no caso, advém da sua condição de saúde, e não da sua idade, razão pela qual é rigorosamente inaplicável ao caso o art. 5º do Código Civil.</p> <p>O recurso, por essas razões, merece indeferimento.</p>	INDEFERIDO
20320	AMANDA LÓPES	-	IMPROCEDENTE
20320	AMANDA LÓPES	-	IMPROCEDENTE
19463	ANA CAROLINA DE MELO SERPA	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\\$ 800,19$</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
19463	ANA CAROLINA DE MELO SERPA	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\\$ 800,19$</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
19119	ANA CAROLINA TORINELLI	<p>É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".</p>	INDEFERIDO
19119	ANA CAROLINA TORINELLI	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.</p>	DEFERIDO
24066	ANA FLÁVIA DE AMORIM	<p>A questão se referia explicitamente a lançamentos contábeis. Desse modo, observa-se o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e os lançamentos demonstrados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Nesse contexto, verifica-se que o lançamento tributário não gera lançamentos contábeis no sistema orçamentário, visto que o registro da receita orçamentária segue o regime de caixa, ou seja, contabilmente no sistema orçamentário, registra-se apenas a previsão e a arrecadação da receita orçamentária. O recurso não é procedente.</p>	INDEFERIDO
23046	ANA LIVIA MONTEIRO PINHEIRO	<p>Recurso deferido. A alternativa correta é a D.</p>	DEFERIDO
16658	ANA PAULA DE OLIVEIRA	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

20483	ANA PAULA DOS SANTOS PORTO	MUSEU - DEFINIÇÃO Instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor artístico, histórico etc.	INDEFERIDO
20483	ANA PAULA DOS SANTOS PORTO	<p>No caso da afirmação I o questionamento do requerente procede pois verifica-se um erro de digitação está secundário e industrial, o correto seria secundário ou industrial</p> <p>Para a afirmação III</p> <p>Conforme ANDRADE, J. V. de., no livro Turismo Fundamentos e Dimensões, 2002, p. 101 &ndash; 102), &ldquo;a oferta turística se forma pelo conjunto dos diversos recursos que o receptivo possui para serem utilizados em atividades designadas como turísticas. Por sua estrutura e natureza, ela apresenta as seguintes características: - não admite estocagem ou reserva;- seus recursos são estáveis e consumidos no próprio receptivo em que são produzidos e comercializados; Seus recursos são estáticos: não podem ser transportados em seu todo ou em partes significativas, sem alterações no próprio conjunto do potencial; - os recursos são imóveis: os turistas é que se deslocam para usufruí-los;- a oferta turística é rígida e inadaptável, pois não possui flexibilidade suficiente para qualquer outra utilização, sem correr riscos de descaracterização;- a oferta turística é sensivelmente dependente da concorrência de mercado e da vontade do cliente, que vê o turismo como supérfluo ou produto substituível e mesmo dispensável; - os sucessos cultural e comercial dependem da qualidade e do grau de união e de colaboração de significativa série de fatores relacionados à oferta e ao funcionamento dos bens e serviços, sua qualificação e seus preços.</p> <p>Com estas considerações a questão não apresenta alternativa de resposta e deve ser anulada</p>	DEFERIDO PARCIALMENTE
13844	ANA PAULA FERREIRA	<p>O candidato calculou corretamente que cada convidado irá tomar 400 ml de chope mas não respondeu a questão que é:</p> <p>"a quantidade de chope a menos que cada um poderá beber, em relação à quantidade inicial será, em ml, de"</p> <p>Como inicialmente eram 600 ml, tem-se $600 - 400 = 200$ ml - alternativa D.</p>	INDEFERIDO
13835	ANA PAULA FERREIRA	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então $784,50 \cdot 10\% = R\\$ 78,45$</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\\$ 800,19$</p> <p>Logo, $R\\$ 800,19 \cdot 10\% = R\\$ 80,019$ e o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p> <p>Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa.</p>	INDEFERIDO
13835	ANA PAULA FERREIRA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
13835	ANA PAULA FERREIRA	<p>A solução da inequação são os números reais entre $\frac{3}{2}$ e 2, sem incluir $\frac{3}{2}$ e 2 pois trata-se de uma inequação que não inclui resultados iguais a 0, apenas menores que zero.</p> <p>A solução da inequação são os números reais maiores que $\frac{1}{2}$, nem incluir $\frac{1}{2}$ pois ele torna o denominador nulo.</p> <p>Assim, o intervalo real que possui os possíveis valores de x que tornam verdadeiras as duas inequações ao mesmo tempo está entre $\frac{3}{2}$ e 2 sem incluir-los.</p> <p>Logo, sem incluir esses números, o intervalo deve ser representado usando parênteses e não colchetes. Sendo assim, há apenas uma alternativa correta, alternativa D, pois a alternativa A inclui o $\frac{3}{2}$ como solução.</p>	INDEFERIDO
13835	ANA PAULA FERREIRA	Questão anulada	DEFERIDO
14207	ANA VERONICA MACHADO BERLATO	<p>Das 10 partidas, 2 foram derrotas que não somam pontos. Logo os 18 pontos são resultado de 8 partidas, entre empates (1 ponto) e vitórias (3 pontos).</p> <p>Sendo V a quantidade de vitórias e E a quantidade de empates tem-se que $E = 8 - V$ (o número de empates é igual a 8 partidas menos as vitórias).</p> <p>Os 18 pontos são resultado de $3 \cdot V + 1 \cdot E$. Assim:</p> <p>$3 \cdot V + E = 18$</p> <p>$3V + 8 - V = 18$</p> <p>$2V = 18 - 8$</p> <p>$2V = 10$</p> <p>$V = 5$</p> <p>A questão pede: "pode-se afirmar que a quantidade de vitórias foi", há uma única resposta 5 vitórias - alternativa C.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14207	ANA VERONICA MACHADO BERLATO	"Como" está no sentido de conforme, por isso conformidade, como se vê em:"Como o próprio nome já diz...", ou seja, "Conforme o próprio nome já diz...". Como, em relação à sintaxe, pode introduzir orações subordinadas adverbiais decausa, comparação ou conformidade somente.	INDEFERIDO
14207	ANA VERONICA MACHADO BERLATO	"Como" está no sentido de conforme, por isso conformidade, como se vê em:"Como o próprio nome já diz...", ou seja, "Conforme o próprio nome já diz...". Como, em relação à sintaxe, pode introduzir orações subordinadas adverbiais decausa, comparação ou conformidade somente.	INDEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo, não de explicação.	INDEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão 33, esclarecemos que ele é impropriedade, visto que a palavra ‘estabelecer’ é um verbo transitivo direto que, de acordo com o Dicionário Aurélio significa . Já a palavra “operar” é também um verbo transitivo direto, associado a fazer alguma coisa; produzir; executar; obrar; realizar. Desta forma considera-se o recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão, esclarecemos que ele é impropriedade, visto que apresenta definições gerais utilizadas para a classificação de vias urbanas, não associadas ao código urbanístico municipal do município de Porto Belo, visto que este não estava contemplado no conteúdo programático do edital. Recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 33, esclarecemos que ela está associada ao seguinte conteúdo programático: “Estudo e Avaliação de Impactos Ambientais”. Portanto, recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
18630	ANDERSON CARLOS XAVIER	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19063	ANDRÉ FELIPE ESTEVES	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16441	ANDRE LUIZ ROSELINDO	A resposta adequada é a letra E.	DEFERIDO
19530	ANDRÉA DE ANDRADE	O referido documento citado na questão, aponta no item 4.1.5 da p.49 como forma de conduzir e mediar o trabalho pedagógico por meio da organização de práticas abertas às iniciativas, aos desejos e às formas próprias de agir das crianças, constituindo um rico contexto de aprendizagens significativas. Indeferido.	INDEFERIDO
22315	ANDRÉA DE ANDRADE	"Como" está no sentido de conforme, por isso conformidade, como se vê em:"Como o próprio nome já diz...", ou seja, "Conforme o próprio nome já diz...". Esta é a oração subordinada!	INDEFERIDO
16919	ANDREA NARA PEIXER	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16919	ANDREA NARA PEIXER	questão anulada.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16919	ANDREA NARA PEIXER	A questão foi específica a respeito do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), traz em seu texto a seguinte redação no item 3.5.14 da p.46: "administrar as medicações as crianças quando feitas por indicação médica em receituário e, quando necessário, procurar orientação". Indeferido.	INDEFERIDO
16919	ANDREA NARA PEIXER	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
23802	ANDREI DIAS ANDRES	Não se pode afirmar que tal questão seja "improdutiva", por possuir exemplos outros corretos na prova. Até porque, se fosse verdade, todos os candidatos teriam acertado a resposta. O conhecimento do candidato era tão necessário que, até para dizer que as datas contidas nas folhas da prova, mencionadas, estavam corretas, o candidato demonstra conhecimento da regra da vírgula em datas.	IMPROCEDENTE
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	No mínimo indica menor valor. A nota mínima deve ser 6,5(alternativa C) uma vez que: $(6 \cdot 2 + 8 \cdot 4 + 6,5 \cdot 4) / 10 = 70 / 10 = 7,0$	INDEFERIDO
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	A questão insere-se na temática "História, princípios, práticas e atribuições da Orientação Educacional" constante no conteúdo programático do presente edital. Indeferido.	INDEFERIDO
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	A questão insere-se na temática "Teorias educacionais: concepções pedagógicas" constante no conteúdo programático do presente edital. Indeferido.	INDEFERIDO
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	Análise- A única alternativa que responde à questão 17 é a alternativa (A) Empatia. “Empatia: é a capacidade de se colocar no lugar do outro. Somente as pessoas maduras conseguem estabelecer a empatia”. Para o enunciado da questão, as demais alternativas estão incorretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	A questão insere-se na temática "Teorias educacionais: concepções pedagógicas" constante no conteúdo programático do presente edital. Indeferido.	INDEFERIDO
23578	ANDRESSA NAKAMURA ASSALIN	A questão insere-se nas temáticas "Planejamento, currículo e avaliação. Currículo. Avaliação". Indeferido	INDEFERIDO
24338	ANDREY REIS DA SILVA	A questão foi formulada considerando a realidade da maioria dos municípios, em que não há Tribunal de Contas Municipal, assim como ocorre em Porto Belo. No entanto, sabe-se que em alguns municípios há Tribunal de Contas Municipal. Como o enunciado não especificou os municípios, entende-se que pode haver dúvidas entre as duas alternativas apontadas. Portanto, deferiu-se o recurso, anulando a questão.	DEFERIDO
24338	ANDREY REIS DA SILVA	O enunciado é claro, ao solicitar, "As vírgulas usadas no trecho pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor. serviram para separar...". Não procede a solicitação, pois não se poderia analisar o primeiro trecho, pois a vírgula estaria erroneamente separando o verbo de seu complemento, tampouco o terceiro trecho, cuja vírgula também, erroneamente, estaria sendo usada para separar o complemento verbal de seu verbo na oração.	INDEFERIDO
14306	ANGÉLICA BOVO DE CARVALHO	Questão 15: A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento - alternativa E. Questão 18: não é uma questão de raciocínio lógico	INDEFERIDO
20711	ANTONIO ANTUNES DA CRUZ DE BARROS	As reações adversas mais comuns (incidência ≥5% em qualquer grupo de dosagem e pelo menos duas vezes o índice de placebo) em pacientes tomando LATUDA como monoterapia foram acatisia, sintomas extrapiramidais, sonolência, náusea, vômito, diarreia e ansiedade; Isso posto, alteração de gabarito para letra C.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15142	ARON AROLD DE SOUZA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
13977	AVELINO DOS SANTOS NETO	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	questão anulada.	DEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	O sucesso do tratamento, com consequente redução da letalidade, está diretamente relacionado à precocidade de sua introdução e à especificidade do antimicrobiano prescrito. A terapêutica é empregada rotineiramente por um período de 7 dias, devendo ser mantida por 3 dias, após o término da febre. http://saude.gov.br/saude-de-a-z/febre-maculosa	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	O sucesso do tratamento, com consequente redução da letalidade, está diretamente relacionado à precocidade de sua introdução e à especificidade do antimicrobiano prescrito. A terapêutica é empregada rotineiramente por um período de 7 dias, devendo ser mantida por 3 dias, após o término da febre. http://saude.gov.br/saude-de-a-z/febre-maculosa	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	questão anulada.	DEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	A referida portaria ainda está em consulta pública, não tendo sido portanto validada pela autoridade local. Ademais, não existe ALTA correlação de resistência antimicrobiana associada à tiamulina, como menciona a afirmativa. A autoridade americana e a canadense inclusive mantiveram o uso desta molécula como agente melhorador de performance.	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	Os gatos vivem em colônias matriarcais e são territorialistas. Embora sobrevivam mais facilmente que os cães às condições adversas do meio ambiente, quando sem controle eles também procuram se estabelecer em locais onde haja oferta de alimento, como parques, cemitérios e jardins, locais frequentes de abandono de gatos. http://www.saude.sp.gov.br/resources/ccd/publicacoes/publicacoes-ccd/manuais-normas-e-documentos-tecnicos/manuaisnormasedocumentostecnicos1_-_manual_de_controle_de_populacoes_de_caes_e_gatos_no_estado_de_sao_paulo_-_2009.pdf Ademais, as outras 2 assertivas são verdadeiras	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	Pessoas a partir de 9 (nove) meses a 59 anos de idade: Administrar 1 (uma) dose única. http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/22/Instrucao-Normativa-Calendario-Vacinacao-Site.pdf	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	Não há erro na assertiva https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/36604/1/AAC-Importancia-das-endoparasitoses.pdf	INDEFERIDO
16326	BARBARA STENZEL	Sugere-se leitura: https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/2473/art_ISHIZUKA_Prevencao_controle_de_roedores_parte_2.pdf?sequence=1&isAllowed=y	INDEFERIDO
18804	BIANCA TOLENTINO DE SOUZA	Troca de gabarito de A para D.	DEFERIDO
21516	BIBIANA PETRÔ	http://guiadolitoral.uol.com.br/bombinhas-sc.html	INDEFERIDO
21516	BIBIANA PETRÔ	A definição neste segmento do estudo do turismo pode variar de acordo com o ponto de vista e foco de cada autor. De acordo com Leandro LEMOS (1999), “demanda turística podemos entender: a quantidade de bens e serviços que um consumidor/turista está apto e disposto a adquirir: por determinado preço, com determinada quantidade, por determinado período de tempo e em determinado local”. Portanto, está correta a resposta: Demanda turística.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21516	BIBIANA PETRÓ	O Inventário da Oferta Turística consiste no levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infra-estrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. Mais informações http://inventario.turismo.gov.br/invtur/jsp/sobre_invntur/	INDEFERIDO
14506	BRUNA BERRI	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
21546	BRUNA GABRIELA DOS SANTOS DA SILVA	Troca de gabarito para B	DEFERIDO PARCIALMENTE
21546	BRUNA GABRIELA DOS SANTOS DA SILVA	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21249	BRUNA JESSICA PISKE SCHROEDER	troca de gabarito para D.	DEFERIDO
21394	BRUNA MANOELA DE SOUZA FIRMO	O documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), traz em seu texto a seguinte redação no item 3.5.14 da p.46: "administrar as medicações as crianças quando feitas por indicação médica em receituário e, quando necessário, procurar orientação". Indeferido.	INDEFERIDO
13431	BRUNA ZIMERMANN	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 32, esclarecemos que o gabarito será alterado da alternativa “E” para a alternativa “B”, em virtude de erro de digitação. Recurso deferido, altera-se o gabarito.	DEFERIDO
13431	BRUNA ZIMERMANN	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
13382	BRUNO DE FREITAS MOTTA	Quanto a questão 27 deve se alertar para o detalhe onde diz AO MENOS e não recomendado: Ao menos é como no mínimo e conforme o Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) estabelece: A limpeza e desinfecção das caixas d'água deverão ser realizadas, no mínimo, uma vez por ano, sendo recomendado, a cada seis meses, ou sempre que ocorrerem as seguintes situações, contaminação da água...	INDEFERIDO
13382	BRUNO DE FREITAS MOTTA	Troca de gabarito de C para A.	DEFERIDO
14915	CAMILA DE OLIVEIRA BECKER	Improcedente, porque "tínhamos" está pretérito imperfeito do indicativo, que designa um fato passado, mas não concluído, podendo transmitir uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito. Segue a fonte, um site de fácil busca, com exemplos: "Com isso, temos que o pretérito imperfeito do indicativo designa um fato passado, mas não concluído (imperfeito = não perfeito, inacabado). Transmite uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito. Denota ação habitual, recorrente: Quando mamãe chamava, nós atendíamos prontamente. Indica fatos passados dando ideia de continuidade e permanência: Pela janela que dava para a rua, viam-se as crianças brincarem na calçada." FONTE: https://www.infoescola.com/portugues/preterito-imperfeito-do-indicativo-2/	INDEFERIDO
15976	CAMILA DUTRA DA PORCIUNCULA	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
17852	CAMILA FRANK HOLLMANN	A Norma a que se refere a questão (NBR 6118) é a norma de Projeto de estruturas de concreto - Procedimentos. Assim a única avaliação que se pode fazer é a avaliação do projeto estrutural. Não tem outra há outra alternativa.	IMPROCEDENTE
17852	CAMILA FRANK HOLLMANN	A Norma a que se refere a questão (NBR 6118) é a norma de Projeto de estruturas de concreto - Procedimentos. Assim a única avaliação que se pode fazer é a avaliação do projeto estrutural. Não tem outra há outra alternativa.	IMPROCEDENTE
17852	CAMILA FRANK HOLLMANN	A definição apresentada na questão está fundamentada em: “Como Preparar Orçamentos de Obras” 3º ed. autor Aldo Dórea Mattos.	INDEFERIDO
16154	CAMILA MARIA DO COUTO HORÁCIO	A alternativa “A” da questão n. 25 não está correta porque não se trata de norma constitucional de eficácia limitada, mas de autêntica norma jurídica com eficácia plena e aplicabilidade imediata, não necessitando, nesse aspecto, de norma infraconstitucional regulamentadora para que possa produzir seus efeitos regulares. A menção, no texto da norma constitucional, sobre a necessidade de lei complementar do Congresso Nacional não se refere à sua eficácia jurídica, mas apenas à última etapa (pressuposto objetivo do ato) necessária do processo destinado a formação de estados-membros no âmbito da Federação brasileira.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16154	CAMILA MARIA DO COUTO HORÁCIO	As razões recursais não possuem consistência jurídica porque os tratados e convenções internacionais, mesmo versando sobre direitos humanos, estão sujeitos ao procedimento de internalização na ordem jurídica nacional através de referendo do Congresso Nacional por decreto legislativo (art. 49, inciso I, da Constituição Federal) e subsequente ratificação por decreto presidencial, conforme prevê o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.	IMPROCEDENTE
23181	CAMILLA MULLER DA SILVA	O fato de não ter citado o tipo de leishmaniose não invalida a questão, uma vez que o enunciado era amplo e de acordo com o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: Normas Técnicas e Operacionais do Ministério da Saúde (Pag. 18) o tratamento precoce de casos humanos é parte da estratégia de controle da endemia	INDEFERIDO
23181	CAMILLA MULLER DA SILVA	questão anulada.	DEFERIDO
23181	CAMILLA MULLER DA SILVA	Recomenda-se a leitura: https://www.researchgate.net/profile/Raul_Franzolin/publication/278017171_Fotosensibilizacao_em_animais_sob_pastejo_em_gramineas_tropicais/links/5578502608ae75215870339d/Fotosensibilizacao-em-animais-sob-pastejo-em-gramineas-tropicais.pdf	INDEFERIDO
23181	CAMILLA MULLER DA SILVA	questão anulada.	DEFERIDO
23181	CAMILLA MULLER DA SILVA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
13281	CARLA DOMINGUES	-	IMPROCEDENTE
13107	CARLA EVELINA ALVES	A pontuação não anula o texto da questão. Mantem-se o gabarito. Indeferido.	INDEFERIDO
13467	CARLA REGINA REBELO	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
13467	CARLA REGINA REBELO	questão anulada.	DEFERIDO
13467	CARLA REGINA REBELO	Não se trata da questão 24. Improcedente.	IMPROCEDENTE
19987	CARLA SOUZA	Gabarito correto. Não corresponde à justificativa do recurso.As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão "pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor." a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo.	IMPROCEDENTE
19987	CARLA SOUZA	Análise- Ora, se utilizássemos a Lei 8.069/906, versão 2008, nos depararíamos com a lei muito diferente a versão atual. A Lei que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como tantas outras, incluindo a própria Constituição, sofreu alterações, por força de outras leis que acrescentaram ou alteraram algum artigo, inciso ou alínea. Tais alterações passaram a incorporar a Lei modificada. Assim é, que ao consultar uma lei, é preciso utilizar a versão atualizada. A questão objeto, do recurso, está correta e apoiada na Lei 8.069/906, atualizada. Recurso indeferido. Parecer-Questão mantida	INDEFERIDO
19987	CARLA SOUZA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19987	CARLA SOUZA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19987	CARLA SOUZA	<p>Prezada, a questão versa exatamente concordando com sua afirmação (nunca o professor pode fazer o que esta escrita na alternativa III), uma vez que traz em sua redação o seguinte texto: "RECONHECER E PROIBIR expressamente determinadas atitudes, como punição corporal; retirada real ou ameaça de retirada de alimentos, de descanso ou uso do banheiro; linguagem abusiva ou profana; humilhação pública ou privada. Indeferido.</p>	INDEFERIDO
20303	CARLOS ELIAS GARCIA VIANNA JUNIOR	<p>Análise- O foco da questão 15 não é o conceito de etnia, nem o conceito de raça. O foco da questão é o preconceito racial. O enunciado é apresentado para que o(a) candidato(a) assinale o tipo de preconceito abordado na questão que faz referência à superioridade ou inferioridade de uma etnia sobre outra. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21742	CAROLINA KASHIWAQUI BIS	<p>Ao contrário do que justifica o candidato "Mês&rdquo; e &ldquo;até&rdquo; não são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítone. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.</p>	INDEFERIDO
17663	CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.</p>	DEFERIDO
18618	CAROLINA RUCKERT	<p>Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO
18618	CAROLINA RUCKERT	<p>A alternativa correta é a letra B, ainda que ela verse sobre práticas incorretas ao campo da Psicologia, ou seja, vedadas ao/a psicólogo/a.</p>	IMPROCEDENTE
18618	CAROLINA RUCKERT	<p>O uso do termo Reforma Antipsiquiátrica é correto, uma vez que se trata do movimento de Antipsiquiatria, termo sinônimo também à Reforma Psiquiátrica. Além disso, a alternativa E está errada, uma vez que o conceito de "integração", no campo da educação especial, não leva em conta "uma transformação cultural e educativa nas escolas para acolher a todas as crianças", transformação essa prevista a partir da entrada do conceito de "inclusão" nesse campo.</p>	INDEFERIDO
21300	CAROLINA VALCIDES DE MELO	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21300	CAROLINA VALCIDES DE MELO	<p>Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO
13602	CAROLINE BELLETTI	<p>A questão n. 31 versa sobre típica competência legislativa dos Entes da Federação, tanto que o STF, por meio da Súmula Vinculante n. 38, estabeleceu que os Municípios têm prerrogativa para legislar sobre o horário de funcionamento do comércio com base no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que se restringe à sua competência legislativa para tratar sobre assuntos de interesse local, de sua exclusiva capacidade legiferante, conforme se verifica na sequência:</p> <p>"No caso, verifico que a competência para disciplinar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais é do município, tendo em vista o que dispõe o art.30, I, daCF/1988. Esta Corte já possui entendimento assentado nesse sentido, consolidado no enunciado daSúmula 645/STF: &ldquo;É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial&rdquo;; (...) deve-se entender como interesse local, no presente contexto, aquele inerente às necessidades imediatas do Município, mesmo que possua reflexos no interesse regional ou geral. Dessa forma, não compete aos Estados a disciplina do horário das atividades de estabelecimento comercial, pois se trata de interesse local. [ADI3.691, voto do rel. min.Gilmar Mendes, P, j. 29-8-2007,DJE83 de 9-5-2008.]"</p> <p>Cabe salientar, em contrapartida, que a alternativa "E" trata da competência material, que se resume à execução das leis por meio das obras e serviços públicos, não sendo, portanto, aplicável na presente questão.</p>	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

13602	CAROLINE BELLETTI	A alternativa "D" da questão n. 30 não está correta porque vai de encontro com o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, que trata da inviolabilidade domiciliar e da correspondente cláusula de reserva jurisdicional. Os precedentes jurisprudenciais trazidos nas razões recursais versam apenas sobre a possibilidade de as Comissões Parlamentares de Inquérito determinarem busca e apreensões, que o STF permitiu no campo da interpretação constitucional. Contudo, buscas e apreensões não poderão ser realizadas quando o bem jurídico exigir ordem judicial prévia (cláusula de reserva jurisdicional), como é o caso da inviolabilidade domiciliar: "As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a CF atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário." (STF - Pleno - MS n. 23.642/DF).	IMPROCEDENTE
13602	CAROLINE BELLETTI	A alternativa "E" defendida nas razões recursais não se apresenta correta porque a medida provisória, por constituir uma das espécies normativas primárias previstas no art. 59 da Constituição Federal, visto extrair sua validade jurídica diretamente da Lei Maior, configura ato legislativo próprio e acabado criado pelo Presidente da República com força de lei (art. 62 da Constituição Federal). Portanto, o controle preventivo de constitucionalidade não é exercido sobre a medida provisória, mas apenas o controle repressivo ou posterior que pode ser exercido tanto pelo Poder legislativo quanto pelo Judiciário. Importante salientar que o controle preventivo de constitucionalidade é exercido apenas no momento do processo de produção da lei ou do ato normativo. Nesse sentido Alexandre de Moraes (Direito Constitucional. 28. ed.) afirma que "Na hipótese de o Congresso Nacional rejeitar a medida provisória, com base em inconstitucionalidade apontada no parecer da comissão mista, estará exercendo controle de constitucionalidade repressivo, pois retirará do ordenamento jurídico a medida provisória flagrantemente inconstitucional."	IMPROCEDENTE
17545	CAROLINE HAYDEE DE CARLI	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
17545	CAROLINE HAYDEE DE CARLI	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão, esclarecemos que ele é improcedente, e que apresenta definições gerais utilizadas por Mascaró (2003) para a classificação de vias urbanas, que não estão associadas ao código de Trânsito Brasileiro. Recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
14184	CAROLINE SAMPAIO DE ALMEIDA	A alternativa "D"; não se apresenta correta porque no Brasil, apesar da regra geral da responsabilidade civil objetiva do risco administrativo prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal, a ordem jurídica também prevê situações de aplicação da teoria objetiva do risco integral como ocorre nos atentados terroristas contra aeronaves nacionais (Leis nºs 10.309/2001 e 10.744/2003) e na indenização coberta pelo seguro obrigatório para automóveis (DPVAT – Lei nº6.194/1974).	IMPROCEDENTE
14184	CAROLINE SAMPAIO DE ALMEIDA	A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese depossuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.	DEFERIDO
14184	CAROLINE SAMPAIO DE ALMEIDA	As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para se evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo. 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada no caput do art 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora."	IMPROCEDENTE
14729	CASSIA PATRICIA CAETANO	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
14729	CASSIA PATRICIA CAETANO	Análise- Na questão se afirma que "as frutas e verduras perdem valor nutritivo com maior facilidade"; Ora, das alternativas apresentadas, a correta é a letra "D"; Frutas e verduras devem ser consumidas quando estiverem bem frescas. A alternativa C não responde à questão, pois o cozimento faz com que as frutas e verduras percam seu valor nutritivo. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida	INDEFERIDO
14262	CASSIO NORONHA MARTINS	Na página 55 do edital - Nível superior Raciocínio Lógico consta porcentagem.	INDEFERIDO
14262	CASSIO NORONHA MARTINS	Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14262	CASSIO NORONHA MARTINS	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
14262	CASSIO NORONHA MARTINS	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18192	CATIANE PEZZINI DE SOUZA	Gabarito correto. Não corresponde à justificativa do recurso.As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam,na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo.	IMPROCEDENTE
18192	CATIANE PEZZINI DE SOUZA	Prezada, a questão versa exatamente concordando com sua afirmação (nunca o professor pode fazer o que esta escrita na alternativa III), uma vez que traz em sua redação o seguinte texto: " RECONHECER E PROIBIR expressamente determinadas atitudes, como punição corporal; retirada real ou ameaça de retirada de alimentos, de descanso ou uso do banheiro; linguagem abusiva ou profana; humilhação pública ou privada. Indeferido.	INDEFERIDO
18192	CATIANE PEZZINI DE SOUZA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18192	CATIANE PEZZINI DE SOUZA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18192	CATIANE PEZZINI DE SOUZA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21610	CELSE EDUARDO GARCIA JUNIOR	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSNo tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
21610	CELSE EDUARDO GARCIA JUNIOR	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSNo tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16116	CHRISTIANNE PAIVA DE MENEZES	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16116	CHRISTIANNE PAIVA DE MENEZES	A definição apresentada na questão está fundamentada em: “Como Preparar Orçamentos de Obras” 3º ed. autor Aldo Dórea Mattos.	INDEFERIDO
16116	CHRISTIANNE PAIVA DE MENEZES	O Referido Decreto Federal não foi citado na pergunta.	INDEFERIDO
13090	CLAUDEMIR BRESOLIN	A solução da inequação os números reais entre 3/2 e 2, sem incluir 3/2 e 2 pois trata-se de uma inequação que não inclui resultados iguais a 0, apenas menores que zero. A solução da inequação os números reais maiores que 1/2, nem incluir 1/2 pois ele torna o denominador nulo. Assim, o intervalo real que possui os possíveis valores de x que tornam verdadeiras as duas inequações ao mesmo tempo está entre 3/2 e 2 sem incluí-los. Logo, sem incluir esses números, o intervalo deve ser representado usando parênteses e não colchetes. Sendo assim, há apenas uma alternativa correta, alternativa D, pois a alternativa A inclui o 3/2 como solução.	INDEFERIDO
15428	CLAUDETE KRUIZE	Na solução apresentada pelo candidato falou incluir Lucas na partilha dos morangos. A questão indica "dividi-los igualmente entre ele e seus 4 irmãos" logo são 5 pessoas. 100% dividido para 5 pessoas = 20% por pessoa - alternativa A	INDEFERIDO
15428	CLAUDETE KRUIZE	Na solução apresentada pelo candidato falou incluir Lucas na partilha dos morangos. A questão indica "dividi-los igualmente entre ele e seus 4 irmãos" logo são 5 pessoas. 100% dividido para 5 pessoas = 20% por pessoa - alternativa A	INDEFERIDO
13471	CLAUDINES PETTERS	O candidato está correto. Recomendo anular a questão.	DEFERIDO
22622	CLÁUDIO VALÉRIO JÚNIOR	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
22622	CLÁUDIO VALÉRIO JÚNIOR	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21234	CLAUDIO VIEIRA	A solução da inequação os números reais entre 3/2 e 2, sem incluir 3/2 e 2 pois trata-se de uma inequação que não inclui resultados iguais a 0, apenas menores que zero. A solução da inequação os números reais maiores que 1/2, nem incluir 1/2 pois ele torna o denominador nulo. Assim, o intervalo real que possui os possíveis valores de x que tornam verdadeiras as duas inequações ao mesmo tempo está entre 3/2 e 2 sem incluí-los. Logo, sem incluir esses números, o intervalo deve ser representado usando parênteses e não colchetes. Sendo assim, há apenas uma alternativa correta, alternativa D, pois a alternativa A inclui o 3/2 como solução.	INDEFERIDO
15000	CLEICE ELYENE SOUSA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	questão anulada.	DEFERIDO
15000	CLEICE ELYENE SOUSA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	O enunciado era amplo, fazia referência à doença e não aos agentes envolvidos, e de acordo com o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: Notmas Técnicas e Operacionais do Ministério da Saúde (Pag. 18) o tratamento precoce de casos humanos é parte da estratégia de controle da epidemia	INDEFERIDO
15000	CLEICE ELYENE SOUSA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Pessoas a partir de 9 (nove) meses a 59 anos de idade: Administrar 1 (uma) dose única. http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/22/Instrucao-Normativa-Calendario-Vacinacao-Site.pdf	INDEFERIDO
19974	CLEIDER SATURNO DE QUADROS	O recurso questiona os sintomas do sarampo e cita como referência uma nota técnica da Sociedade Brasileira de Imunologia, sendo que conforme o que o Ministério da Saúde /2019 em sua página www.saude.gov.br/saude-de-a-z/sarampo , quando se fala de saúde sempre o referencial será o Ministério da saúde e não notas técnicas de entidades.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19974	CLEIDER SATURNO DE QUADROS	Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e anteneonatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.	INDEFERIDO
19974	CLEIDER SATURNO DE QUADROS	troca de gabarito para D.	DEFERIDO
19974	CLEIDER SATURNO DE QUADROS	troca de gabaritopara A	DEFERIDO
19534	CLEVERSON LUIZ GAISSLER	A questão 20 está correta e apoiada na Lei 8080/90, Art. 15."A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:[...]". A Lei, além de prever atribuições comuns às três esferas administrativas, prevê atribuições para cada esfera. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19534	CLEVERSON LUIZ GAISSLER	Do capítulo V,Art. 348 da RDC 17/2010: Quando possível, os produtos devem preferencialmente ser esterilizados por calor em seu recipiente final. Do próprio artigo citado pelo candidato: "O calor não representa somente o agente esterilizante mais usado como também o mais econômico e mais fácil de controlar."	INDEFERIDO
19534	CLEVERSON LUIZ GAISSLER	A resposta da questão é a letra B.	IMPROCEDENTE
13781	CONRADO BASTOS BATISTA	Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e anteneonatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.	INDEFERIDO
13781	CONRADO BASTOS BATISTA	Troca de gabarito de C para A	DEFERIDO
14742	CRISLAINE GRAFFUNDER	questão anulada.	DEFERIDO
14961	CRISLAINE GRANEMANN	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21316	CRISTIAN FEUCHT	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
15816	CRISTIAN MOREIRA DE SOUZA	Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração). A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
16823	CRISTIANE BARBOZA FERNANDES	Análise- A afirmativa III, objeto do recurso, está correta. O/A candidato/a tinha que se ater ao que estava escrito. A alternativa é clara no seu conteúdo, ou seja, “devem ser escovadas e, a seguir, enxaguadas”. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19652	CRISTIANE PAGANI	As vírgulas usadas no trecho “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” serviram para separar um adjunto adverbial, independentemente se for de tempo, modo, lugar etc., ou seja, qualquer circunstância (qualquer adjunto adverbial) estaria entre vírgulas.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21336	CRISTINA MACHADO DOS SANTOS LESINIAKOWSKI	Análise- O foco da questão 15 não é o conceito de etnia, nem o conceito de raça. O foco da questão é o preconceito racial. O enunciado é apresentado para que o(a) candidato(a) assinale o tipo de preconceito abordado na questão. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18753	CYNTHIA ELISABETH ALVES	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18753	CYNTHIA ELISABETH ALVES	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18753	CYNTHIA ELISABETH ALVES	Ao contrário do que justifica o candidato "Mês” e “até” não são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítônica. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.	INDEFERIDO
13788	DAIANA CARDOSO	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23636	DAIANA PAULINA DA SILVA DO NASCIMENTO	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
13749	DAIANE CORREA PINTO	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
13749	DAIANE CORREA PINTO	A presente questão insere-se na temática "Qualidade na Educação Infantil", constante no conteúdo programático do presente edital. Indeferido.	INDEFERIDO
13749	DAIANE CORREA PINTO	Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
13709	DANIEL ECKER	A impenhorabilidade dos bens públicos não decorre do critério inalienabilidade constante do art. 100 do CC, mas do art. 100 da Constituição Federal na qual determina que os pagamentos devidos pela Fazenda Pública são realizados por meio de precatório, razão pela qual os arts. 535, parágrafo terceiro, inciso I (cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública), e 910, parágrafo primeiro (execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública), todos do CPC/2015, prescrevem a impossibilidade de incidir penhora sobre os bens públicos.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

13709	DANIEL ECKER	As razões recursais relacionadas à questão n. 32 não possuem consistência porque a alternativa "E" sugere que a supralegalidade corresponde às normas de tratado internacional sobre direito humanos internalizados por meio de decreto legislativo e decreto presidencial. Nesse aspecto, impende salientar que os decretos legislativos, em sua formação ordinária, submetem-se à aprovação por maior simples (art. 47 da Constituição Federal), razão pela qual o tratado internacional assim aprovado, depois de devidamente ratificado por decreto presidencial (art. 84, inciso VIII, da Constituição), será tido como norma supralegal, segundo definido pelo STF. Ao contrário, quando o decreto legislativo for submetido ao rito e quórum de votação diferenciados previstos no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, conferirá status de norma constitucional ao tratado internacional. Como não se fez referência na alternativa "E" ao respectivo rito e quórum qualificados, entende-se que a formação do decreto legislativo ocorre por maioria simples, propiciando ao tratado internacional natureza de norma supralegal. Nesse sentido, o STF, por meio do RE 466.343, fixou entendimento de que os tratados e convenções internacionais sobre direito humanos, se não incorporados segundo o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terão hierarquia de normas supralegais, portando efeito paralísante das normas infraconstitucionais em sentido contrário.	IMPROCEDENTE
13709	DANIEL ECKER	As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para se evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo. 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada no caput do art 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora."	IMPROCEDENTE
20854	DANIEL ELOY NORONHA	A questão deve ser anulada, pois a alternativa B gera dúvidas e não há outra alternativa correta.	DEFERIDO
24334	DANIEL JOCELIO FANTIN	Recomenda-se uma leitura mais atenta da referida norma em sua versão de 2013.	INDEFERIDO
24334	DANIEL JOCELIO FANTIN	A discussão apresentada no recurso é rasa, visa discutir o uso das palavras "cabe" e "deve" que foge completamente ao escopo da prova.	INDEFERIDO
23736	DANIEL SANTANA	Sobre o pedido de recurso referente à questão de nº 40, a banca elaborou as seguintes considerações: É fato que o processo de controle, em sua acepção mais ampla, varia em termos de riscos inerentes aos diversos processos produtivos e administrativos. Todavia, esta não é uma característica definidora dos cinco tipos de controle propostos na literatura central sobre o tema (Mintzberg, 2003). De praxe, entende-se o controle como a última etapa das funções administrativas clássicas, da primeira para a última: planejamento, organização e direção. A função administrativa do controle, em seu sentido empregado na vasta literatura sobre o tema, relaciona-se a conceitos-chave como a eficácia, eficiência, efetividade, prevenção, padronização de atividades, etc. Destarte, o controle, apesar de levar em conta o risco inerente à atividades ligadas à temáticas trazidas pelo candidato (segurança do trabalho e legislação acerca da destinação de resíduos sólidos), não versa sobre tais riscos de maneira direta e notória na literatura central sobre o tema. Ademais, os tipos de controle são caracterizados, sobretudo, pelos seus atributos ligados ao desenvolvimento das funções administrativas, seja no campo da produção quanto das repartições administrativas. Segundo Mintzberg (2003) os tipos de controle são: ajustamento mútuo, supervisão direta, padronização dos processos, padronização dos produtos, padronização das habilidades. Nenhum destes tipos de controle é caracterizado pelos diferentes graus de risco, e sim pelo grau de complexidade, amplitude de controle, supervisão dos agentes que praticam o controle, pela comunicação e, ainda, pela eficácia dos padrões de controle definidos. Por fim, a letra B) retrata a definição da ferramenta BSC de maneira clara e objetiva, sendo a alternativa correta para a pergunta.	IMPROCEDENTE
16180	DANIELA ANGELITA SIMAS	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16180	DANIELA ANGELITA SIMAS	Prezada, a questão versa exatamente concordando com sua afirmação (nunca o professor pode fazer o que esta escrita na alternativa III), uma vez que traz em sua redação o seguinte texto: " RECONHECER E PROIBIR expressamente determinadas atitudes, como punição corporal; retirada real ou ameaça de retirada de alimentos, de descanso ou uso do banheiro; linguagem abusiva ou profana; humilhação pública ou privada. Indeferido.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16180	DANIELA ANGELITA SIMAS	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16180	DANIELA ANGELITA SIMAS	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16180	DANIELA ANGELITA SIMAS	Gabarito correto. Não corresponde à justificativa do recurso.As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão "pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor." a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo.	IMPROCEDENTE
20046	DANIELA NASCIMENTO DA SILVA	troca de gabarito para A	DEFERIDO
20046	DANIELA NASCIMENTO DA SILVA	Troca de gabarito para D.	DEFERIDO
19551	DANIELLY PEREIRA DA SILVA PINTO	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento. Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa.	INDEFERIDO
19551	DANIELLY PEREIRA DA SILVA PINTO	Em relação à questão 15 - recurso indeferido: O cálculo do juros é sobre o valor nominal do boleto e não sobre o valor com desconto, como indicado na questão - "após o vencimento, há um acréscimo com juros na taxa de 0,20% por dia de atraso (juros simples), sobre o valor nominal" Assim, valor à vista: R\$ 784,50 - 10% = R\$ 706,05, valor com atraso de 10 dias 784,50 + 784,50 · 0,002 · 10 = R\$ 800,19, logo a diferença é de R\$ 94,14 - alternativa D. Em relação à questão 30 - recurso indeferido: As alternativas A e D são diferentes, a alternativa A inclui 3/2 como solução pois usa colchetes, enquanto que a alternativa D usa parênteses e portanto, não inclui 3/2 na solução. O valor 3/2 não é solução pois torna a inequação $(2x-3)(3x-6) = 0$ e não menor que zero. Logo a alternativa correta é a letra D. Em relação à questão 39 - questão anulada. Em relação à questão 18 - recurso indeferido. Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	DEFERIDO PARCIALMENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

18691	DEBORA REGINA CIPRIANO	<p>Questão 15 - A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento. Questão 18 - Essa questão não refere-se à raciocínio lógico</p>	INDEFERIDO
13097	DÉBORA COSTA RODRIGUES DA SILVA BARROS	Troca de gabarito de A para D.	DEFERIDO
13097	DÉBORA COSTA RODRIGUES DA SILVA BARROS	Troca de gabarito de C para A	DEFERIDO
17095	DEBORAH GEYER NEIS	Prezado(a) candidato(a),O gabarito apresenta a resposta correta como sendo a letra (A)62microgotas/minuto.Por favor, reveja o gabarito.	INDEFERIDO
18444	DENILSON DESILIO	<p>Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19877	DENISE APARECIDA POSANSKI	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19877	DENISE APARECIDA POSANSKI	Ao contrário do que justifica o candidato"lês” e “até”:nãosão exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxitona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.	INDEFERIDO
21293	DENISE GONÇALVES DE ARAUJO SOARES	<p>Apenas a alternativa "(E) Einstein told the reporter that he was by heritage a Jew, by citizenship a Swiss, and by makeup a human being, and only a human being, without any special attachment to any state or national entity whatsoever" está correta. A alternativa "(D) Einstein said the reporter that he was by heritage a Jew, by citizenship a Swiss, and by makeup a human being, and only a human being, without any special attachment to any state or national entity whatsoever" só estaria correta se tivesse a palavra "to" em "Einstein said to the reporter..."</p>	INDEFERIDO
21293	DENISE GONÇALVES DE ARAUJO SOARES	A frase "III- The beer is at the freezer." está equivocada. O correto, de acordo com a norma padrão da língua inglesa, é "The beer is in the freezer", dentro do freezer.	INDEFERIDO
14316	DIANA SHIRLEY BARBOSA	A resposta não é sentido de "explicação", mas sim "conformidade".	INDEFERIDO
14316	DIANA SHIRLEY BARBOSA	É preciso atentar ao enunciado da questão "No texto, é um antônimo possível de “aproveitar”, ou seja, as alternativas "(A) usufruir, (B) desfrutar, (C) dispor e (D) usar" são todas palavras sinônimas de aproveitar, menos a (E) perder, que é um antônimo de aproveitar, no sentido de "Contrário de desperdiçar". Como se comprova em https://www.antonimos.com.br/perder/	INDEFERIDO
14316	DIANA SHIRLEY BARBOSA	Não são "todas" as oxítonas que são acentuadas, essa é a justificativa apresentada na alternativa, por isso errada. Como o candidato justificano seu recurso "São acentuadas graficamente somente as oxítonas terminadas em: a/as, e/es, o/os, e em/ens".	INDEFERIDO
14316	DIANA SHIRLEY BARBOSA	<p>Procede sua observação que não esta na Lei, no entanto, a questão não diz que esta na Constituição Federal de 1988, trata da Admsintração Pública, especialmente no que diz respeito a educação e tem como referência a Constituição Federal.Também, na questão solicita-se "A denominada democratização da administração "pode" manifestar-se". E, no que diz respeito a "participação paritária" a letra é "Participação paritária de todos os elementos que exercem a sua atividade em determinados setores da Administração". Tal prática pode ser vista no caso, por exemplo, nas eleições para diretores, para reitores, alguns conselhos. Veja, por exemplo, matéria do MEC, "O Ministério da Educação (MEC) voltou a permitir que as &ldquo;eleições&rdquo; para reitor &ndash; na verdade, consultas informais junto à comunidade acadêmica &ndash;, sejam paritárias, ou seja, com pesos iguais para os votos de professores, estudantes e técnicos administrativos."https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mec-volta-atras-e-eleicoes-informais-para-reitor-podem-ser-paritarias/Diante do exposto, não é possível atender seu recurso.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14316	DIANA SHIRLEY BARBOSA	De fato a alternativa E repete o numeral romano II, mas, essa alternativa não é a correta. A alternativa correta é a letra "B" portanto, não procede o recurso.	IMPROCEDENTE
21036	DIEGO BITENCOURT	As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo. Portanto, o gabarito está correto, letra E.	IMPROCEDENTE
24676	DIEGO DILLY BOTH	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
13842	DIEGO NEIVALDO DE AGUIAR	A questão tem como objeto principal o saldo a ser registrado no Passivo Financeiro da entidade em relação aos serviços citados. O registro no Passivo Financeiro compreende tanto as despesas empenhadas a liquidar, como as despesas empenhadas liquidadas a pagar. As despesas em liquidação, portanto empenhadas, mas ainda não liquidadas, também integram o Passivo Financeiro. Portanto, o recurso não é procedente.	INDEFERIDO
13842	DIEGO NEIVALDO DE AGUIAR	A questão foi formulada considerando a realidade da maioria dos municípios, em que não há Tribunal de Contas Municipal, assim como ocorre em Porto Belo. No entanto, sabe-se que em alguns municípios há Tribunal de Contas Municipal. Como o enunciado não especificou os municípios, entende-se que pode haver dúvidas entre as duas alternativas apontadas. Portanto, deferiu-se o recurso, anulando a questão.	DEFERIDO
13859	DIEGO OLAVO VICTOR FREDEL ITEN	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
13859	DIEGO OLAVO VICTOR FREDEL ITEN	A questão não faz menção a nenhuma das normas citadas.	INDEFERIDO
22099	DIEVAN BISOGNIN DA SILVA	A via subcutânea promove umalenta e uniforme absorçãodo medicamento através dos capilares. É utilizada, desta forma, para administração de anticoagulantes, hipoglicemiantes e vacinas. Assim sendo, o item II está correto. Alternativa correta B.	INDEFERIDO
17369	DINÁ MARIA DA SILVA GALEAZZI	Mantém-se a resposta do gabarito. A questão refere-se ao documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), cuja redação das alternativas encontra-se na íntegra na p. 46. Indeferido.	INDEFERIDO
17369	DINÁ MARIA DA SILVA GALEAZZI	A resposta da questão encontra-se na íntegra nas p.49-50 do referido documento. Indeferido.	INDEFERIDO
21751	DIOGO MARTELLO PRUDENTE	Se o candidato observar, mais acima no texto da Microsoft está indicado que "Os atalhos neste tópico referem-se ao layout de teclado dos EUA. As teclas para outros layouts podem não corresponder exatamente às teclas de um teclado dos EUA." Como estamos no Brasil, não faz sentido utilizar um teclado padrão EUA ou suas funcionalidades. Fazendo o teste em teclado padrão Brasil, verifica-se que o atalho produz a ação indicada na questão. O recurso não procede.	INDEFERIDO
13044	DIONE ANGELI	A resposta da questão encontra-se na íntegra nas p.49-50 do referido documento. Indeferido.	INDEFERIDO
14303	DJENIFER KELI DE MATOS DO NASCIMENTO REGIS	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 ·10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
17798	DJÉSCIKA CORRÊA DA SILVA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21934	DOUGLAS GHERARDT BRECHT	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21934	DOUGLAS GHERARDT BRECHT	O Referido Decreto Federal não foi citado na pergunta.	INDEFERIDO
15232	EDEBIO PEIXER	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15232	EDEBIO PEIXER	questão anulada.	DEFERIDO
13020	ÉDINA VIEIRA RAMOS DOMINGOS	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
21049	EDNA HELENA VIEIRA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21049	EDNA HELENA VIEIRA	questão anulada.	DEFERIDO
20314	EDSON CARLOS RAMPANELI	A questão deixa claro que a divisão dos morangos é entre Lucas e seus 4 irmãos, portanto 5 pessoas. 100% dividido por 5 = 20% - alternativa D	INDEFERIDO
20314	EDSON CARLOS RAMPANELI	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento.</p> <p>Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão.</p> <p>Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO
24494	EDUARDO FERREIRA DO VALLE	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19061	EDUARDO XAVIER	<p>Nobre candidato, como você mesmo menciona acima, o artigo 145 do CTB aduz que, para que o candidatohabilite-se à alteração para categoria D, categoria esta exigida aos condutores de veículos de urgência e emergência, o mesmo deve ter no mínimo 2 anos de habilitação na categoria B ou no mínimo 1 ano na categoria C, então no mínimo a 3 anos na categoria B. Ou seja, não é necessário ter 2 anos de categoria B e mais 1 ano de categoria C para fazer alteração para categoria D, basta que tenha 2 anos no mínimo na categoria B ou 1 ano no mínimo na categoria C para realizar a referida alteração de categoria.</p> <p>Sendo assim, mantenho a validade da questão e INDEFIROseu pedido.</p>	INDEFERIDO
23967	EDUARDO YONAMINE	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

23967	EDUARDO YONAMINE	O requerimento tenta confundir o conceito de obra e edificação. Contudo no âmbito da referida legislação os dois são admitidos como sinônimos.	INDEFERIDO
23967	EDUARDO YONAMINE	A resposta adequada é a letra E.	DEFERIDO PARCIALMENTE
23967	EDUARDO YONAMINE	Na prova a questão é enunciada como: "O Código de Posturas do Município de Porto Belo (Lei Complementar nº 35/2011) trata da higiene das edificações. Isso posto, analise as afirmativas sobre o referido tema e identifique a(s) correta(s):" O texto da Lei: "Na reincidência da infração as multas serão cobradas em dobro." Afirmativa considerada correta na prova: "III- A multa prevista para o proprietário que não mantiver sua propriedade fechada, limpa e roçada é de quinhentas (500) Unidades Fiscais Municipais, caso seja reincidente, o valor da multa é dobrado." Consideração: no recurso é apresentado uma definição do termo "dobrado" fora do contexto da frase presente na prova, como sendo seu único significado, o que não procede. Também no recurso se afirma que: "Assim, como a referida questão faz referência a dispositivo de Lei, não pode a banca de concurso, mudar o texto de lei, devendo a questão ser elaborada conforme o texto de Lei original." A banca não mudou o texto da Lei, o que é óbvio havendo que esta atribuição é da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, contudo a Lei não trata da elaboração de questões de prova de concurso, atribuição esta cabível a banca que elabora a prova.	INDEFERIDO
18878	ELENIR WEBER	Recurso não se refere à questão 01, de Língua Portuguesa.	IMPROCEDENTE
18878	ELENIR WEBER	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18878	ELENIR WEBER	questão anulada.	DEFERIDO
15625	ELIANE TOMAZ	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19624	ELIANES KOWALSKI	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19624	ELIANES KOWALSKI	Essa é um questão que envolve conceitos de lógica: Lucas afirmou que é ansioso (A) ou nervoso(N). Está é A V N é uma disjunção Lucas sempre mente é a negativa de uma disjunção: Lucas não é ansioso e não é nervoso ¬A ^ ¬V (Lei de Morgan) Veja: se Lucas não for ansioso e for nervoso então é falso que ele mente pois seria correto afirmar que ele é ansioso ou nervoso. Se Lucas for ansioso e não for nervoso então é falso que ele mente pois seria correto afirmar que ele é ansioso ou nervoso. Se Lucas não for ansioso e não for nervoso então é verdadeiro que ele mente pois não seria correto indicar que ele é ansioso ou nervoso.	INDEFERIDO
19624	ELIANES KOWALSKI	A presente questão insere-se na temática "Qualidade na Educação Infantil" ,constante no conteúdo programático do presente edital. Indeferido.	INDEFERIDO
17358	ELIAS CABRAL	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
17358	ELIAS CABRAL	Um currículo nunca é neutro, ele envolve relações de poder que envolve interesses econômicos e sociais, em uma constante luta de interesses e utopias, sobretudo na seleção de seus conteúdos, práticas de ensino e métodos. Indeferido	INDEFERIDO
15609	ELIEGE MENA ZEMKE MONTIBELLER	Trocar gabarito para A	DEFERIDO
14032	ELIZANGELA MARLETE RAMOS	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
14032	ELIZANGELA MARLETE RAMOS	questão anulada.	DEFERIDO
14032	ELIZANGELA MARLETE RAMOS	questão anulada.	DEFERIDO
14032	ELIZANGELA MARLETE RAMOS	A questão está inserida na temática "infra-estrutura" , ou seja, as suas edificações,manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente. Indeferido.	INDEFERIDO
24209	ÉLLEN CRISSIANE DE OLIVEIRA CILIÃO	A indicação "recursos" no edital passava a ideia de abranger a integralidade do Título II do Livro III do CPC, e não apenas algumas figuras recursais específicas. Além disso, a temática que envolve a recorribilidade da decisão de admissibilidade (no tribunal a quo) não pode ser desconsiderada quando do estudados recursos extraordinários, expressamente previstos no edital. Assim, por tais razões, o recurso merece indeferimento.	INDEFERIDO
24209	ÉLLEN CRISSIANE DE OLIVEIRA CILIÃO	A maior parte dos penalistas aponta no sentido de não considerar o "administrador judicial de massa falida" como funcionário público para fins penais. Nesse sentido: "20.4Não são considerados funcionários públicos - Como exemplos: a) administrador judicial de massa falida; b) defensor dativo; c) administradores de médicos de hospitais privados credenciados pelo Governo; d) tutores e curadores; e) inventariantes; f) advogado, mesmo exercendo a função de representante classista ou remunerado por convênio público; g) dirigente sindical. (NUCCI, Guilherme de Souza.Curso de direito penal, v. 3: parte especial: arts. 213 a 361 do Código Penal.3. Rio de Janeiro : Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530983239 . Acesso em:09 dez. 2019).	INDEFERIDO
13434	ELOISA FERNANDES DA COSTA	Troca de gabarito: deC para A	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

13434	ELOISA FERNANDES DA COSTA	A taxa de mortalidade infantil é um indicador social representado pelo número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida. Alertando que a pergunta é que tipo de mortalidade ? Sabendo que todas as mortes que ocorrem no primeiro ano de vida são infantil, podem ser divididas entre Neonatal, Precoce, Pós-neonatal, Anteneonatal, mas todas que ocorrem no primeiro ano de vida são Infantil.	INDEFERIDO
13434	ELOISA FERNANDES DA COSTA	Conforme portaria 2914 de 12 de dezembro de 2001, em seu artigo 24 fala queem toda a extensão da rede, não em parte da rede.	INDEFERIDO
18867	EMANUEL FELIPE DE SOUZA	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18867	EMANUEL FELIPE DE SOUZA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embasa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
18867	EMANUEL FELIPE DE SOUZA	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
15152	EMANUELLE THAIS COIMBRA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
15152	EMANUELLE THAIS COIMBRA	questão anulada.	DEFERIDO
13341	EMILIANA RODRIGUES COSTA	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 22, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por apresentar mais de uma alternativa correta. Recurso deferido, questão anulada.	DEFERIDO
23841	ENEIAS ALEXANDRE STAROSCKY	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
21954	ESEQUIAS NOGUEIRA DA SILVA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21954	ESEQUIAS NOGUEIRA DA SILVA	<p>Conforme estabelece o art. 29, inciso X, da Constituição Federal, os prefeitos serão julgados perante os respectivos Tribunais de Justiça, cuja determinação dessa competência ficou assentada por meio da Súmula 702 do STF: "A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau." Importante salientar que o julgamento relacionado à AP 937/STF somente se referiu aos cargos públicos eletivos de parlamentares, não se estendendo aos cargos públicos eletivos de Governador e Prefeitos, razão pela qual ainda se mantém vigente o referido preceito sumular. A questão n. 22 apresenta que o crime comum praticado pelo prefeito ocorreu no exercício do mandato, situação configuradora da prerrogativa de foro no Tribunal de Justiça. A esse respeito, pode-se colacionar o seguinte julgado: Processo:0003079-67.2018.8.24.0048 Relator: Getúlio Corrêa Origem: Balneário Piçarras Orgão Julgador: Terceira Câmara Criminal Julgado em: 23/07/2019 Juiz Prolator: Não informado Classe: Termo Circunstanciado ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Termo Circunstanciado n. 0003079-67.2018.8.24.0048, de Balneário Piçarras Relator: Desembargador Getúlio Corrêa TERMO CIRCUNSTANCIADO - PRÁTICA, EM TESE, DOCRIMEDE ASSÉDIO SEXUAL (CP, ART. 216-A, CAPUT), PORPREFEITOMUNICIPAL -COMPETÊNCIAORIGINÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM RAZÃO DA PRERROGATIVA DE FUNÇÃO - PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE - ATENDIMENTO. "Na hipótese de ação penal originária, isto é, da que se promove junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Federais, se o Procurador-Geral de Justiça ou da República, dentro em suas respectivas áreas, entender dever o inquérito ser arquivado, outra posição não poderá tomar o Tribunal senão acolher o pedido, pelo simples fato de o arquivamento ter sido solicitado pelo próprio Chefe da Instituição. (Fernando da Costa Tourinho Filho, 2012)" (TJSC, Des. Moacyr de Moraes Lima Filho). ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO.</p>	IMPROCEDENTE
21954	ESEQUIAS NOGUEIRA DA SILVA	<p>A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese de possuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.</p>	DEFERIDO
22691	EVANDRO CARLOS SANTOS	<p>A definição apresentada na questão está fundamentada em: &ldquo;Como Preparar Orçamentos de Obras&rdquo; 3º ed. autor Aldo Dórea Mattos.</p>	INDEFERIDO
22691	EVANDRO CARLOS SANTOS	<p>A crase é facultativa depois da palavra até: Se depois da preposição até houver uma palavra feminina que admita artigo, a crase será opcional, não obrigatória.</p>	INDEFERIDO
21418	EVELIZE MARCHI SIQUEIRA MENDES	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21418	EVELIZE MARCHI SIQUEIRA MENDES	<p>questão anulada.</p>	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15736	EVELYN GONÇALVES LIMA	<p>A requerente argumenta que a questão envolve temas não abordados no conteúdo programático, e que envolvia habilidades prevista apenas na disciplina de GEOGRAFIA de acordo com a BNCC. Apesar de ser correto que algumas habilidades da BNCC para Geografia envolvem as formações vegetais, os temas da questão também se referem a habilidade EF07C10: &ldquo;Caracterizar os principais ecossistemas brasileiros quanto à paisagem, à quantidade de água, ao tipo de solo, à disponibilidade de luz solar, à temperatura etc., correlacionando essas características à flora e fauna específicas&rdquo; da BNCC na área de Ciências. A interpretação dos termos usados no conteúdo programático [Ecossistemas (Biomass)] para elaboração da questão é que envolvem a escala de biomas, mas não se restringem meramente a quais são os biomas brasileiros. Nesse sentido a questão versava sobre as &ldquo;múltiplas paisagens e coberturas vegetais&rdquo; que se observam no estado de Santa Catarina. Estas podem ser identificadas com base na fitofisionomia, que por sua vez caracterizam ecossistemas florestais brasileiros. Esses ecossistemas florestais têm aparências e dinâmicas distintas condicionadas por fatores ecológicos que atuam em cada um. Deu-se destaque as formações catarinenses, pois devem ser de domínio de profissionais de ensino de ciências no estado de Santa Catarina. Há bibliografia disponível de fácil acesso que trata do tema, com destaque ao livro de SEVEGNANI, Lúcia; SCHROEDER, Edson. Biodiversidade catarinense: características, potencialidades, ameaças. Blumenau: Edifurb, 2013. 250 p, il. Disponível em: http://ciram.epagri.sc.gov.br/ciram_arquivos/arquivos/fff/livros/biodiversidade.pdf Em particular o tema é discutido nos capítulos 3 e 4. Também no mapa do IBGE que se refere à lei da Mata Atlântica são encontradas as informações para responder corretamente a questão: https://www.mma.gov.br/images/arquivos/biomass/mata_atlantica/mapa_mata_atlantica_lei_11428_2006_e_decreto6660_2008.pdf Dessa forma indica-se o indeferimento da contestação.</p>	INDEFERIDO
13708	EVELYN MAINARA KLING LIMA	questão anulada.	DEFERIDO
14970	EWERTON QUEIROZ RODRIGUES	A alternativa “A” da questão n. 25 não está correta porque não se trata de norma constitucional de eficácia limitada, mas de autêntica norma jurídica com eficácia plena e aplicabilidade imediata, não necessitando, nesse aspecto, de norma infraconstitucional regulamentadora para que possa produzir seus efeitos regulares. A menção, no texto da norma constitucional, sobre a necessidade de lei complementar do Congresso Nacional não se refere à sua eficácia jurídica, mas apenas em relação à última etapa (pressuposto objetivo do ato) necessária do processo destinado a formação de estados-membros no âmbito da Federação brasileira.	IMPROCEDENTE
14970	EWERTON QUEIROZ RODRIGUES	A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese depossuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.	DEFERIDO
14185	EZZI MARA LOUBAK DA SILVA	Recurso infundado.	IMPROCEDENTE
14185	EZZI MARA LOUBAK DA SILVA	A citação do Artigo da Constituição não o tema central da questão, apenas serve como ilustração do tema questionado.	INDEFERIDO
14946	FABIANA NATALINA BALDO	questão anulada.	DEFERIDO
14946	FABIANA NATALINA BALDO	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
14946	FABIANA NATALINA BALDO	A pontuação não anula o texto da questão. Mante-se o gabarito. Indeferido.	INDEFERIDO
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo, não de aposto ou explicação.	INDEFERIDO
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	A vacina B19 é a vacina de eleição utilizada no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT). É aplicada em fêmeas entre 3 e 8 meses de idade, não é utilizada em machos, pois pode causar orquite. É produzida com amostra lisa de Brucella abortus e induz a formação de anticorpos específicos contra lipopolissacarídeo (LPS) liso, o que interfere no diagnóstico sorológico. http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Protocolo_Brucelose100316.pdf	INDEFERIDO
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	questão anulada.	DEFERIDO
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	A ausência de vírgula (digitação), não invalida a alternativa	IMPROCEDENTE
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	De acordo com as recomendações da OMS os antimicrobianos classificados como criticamente importantes à medicina devem ser o último recurso terapêutico, empregado após diagnóstico clínico e evidência de ser a única alternativa terapêutica eficiente. "Antimicrobials classified as critically important in human medicine on the WHO CIA List should be used only when the most recent culture and sensitivity results of bacteria known to have caused the disease indicate that the critically important antimicrobial is the only option". https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/258970/9789241550130-eng.pdf?sequence=1	INDEFERIDO
21859	FABIANA RIBEIRO BARREIRO	questão anulada.	DEFERIDO
19550	FABIANE BOSCATO MASETO	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19550	FABIANE BOSCATO MASETO	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
22278	FABIANE DO AMARAL JANOSKI	Segue o trecho de onde foi retirada a palavra em questão no texto: [...] O Município podia adquirir anteriormente apenas um aparelho por mês, o que acabava deixando o paciente por mais tempo na fila de espera. A secretária de saúde Jainara Nordio explica que, em 2017, foi constatado pacientes na fila há mais de quatro anos, partindo daí a vontade de mudar esta realidade. "Desde que assumimos a gestão da Secretaria de Saúde e tivemos conhecimento da fila de espera para exames e aparelhos auditivos, tínhamos vontade de fazer algo a mais. A partir do trabalho de toda a equipe, surgiu o Projeto Ouvir Mais, que facilitou o processo e possibilitou a aquisição dos aparelhos auditivos" - explica a secretária.[...]	INDEFERIDO
17895	FÁBIO ALVES ORTIZ	No caso da afirmação o questionamento do requerente procede pois verifica-se um erro de digitação está secundário e industrial, o correto seria secundário ou industrial Para a afirmação II as considerações são improcedentes. Com estas considerações a questão não apresenta alternativa de resposta e deve ser anulada	DEFERIDO PARCIALMENTE
15257	FABRICIO RAMOS PINTO	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
15257	FABRICIO RAMOS PINTO	Análise- A autonomia do Conselho de Saúde é garantida pelas três esferas de governo devem garantir autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico. Recurso indeferido. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
15257	FABRICIO RAMOS PINTO	Prezado(a) candidato(a). Recurso deferido, questão anulada.	DEFERIDO
15257	FABRICIO RAMOS PINTO	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. Conforme documento publicado pela ANVISA (2017): "Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde", página 42, subtítulo que se refere ao manuseio correto do cateter, item XI: Não é necessário fechar previamente o cateter antes da sua remoção.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15257	FABRICIO RAMOS PINTO	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. Oanexo da Resolução COFEN Nº 0599/2018, apresenta 23 competências do enfermeiro, dentre as quais: prescrever cuidados de enfermagem voltados à saúde do indivíduo em sofrimento mental; participar dos estudos de caso, discussão e processos de educação permanente na área da saúde mental e psiquiatria; e, prescrever medicamentos e solicitar exames descritos nos protocolos de saúde pública e/ou rotinas institucionais. Sendo assim, aalternativa "E" contempla a resposta correta para esta questão.	INDEFERIDO
15257	FABRICIO RAMOS PINTO	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. A definição do diagnóstico "Intolerância à Atividade" realmente se dá por: "energia fisiológica ou psicológica insuficiente para suportar ou completar as atividades diárias requeridas ou desejadas". Porém, a questão não pede a definição, e sim o diagnóstico de enfermagem NANDA-I (2018-2020) que tem fatores relacionados a(ao): desequilíbrio entre a oferta e a demanda de oxigênio; estilo de vida sedentário; falta de condicionamento físico; imobilidade; e inexperiência com uma atividade. Estando correta a alternativa "B", intolerância à atividade.	INDEFERIDO
15257	FABRICIO RAMOS PINTO	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. Conforme o Cadernos de Atenção Básica nº 32, sobre a Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco, página 50: "os enfermeiros e os enfermeiros obstetras (estes últimos com titulação de especialistas em obstetria) estão habilitados para atender ao pré-natal, aos partos normais sem distócia e ao puerpério em hospitais, centros de parto normal, unidades de saúde ou em domicílio. Caso haja alguma intercorrência durante a gestação, os referidos profissionais devem encaminhar a gestante para o médico continuar a assistência". Ainda, conforme o Manual Técnico "Pré-natal e Puerpério, Atenção Qualificada e Humanizada", página 148, o enfermeiro: encaminha gestantes identificadas como de risco para o médico. O enfermeiro(a) só encaminha para o serviço de referência se houver dificuldade para agendar a consulta médica, conforme o Cadernos de Atenção Básica nº 32, sobre a Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco, página 47. A alternativa "D" não reflete esta condição.	INDEFERIDO
19116	FABRICIO SCHWINGEL CANABARRO	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".Seria"oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere.Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber:Verbos que indicam Fenômenos da natureza;Verbo Haver nos sentido de Existir;Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco pode ser sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" é que conjuga o verbo "foram".	INDEFERIDO
19116	FABRICIO SCHWINGEL CANABARRO	O(a) candidato(a) apresenta recurso da questão 34, sustentando que o gabarito oficial estaria em desacordo com a lei de regência. Fundamenta o pedido no art. 23, I, c, da Lei federal n. 8.666/1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos). Todavia, o recurso não merece deferimento. O art. 120 da Lei 8.666/1993, prevê que os valores fixados na referida lei poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, que os fará publicar no Diário Oficial da União, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado, no período. Com efeito, o Decreto n. 9.412/2018, atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Assim, após o referido ato normativo, a modalidade concorrência é obrigatória para obras e serviços de engenharia de valor acima de R\$ 3.300.000,00: Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos: I - para obras e serviços de engenharia: a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais). Assim, indefere-se o recurso, pois o gabarito oficial está em consonância com a legislação de regência, não havendo que se falar em erro ou violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

A seguir, seguem as considerações feitas por esta banca acerca da questão de nº 40 da prova de Auditor Interno.

1- O BSC - Balanced Scorecard - é uma metodologia desenvolvida por Robert Kaplan & David Norton no início dos anos 1990 e que vem sendo aperfeiçoada desde então. Do seu artigo original de 1992, entende-se que os mesmos propõem uma nova metodologia de avaliação e gestão de desempenho que mira resultado de longo prazo, enfocando em práticas ótimas que ao longo do tempootimizam uma série de fatores de controle operacionais, tais como satisfação do cliente, processos de controle e atividades inovativas da organização (Norton & Kaplan, 1992, pg. 1). Nota-se, no texto, que apesar de servir como uma estratégia a ser adotada por tomadores de decisão acerca de procedimentos estratégicos, os seus objetivos são intertemporais, isto é, levam em conta a complexidade e a dinamicidade dos negócios como ocorriam da época em que o texto foi elaborado. Além disto, a metodologia mais flexível elaborada pelos autores sugere que os tomadores de decisão devem prestar atenção a indicadores não-financeiros de médio e longo prazo para alcançarem seus objetivos, e não que a metodologia em si seja uma ferramenta exclusivamente de longo prazo. Ao contrário, nota-se o tom de maximização intetemporal de objetivos operacionais e financeiros presentes no artigo fundamental dos autores (Kaplan & Norton, 1992).

2- O verbo definir, segundo o vernáculo da língua portuguesa "Dicio", tem como significado:

1. Determinar limite(s); demarcar a fronteira de; delimitar: definir, 2. Demonstrar (alguma coisa) com clareza; decidir,3.Tornar claro; revelar ou ainda 4.Apontar o real sentido de; mostrar o significado exato de (<https://www.dicio.com.br/definir/>).

Portanto, segundo o léxico da língua portuguesa e o seu emprego na temática do BSC, o termo foi utilizado de modo correto. O BSC pode servir como uma métrica de definição das ações a serem tomadas pela área estratégia caso se objetive a manutenção e prosperidade em um mercado. Ele também almeja clarificar quais indicadores devem ser utilizados com o intuito de melhorar a performance organizacional ao longo do tempo (no curto, médio e longo prazos), e, ainda, tem como um de seus vetores de ação delimitar ações operacionais que levarão a melhores performances financeiras futuras.

Portanto, à luz da conceituação utilizada no texto que originou o termo e segundo o léxico da língua portuguesa padrão, a alternativa (B) é a correta, julgando-se o pedido de recurso improcedente.

19116 FABRICIO SCHWINGEL CANABARRO

IMPROCEDENTE

O pretérito imperfeito pode sim designa um fato passado, mas não concluído, Pode sim transmitir uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, inclusive, uma ação que se configurou como hábito. Segue a fonte, um site de fácil busca, com exemplos:

19116 FABRICIO SCHWINGEL CANABARRO

INDEFERIDO

"Com isso, temos que o pretérito imperfeito do indicativo designa um fato passado, mas não concluído (imperfeito = não perfeito, inacabado). Transmite uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito.

3. Denota ação habitual, recorrente:

Quando mamãe chamava, nós atendíamos prontamente.

4. Indica fatos passados dando ideia de continuidade e permanência:

Pela janela que dava para a rua, viam-se as crianças brincarem na calçada."

FONTE: <https://www.infoescola.com/portugues/preterito-imperfeito-do-indicativo-2/>

22764 FELIPE ALMEIDA COUTINHO SOUZA

IMPROCEDENTE

As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para se evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo, 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada nocabutdo art 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora."

22764 FELIPE ALMEIDA COUTINHO SOUZA

IMPROCEDENTE

As razões recursais não possuem consistência porque a alternativa "B" é expressa ao enunciar que em caso de danos provocados a terceiros pelas empresas públicas e sociedades de economia mista a aferição de sua responsabilidade ocorrerá por meio da teoria subjetiva. A questão não está especulando se tais empresas estatais devem ser responsabilizadas ou condenadas a pagar qualquer indenização às vítimas.

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

20299	FELIPE GAMA RAD	<p>O(a) candidato(a) apresenta recurso da questão 34, sustentando que a alternativa A estaria correta. Fundamenta o pedido no art. 22 e art. 23, I, a, da Lei federal n. 8.666/1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos). Todavia, o recurso não merece deferimento.</p> <p>O art. 120 da Lei 8.666/1993, prevê que os valores fixados na referida lei poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, que os fará publicar no Diário Oficial da União, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado, no período.</p> <p>Com efeito, o Decreto n. 9.412/2018, atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Assim, após o referido ato normativo, a modalidade convite pode ser utilizada para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 330.000,00:</p> <p>Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:</p> <p>I - para obras e serviços de engenharia:</p> <p>a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);</p> <p>b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e</p> <p>c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e</p> <p>Assim, indefere-se o recurso.</p>	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12. Porém, não é sujeito composto por estar no plural, massim e somente um sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construído com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".Seria"oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere.Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber:Verbos que indicam Fenômenos da natureza;Verbo Haver nos sentido de Existir;Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" conjuga com o verbo "foram".	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12. Porém, não é sujeito composto por estar no plural, massim e somente um sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construído com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".Seria"oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere.Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber:Verbos que indicam Fenômenos da natureza;Verbo Haver nos sentido de Existir;Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" conjuga com o verbo "foram".	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	É sim e somente sujeito simples (podendo ser agente ou paciente), uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".Seria"oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere.Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber:Verbos que indicam Fenômenos da natureza;Verbo Haver nos sentido de Existir;Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" conjuga com o verbo "foram".	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	Conforme indicado e justifica o candidato a alternativa correta é A, que é exatamente a que consta no gabarito.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	Como indica e justificativa o candidato a alternativa correta é A, que é exatamente o que consta no gabarito.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	A candidata indica e justifique a alternativa correta é B, que é justamente o gabarito da questão.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	Análise- A única alternativa que responde à questão 17 é a alternativa (A) Empatia. “Empatia: é a capacidade de se colocar no lugar do outro. Somente as pessoas maduras conseguem estabelecer a empatia”. Para o enunciado da questão, as demais alternativas estão incorretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	O candidato indica e justifica que a resposta correta é A, que é justamente o que consta no gabarito.	IMPROCEDENTE
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	A questão 20 está correta e apoiada na Lei 8080/90, Art. 15. "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:[...]" A alternativa “D” defendida pelo(a) requerente, não está correta, por se tratar de atribuição específica da direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS), conforme Art. 16. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23362	FELIPE ROBERTO RIBEIRO SAMPAIO	De acordo com a portaria nº 336 de 19/02/2002, a respeito do CAPS I no seu artigo 4º item 4.1.2: "A equipe técnica mínima para atuação no CAPS I, para o atendimento de 20 (vinte) pacientes por turno, tendo como limite máximo 30 (trinta) pacientes/dia, em regime de atendimento intensivo, será composta por: a - 01 (um) médico com formação em saúde mental; b - 01 (um) enfermeiro; c - 03 (três) profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico. d - 04 (quatro) profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão;" Sendo assim a equipe mínima seria de 9 profissionais. Sendo apenas 3 de nível superior excluindo-se o médico e o enfermeiro que são contados à parte. Na questão 32 alternativa D cita que a equipe multidisciplinar é composta por 1 Médico Psiquiatra + 8 profissionais de nível superior entre eles psicólogo, enfermeiro, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta. Ainda assim a justificativa do candidato não procede pois se usarmos como base a legislação municipal a alternativa encontraria-se errada pois não cita os profissionais assistente social e educador físico.	INDEFERIDO
24139	FELIPE ZOGBY	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
24139	FELIPE ZOGBY	questão anulada.	DEFERIDO
24139	FELIPE ZOGBY	Anulação da questão.	DEFERIDO
24139	FELIPE ZOGBY	questão anulada.	DEFERIDO
24139	FELIPE ZOGBY	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é incorreta.	INDEFERIDO
16936	FERNANDA ARGENTON	A assertiva está incorreta porque restringe, pelo termo APENAS, a exigência de não ser feita em presença de outros animais, desconsiderando outras questões éticas.	INDEFERIDO
16936	FERNANDA ARGENTON	Troca de gabarito para D.	DEFERIDO
16936	FERNANDA ARGENTON	O item diz ser necessário controle EVENTUAL de pragas, quando em verdade o controle deve ser contínuo e periódico.	INDEFERIDO
23263	FERNANDA DIAS DOS SANTOS	O candidato não cita quais os erros de português, desta forma não podemos avaliar a solicitação.	INDEFERIDO
17960	FERNANDA MARILIS HARUE NAGANO	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
14530	FERNANDA MARQUES DE OLIVEIRA	questão anulada.	DEFERIDO
14530	FERNANDA MARQUES DE OLIVEIRA	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é incorreta.	INDEFERIDO
14530	FERNANDA MARQUES DE OLIVEIRA	questão anulada.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

18296	FERNANDA NIENKÖTTER SARDÁ	Ao contrário do que justifica o candidato "Mês” e “até” não são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.	INDEFERIDO
18296	FERNANDA NIENKÖTTER SARDÁ	Via de regra, a administração de medicamentos via intramuscular é realizada quando se demanda uma rápida absorção do medicamento. A administração no tecido muscular, ricamente irrigado por sangue, faz com que o medicamento chegue rapidamente na circulação sistêmica. Embora a formulação não esteja especificada na questão, dissoluções ou suspensões oleosas realmente são absorvidas lenta e uniformemente via intramuscular, contudo, são utilizadas em formas específicas como anticoncepcionais, por exemplo.	INDEFERIDO
18296	FERNANDA NIENKÖTTER SARDÁ	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser". Seria "oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere. Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber: Verbos que indicam Fenômenos da natureza; Verbo Haver nos sentidos de Existir; Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" conjuga com o verbo "foram".	INDEFERIDO
20891	FERNANDO AURELIO DOS REIS	Estando exatamente em conformidade com os anexos enviados pelo candidato e com o artigo 87 da Lei 9503/97 que expõe: Art. 87 Os sinais de trânsito classificam-se em: I - verticais; II - horizontais; III - dispositivos de sinalização auxiliar; IV - luminosos; V - sonoros; VI - gestos do agente de trânsito e do condutor. Entendo o raciocínio do candidato quando diz que todas as opções estão corretas, haja vista que, as placas por exemplo, estão relacionadas à sinalização vertical; as faixas demarcadas no leito da via pública são exemplos da sinalização horizontal. Contudo, no tocante à questão 22, o candidato deveria assinalar a classificação exata que contempla o CTB e não as suas subdivisões. Sendo assim as assertivas I e II são as corretas.	INDEFERIDO
20891	FERNANDO AURELIO DOS REIS	Com o advento da Lei 13.281/2016 a penalidade de APREENSÃO DO VEÍCULO foi revogada, conforme novo texto do artigo 256 do CTB. Ou seja, não há que se falar em apreensão do veículo, desde o dia 01/11/2016, data que foi promulgada a referida lei. Sendo assim, a alternativa (E) é a correta.	INDEFERIDO
19749	FERNANDO DE SÁ RIBEIRO	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 28, esclarecemos que ela não cita a NBR 6120:1980 e a NBR 6120:1980 e que relaciona as características das cargas que incidem sobre a estrutura de uma edificação para o desenvolvimento de um projeto estrutural. Recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
19749	FERNANDO DE SÁ RIBEIRO	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
21728	FERNANDO RODRIGO CORREA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21728	FERNANDO RODRIGO CORREA	Art. 37, inc. IX da Constituição da República exige, para a legalidade das contratações por tempo determinado, a convergência de dois requisitos centrais: a necessidade temporária e o excepcional interesse público, hipóteses regulamentadas pela Lei nº 8.745/1993 (art. 2º). O enunciado da questão foi expresso ao afirmar que não havia situação excepcional a justificar tais contratações. Assim, o recurso não pode ser acolhido.	INDEFERIDO
21728	FERNANDO RODRIGO CORREA	Ao contrário do sustentado pelo recorrente, o artigo 124 do CPC é inaplicável, já que a seguradora, no caso, manterá sua condição de terceira interessada, pois os direitos discutidos (a indenização e a defesa do réu) não são de sua titularidade. Trata-se de típico exemplo de assistência simples, nos termos do art. 121 do CPC. Assim, o recurso deve ser indeferido.	INDEFERIDO
13072	FLÁVIA BETTONI	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16822	FRANCIANE RODRIGUES SANTOS DINIZ	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
16822	FRANCIANE RODRIGUES SANTOS DINIZ	A pontuação não anula o texto da questão. Indeferido.	INDEFERIDO
16822	FRANCIANE RODRIGUES SANTOS DINIZ	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 . 784,50 = R\$ 800,19</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
22915	FRANCIELE MARX KOENE	-	IMPROCEDENTE
22915	FRANCIELE MARX KOENE	Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e anteneonatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.	INDEFERIDO
23382	FRANCIELLE GOMES POSANSKI	Ao contrário do que justifica o candidato "Mês” e “até” não são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.	INDEFERIDO
15842	FRANCIELLE TABORDA SANTANA CABREIRA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15842	FRANCIELLE TABORDA SANTANA CABREIRA	questão anulada.	DEFERIDO
15842	FRANCIELLE TABORDA SANTANA CABREIRA	A redação encontra-se na íntegra na p. 25 do referido documento. ". Práticas Pedagógicas da Educação Infantil Eixos do currículo: As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e Garantir experiências que: Favoreçam a aprendizagem das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical. Indeferido	INDEFERIDO
20963	FRANCIELLEN LIMA SILVA DE ALMEIDA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regulamentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

20963	FRANCIELLEN LIMA SILVA DE ALMEIDA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20963	FRANCIELLEN LIMA SILVA DE ALMEIDA	questão anulada.	DEFERIDO
19221	FRANCIELLI HANG TELLI	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
23319	FRANCINE DE LIMA SANTOS	Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e anteneonatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.	INDEFERIDO
23319	FRANCINE DE LIMA SANTOS	Troca de gabarito de A para D.	DEFERIDO
18663	FRANTCHESCO LIMA	Análise- A ilustração apresentada na questão 23, apesar de apresentada em preto e branco, tinha nitidez suficiente para ser interpretada. Recurso indeferido. <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15059	GABRIEL BEZERRA DA SILVA	A ausência de prerrogativa de foro aos vereadores constitui matéria versada na Constituição Federal, somente podendo ser prevista no âmbito das respectivas constituições dos Estados-membros que, no caso do Estado de Santa Catarina, é inexistente. Convém salientar que o estudo do direito constitucional compreende não apenas a Constituição Federal, mas também a Constituição de Santa Catarina.	IMPROCEDENTE
15059	GABRIEL BEZERRA DA SILVA	A questão n. 31 versa sobre típica competência legislativa dos Entes da Federação, tanto que o STF, por meio da Súmula Vinculante n. 38, estabeleceu que os Municípios têm prerrogativa para legislar sobre o horário de funcionamento do comércio com base no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que se restringe à sua competência legislativa para tratar sobre assuntos de interesse local, de sua exclusiva capacidade legiferante, conforme se verifica na sequência: "No caso, verifico que a competência para disciplinar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais é do município, tendo em vista o que dispõe o art.30, I, daCF/1988. Esta Corte já possui entendimento assentado nesse sentido, consolidado no enunciado daSúmula 645/STF: “É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial”; (...) deve-se entender como interesse local, no presente contexto, aquele inerente às necessidades imediatas do Município, mesmo que possua reflexos no interesse regional ou geral. Dessa forma, não compete aos Estados a disciplina do horário das atividades de estabelecimento comercial, pois se trata de interesse local. [ADI3.691, voto do rel. min.Gilmar Mendes, P, j. 29-8-2007,DJE83 de 9-5-2008.]" Cabe salientar, em contrapartida, que a alternativa "E" trata da competência material, que se resume à execução das leis por meio das obras e serviços públicos, não sendo, portanto, aplicável na presente questão.	IMPROCEDENTE
20283	GABRIEL ZUNINO PACKER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
20283	GABRIEL ZUNINO PACKER	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão, esclarecemos que ele é improcedente, e que apresenta definições gerais utilizadas por Mascarió (2003) para a classificação de vias urbanas, que não estão associadas ao código de Trânsito Brasileiro. Recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
22598	GABRIELA HARTMANN	questão anulada.	DEFERIDO
21477	GABRIELA MACHADO FIORENZA CANOVA	Na resposta D, a frase "em relação à importância" é a primeira lacuna, não a segunda lacuna, em que não hárealmente crase, por ser facultativa: "até a rótula". Por sua vez, "parabéns a Porto Belo", também não há crase, e "às 15h" tem crase. Exatamente como consta na alternativa D.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21477	GABRIELA MACHADO FIORENZA CANOVA	<p>Essa é uma questão que envolve conceitos de lógica: Lucas afirmou que é ansioso (A) ou nervoso(N). Está é A V N é uma disjunção Lucas sempre mente é a negativa de uma disjunção: Lucas não é ansioso e não é nervoso $\neg A \wedge \neg V$ (Lei de Morgan) Veja: se Lucas não for ansioso e for nervoso então é falso que ele mente pois seria correto afirmar que ele é ansioso ou nervoso. Se Lucas for ansioso e não for nervoso então é falso que ele mente pois seria correto afirmar que ele é ansioso ou nervoso. Se Lucas não for ansioso e não for nervoso então é verdadeiro que ele mente pois não seria correto indicar que ele é ansioso ou nervoso.</p>	INDEFERIDO
20624	GABRIELA SCHMIDT	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
20624	GABRIELA SCHMIDT	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão, esclarecemos que ele é improcedente, e que apresenta definições gerais utilizadas por Mascari (2003) para a classificação de vias urbanas, que não estão associadas ao código de Trânsito Brasileiro. Recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
19989	GENÉSIO SILVEIRA DE SOUZA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19989	GENÉSIO SILVEIRA DE SOUZA	A argumentação não procede. Segueitemda referida norma: 5.3 Avaliação da conformidade do projeto5.3.1 A avaliação da conformidade do projeto deve ser realizada por pro#64257:ssional habilitado, independente e diferente do projetista, requerida e contratada pelo contratante, e registrada em documento especi#64257;co, que acompanhará a documentação do projeto citada em 5.2.3.	INDEFERIDO
23963	GEOVANI MAFFEI	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
15663	GERALDO DE ALMEIDA	O que se queria com essa questão era apenas fazer uma breve análise do estado de choque e seus principais sinais e sintomas, ademais, não foi feita nenhuma observação com relação aos principais tipos de estado de choque, que são anafilático, séptico, hipovolêmico, cardiogênico e neurogênico. O intuito da questão era que o candidato soubesse os sintomas básicos do estado de choque e não os específicos de cada tipo de estado de choque. Contudo, percebo seu conhecimento de causa, todavia, a questão não foi tão complexa e direcionada à um tipo específico de estado de choque, mas sim no contexto geral do assunto. Por isso mantenho a validade da questão.	INDEFERIDO
15663	GERALDO DE ALMEIDA	Análise- A questão está correta e de acordo com o Capítulo XV - Das InfraçõesArt. 208, do CTB. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19162	GISLAINE CRISTIANE DE LIMA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19162	GISLAINE CRISTIANE DE LIMA	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19162	GISLAINE CRISTIANE DE LIMA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21539	GISLAINE SAGAS MENDES	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15853	GREYKA FRANCESCHINI	<p>É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".Seria"oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere.Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber:Verbos que indicam Fenômenos da natureza;Verbo Haver nos sentido de Existir;Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" conjuga com o verbo "foram".</p>	INDEFERIDO
15853	GREYKA FRANCESCHINI	questão anulada.	DEFERIDO
15853	GREYKA FRANCESCHINI	questão anulada.	DEFERIDO
13093	GUIDYAN ANNE SILVA SANTOS	questão anulada.	DEFERIDO
16352	GUILHERME BARTH PEDROSO	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão.</p> <p>Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO
17851	GUILHERME FELIPE SCHALLENBERGER SCHAURICH	<p>A definição apresentada na questão está fundamentada em: &ldquo;Como Preparar Orçamentos de Obras&rdquo; 3° ed. autor Aldo Dórea Mattos.</p>	INDEFERIDO
17851	GUILHERME FELIPE SCHALLENBERGER SCHAURICH	Já respondida	IMPROCEDENTE
20201	GUILHERME HENRIQUE SPANNENBERG DARUI	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20201	GUILHERME HENRIQUE SPANNENBERG DARUI	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.</p>	DEFERIDO
23832	GUSTAVO HOLZ BRACHER	-	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

18223	GUSTAVO KNETIG	A questão tem como objeto principal o saldo a ser registrado no Passivo Financeiro da entidade em relação aos serviços citados. O registro no Passivo Financeiro compreende tanto as despesas empenhadas a liquidar, como as despesas empenhadas liquidadas a pagar. As despesas em liquidação, portanto empenhadas, mas ainda não liquidadas, também integram o Passivo Financeiro. Portanto, a alegação de que o Município não teve conhecimento do fato gerador, além de não ser correta, pois o recebimento da Nota Fiscal já presume o conhecimento do fato, também não evita o reconhecimento da dívida no Passivo Financeiro. O recurso não é procedente.	INDEFERIDO
18223	GUSTAVO KNETIG	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18604	GUSTAVO NAGEL	A questão não faz menção a nenhuma das normas citadas.	INDEFERIDO
14417	HARRISON VICTOR JULIANI	O enunciado da questão diz: "- O Código de Obras do Município de Porto Belo (Lei Complementar nº 34/2011), trata da responsabilidade técnica do acompanhamento das obras no município. Sobre a referida temática, analise as afirmativas e identifique a(s) correta(s):" O município tem suas responsabilidades quanto as situações apontadas no requerimento, contudo essas não foram objeto de questionamento na presente pergunta (questão 18).	INDEFERIDO
14417	HARRISON VICTOR JULIANI	A pergunta se refere a Lei 34/2011, não foi objetivo da pergunta em nenhum momento a evolução histórica da legislação e sim a sua forma atual. Quanto a pertinência de se questionar a referida legislação a mesma encontra-se explicitada no edital do concurso.	INDEFERIDO
14417	HARRISON VICTOR JULIANI	A questão restringe a Lei referida no enunciado e no edital de convocação. Não foi objeto da questão a evolução da Legislação e sim seu estado atual e vigente.	INDEFERIDO
14417	HARRISON VICTOR JULIANI	A questão restringe a Lei referida no enunciado e no edital de convocação. Não foi objeto da questão a evolução da Legislação e sim seu estado atual e vigente.	INDEFERIDO
20251	HELEM CRISTINA MAIA DE MELO	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16889	HELENA TREGNAGO PANICHI	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
16889	HELENA TREGNAGO PANICHI	Improcedente, porque "presente" ocorre no exato momento em que se narra a ação, não é o caso de "tínhamos", em que o pretérito imperfeito designa um fato passado, mas não concluído, podendo transmitir uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito. Segue a fonte, um site de fácil busca, com exemplos: "Com isso, temos que o pretérito imperfeito do indicativo designa um fato passado, mas não concluído (imperfeito = não perfeito, inacabado). Transmite uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito. Denota ação habitual, recorrente: Quando mamãe chamava, nós atendíamos prontamente. Indica fatos passados dando ideia de continuidade e permanência: Pela janela que dava para a rua, viam-se as crianças brincarem na calçada." FONTE: https://www.infoescola.com/portugues/preterito-imperfeito-do-indicativo-2/	INDEFERIDO
16889	HELENA TREGNAGO PANICHI	A permissão de uso se diferencia da autorização por ser ato administrativo unilateral e negocial que tem por finalidade atender algum interesse ou utilidade pública, ou seja, permitir que o particular explore economicamente o bem desde que a coletividade também se beneficie desse uso. Nesse aspecto, Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro. 32 ed.) afirma que a permissão de uso constitui "ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público". A doutrina do direito administrativo não discrepa da natureza negocial da permissão de uso, conforme se verifica das lições de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo. 31 ed.) quando salienta que "(...) o fato de tratar-se de bem destinado, por sua natureza ou destinação legal, ao uso coletivo, impede que o uso privativo seja permitido ou autorizado para fins de interesse exclusivo do particular, embora seja assegurada, com a permissão, determinada vantagem ao usuário, não auferida pela generalidade dos indivíduos, o uso por ele exercido deve proporcionar algum benefício de caráter geral".	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

O contexto das espécies de omissões administrativas (genérica e específica) no âmbito do instituto da responsabilidade civil extracontratual do Estado já se tornou bem conhecido na doutrina e na própria jurisprudência brasileiras, de maneira que a passagem doutrinária apresentada pelo candidato recorrente não aborda essa questão técnica. Importante ressaltar que as questões devem ser respondidas também com base nos conhecimentos jurisprudenciais sobre a matéria, que constitui o campo propriamente aplicativo do direito. Dessa forma, ficou assentado que nas condutas omissivas genéricas o Estado responderá pela teoria subjetiva, ao passo que nas condutas omissivas específicas a Administração se submete à teoria objetiva do risco administrativo, conforme se verifica na sequência:

Processo:0301082-59.2016.8.24.0043

Relator:Carlos Roberto da Silva

Origem:Mondai Órgão Julgador:Sétima Câmara de Direito Civil

Julgado em:24/10/2019

Juiz Prolator:Eduardo Bonnassis Burg

Classe:Apelação Cível

16889

HELENA TREGNAGO PANICHI

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE CONDENOU A PARTE RÉ AO PAGAMENTO POR DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES. INSURGÊNCIA DA RÉ. PLEITO DE REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO. FALTA DE ESPECIFICIDADE. AUSÊNCIA DE CONEXÃO DO PEDIDO COM AS RAZÕES RECURSAIS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO. SUSCITADA A APLICAÇÃO DERESPONSABILIDADESUBJETIVA AO CASO. REJEIÇÃO. SERVIÇO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE RODOVIAS. INCIDÊNCIA DO ART. 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.RESPONSABILIDADEOBJETIVA. DEVER DE AGIR DA CONCESSIONÁRIA DE SINALIZAÇÃO DA PISTA. CONDUTA OMISSIVA QUE SE CONFIGURA COMO INÉRCIA DE OBRIGAÇÃOESPECÍFICA.IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR À HIPÓTESE ARESPONSABILIDADESUBJETIVA POROMISSÃOGENÉRICA.DECISÃO ESCORREITA QUANTO AO PONTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DEOMISSÃO POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. NÃO ACOLHIMENTO. RODOVIA ADMINISTRADA PELA DEMANDADA EM PROCESSO DE DUPLICAÇÃO. TRECHO DO ACESSO DA PISTA SIMPLES À PARTE DUPLICADA QUE EXIGE AMPLA SINALIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DEFENSA DIVIDINDO A PISTA DUPLA QUE IMPLICA EM UM DESVIO POR PARTE DO CONDUTOR QUE TRAFEGA NAQUELA DIREÇÃO. CAMINHÃO E SEMI-REBOQUE CONDUZIDOS POR PREPOSTO E DE PROPRIEDADE DA TRANSPORTADORA DEMANDANTE QUE COLIDIU COM A REFERIDA DEFENSA E VEIO A TOMBAR NA SEQUÊNCIA. FOTOGRAFIAS QUE EXIBEM O LOCAL DO INFORTÚNIO NA OCASIÃO. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA INDICANDO A VARIAÇÃO DAS PISTAS. SUSTENTADA A PRESENÇA DE UM CONE NO LOCAL. OBJETO INSUFICIENTE A COMPORTAR A FUNÇÃO DE ADVERTIR OS CONDUTORES ACERCA DA NECESSIDADE DE MANOBRA DE DESVIO. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE AGIR DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE ADMISSÃO[...]

IMPROCEDENTE

16889

HELENA TREGNAGO PANICHI

Como a questão n. 30 abordou os poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito no contexto do art. 58, §3º, da Constituição Federal, que foi objeto de interpretação pelo STF, a alternativa "B" apresenta-se correta, nada a esse respeito podendo ser questionado. A circunstância de existir posicionamentos sobre a impossibilidade de as Comissões Parlamentares de Inquérito municipais decretarem a quebra do sigilo não contraria o próprio enunciado da questão n. 30, que sequer mencionou que todas as Comissões Parlamentares de Inquérito podem promover a respectiva quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados.

IMPROCEDENTE

16889

HELENA TREGNAGO PANICHI

As razões recursais relacionadas à questão n. 32 não possuem consistência porque a alternativa "E" sugere que a supralegalidade corresponde às normas de tratado internacional sobre direitos humanos internalizados por meio de decreto legislativo e decreto presidencial. Nesse aspecto, impende salientar que os decretos legislativos, em sua formação ordinária, submetem-se à aprovação por maior simples (art. 47 da Constituição Federal), razão pela qual o tratado internacional assim aprovado, depois de devidamente ratificado por decreto presidencial (art. 84, inciso VIII, da Constituição), será tido como norma supralegal, segundo definido pelo STF. Ao contrário, quando o decreto legislativo for submetido ao rito e quórum de votação diferenciados previstos no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, conferirá status de norma constitucional ao tratado internacional. Como não se fez referência na alternativa "E" ao respectivo rito e quórum qualificados, entende-se que a formação do decreto legislativo ocorre por maioria simples, propiciando ao tratado internacional natureza de norma supralegal. Nesse sentido, o STF, por meio do RE 466.343, fixou entendimento de que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, se não incorporados segundo o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terão hierarquia de normas supraleais, portando efeito paralísante das normas infraconstitucionais em sentido contrário, mesmo que internalizados antes da EC n. 45/2004:

"(...) desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (art. 11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (art. 7º, 7), ambos no ano de 1992, não há mais base legal para prisão civil do depositário infiel, pois o caráter especial desses diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, dessa forma, torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão. Assim ocorreu com o art. 1.287 do Código Civil de 1916 e com o DL 911/1969, assim como em relação ao art. 652 do novo Código Civil (Lei 10.406/2002). [RE 466.343, rel. min. Cezar Peluso, voto do min. Gilmar Mendes, j. 3-12-2008, P,DJEd 5-6-2009, Tema 60.]"

IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16889	HELENA TREGNAGO PANICHI	As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para se evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo, 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estandar, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estandar, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada no caput do art 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora."	IMPROCEDENTE
16889	HELENA TREGNAGO PANICHI	A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese de possuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.	DEFERIDO
16889	HELENA TREGNAGO PANICHI	A questão n. 23 retrata vício de inconstitucionalidade formal por violação aos pressupostos objetivos do ato, conforme inclusive afirma Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquemático, 17 ed.) ao citar outros estudiosos do Direito Constitucional: "Transportando a teoria de Canotilho para o direito brasileiro, valemo-nos de exemplos trazidos por Clémerson Merlin Clève, quais sejam, a edição de medida provisória sem a observância dos requisitos da relevância e urgência (art. 62, caput) ou a criação de Municípios por lei estadual sem a observância dos requisitos do art. 18, §4º. Portanto, o próprio doutrinador mencionado pelo candidato recorrente afirma não se tratar de vício material, pois a inconstitucionalidade não se observa no conteúdo da medida provisória, mas apenas sobre os seus respectivos pressupostos formais de validade jurídica."	IMPROCEDENTE
13624	HENRIQUE GRACIANO NUNES	A crase é facultativa depois da palavra até: Se depois da preposição até houver uma palavra feminina que admita artigo, a crase será opcional, não obrigatória. Não poderia ser a letra A, pois não há crase em "parabéns a Porto Belo". "Se volto de, crase para quê?", logo, volto de Porto Belo, o que indica a não presença de artigo feminino para configurar crase.	INDEFERIDO
13624	HENRIQUE GRACIANO NUNES	Jordão e Pessoa (1995) classificam a matéria sólida presente nas águas residuárias segundo a nomenclatura: <ul style="list-style-type: none"> • função das dimensões das partículas: sólidos em suspensão, sólidos coloidais ou sólidos dissolvidos; • função da sedimentabilidade: sólidos sedimentáveis, sólidos flutuantes ou flotáveis ou sólidos não sedimentáveis; • função da secagem, a alta temperatura (550 a 600°C): sólidos fixos ou sólidos voláteis; • função da secagem em temperatura média (103 a 105°C): sólidos totais, sólidos em suspensão ou sólidos dissolvidos. 	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

TURISMÓLOGO DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Fortalecer o turismo no Município de Porto Belo, através da elaboração de roteiros turísticos, pesquisas, estudos e projetos para o desenvolvimento do Município, prezando pela melhoria das condições de vida de uma população no sentido de novos empregos, incentivando e valorizando culturas e artes diferenciadas. DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES: Planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo quando necessário e/ou solicitado, de acordo com a necessidade do Município. Coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando o adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural. Diagnosticar as potencialidades e as deficiências, bem como formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo no Município. Prestar atendimento aos turistas, comunidade, visitantes ou outros públicos, prestando esclarecimentos, informações e/ou dirimindo dúvidas no que tange a sua área de atuação. Pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda na área de turismo, buscando informações junto aos visitantes, turistas, comunidade, entre outros públicos. Participar do planejamento, desenvolvimento e comercialização de novos produtos turísticos, bem como identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação destes produtos, a fim de assegurar a sua atratividade turística. Coordenar, orientar e elaborar programas, planos e projetos de marketing turístico, a fim de viabilizar a permanência de turistas nos centros receptivos. Organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias. Planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor. Planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes. Representar tecnicamente empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário quando necessário e/ou solicitado, de acordo com a necessidade do Município. Emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes. Lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior quando necessário e/ou solicitado, de acordo com a necessidade do Município. Coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico do Município. Abastecer as centrais de atendimento ao turista, visitante, comunidade, entre outros, através da entrega de folhetos institucionais e privados atualizados, a fim de manter a divulgação dos mesmos. Pesquisar informações de atividades turísticas junto a entidades culturais, bem como equipamentos, com o intuito de manter atualizados os eventos de finais de semana, feriados, entre outros, conforme normas e procedimentos preestabelecidos. Levantar dados primários e secundários para projetos de pesquisas de turismo, auxiliando na organização de informações e dados, bem como subsidiando análises de viabilidade técnica/econômica de produtos turísticos, de modo a sugerir nichos de mercado. Identificar atrativos turísticos para desenvolvimento de pacotes, elaborando e implantando roteiros e rotas turísticas, levantando prestadores de serviços, quando necessário, realizando visitas prévias de avaliação, com o intuito de apresentar possibilidades de cronograma e/ou atividades de pacotes turísticos para o Município. Atualizar dossiê de informações turísticas mensalmente, através da inserção de dados no sistema, conforme normas e procedimentos preestabelecidos, a fim de manter os superiores informados. Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação. Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos. Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos. Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho. Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do Município. Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

17337 HERIK GONÇALVES DO PRADO

INDEFERIDO

17337 HERIK GONÇALVES DO PRADO

A questão se enquadra na proposta de elaboração dos temas relacionados aos cargo.
TURISMÓLOGO Definições de Turismo. Hospitalidade e turismo: conceitos, definições e tipologia. Sistema turístico: estrutura, dinâmica e dimensões. Mercado turístico: oferta, demanda, produto e segmentação. Cadeia produtiva do turismo. Marketing de serviços e turismo. Gestão e organização de eventos. Lazer e animação turística. Gestão de pessoas em turismo. Planejamento do turismo: conceitos, definições, tipologia, etapas e impactos. Ciclo de vida de destinos turísticos. Turismo sustentável. Políticas nacionais e regionais de turismo. Teoria econômica aplicada ao turismo. Aspectos microeconômicos: modelo de oferta e demanda, preços e estruturas de mercado. Aspectos macroeconômicos. Elementos do sistema turístico. O Modelo teórico-referencial do sistema de Turismo, como instrumento operacional. A demanda turística estudada e analisada em sua plenitude. As questões da infraestrutura e superestrutura a partir de uma visão do mercado de Turismo, o subsistema cultural, social, econômico e ambiental, seu funcionamento e sua inter-relação com o mercado turístico. Os subsistemas de oferta, demanda, distribuição, consumo e mercado. Tipos de turista. Planejamento dos atrativos e localidades turísticas. Terminologias técnicas no turismo. Gestão da qualidade no turismo.

INDEFERIDO

17337 HERIK GONÇALVES DO PRADO

troca de gabarito para A.

DEFERIDO

17337 HERIK GONÇALVES DO PRADO

A definição neste segmento do estudo do turismo pode variar de acordo com o ponto de vista e foco de cada autor.
De acordo com Leandro LEMOS (1999), "demanda turística podemos entender: a quantidade de bens e serviços que um consumidor/turista está apto e disposto a adquirir: por determinado preço, com determinada quantidade, por determinado período de tempo e em determinado local". Portanto, está correta a resposta: Demanda turística.

INDEFERIDO

13059 HEVERLY COSTA DO MONTE

O título do texto afirma que são merendeiras, conforme se vê "Concurso de culinária incentivando merendeiras em Porto Belo", como as afirmativas da questão são referentes ao texto, o recurso é improcedente.

INDEFERIDO

13059 HEVERLY COSTA DO MONTE

Análise- O enunciado da questão 15 conduz à apenas uma resposta- "preconceito racial". A resposta não poderia ser preconceito cultural, em razão do enunciado não tratar de aspectos como posses, classes, costumes, estilo de vida, entre outros. Recurso indeferido.
Parecer- Questão mantida.

INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19972	IARA STEINHEUSER	questão anulada.	DEFERIDO
19972	IARA STEINHEUSER	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19972	IARA STEINHEUSER	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19972	IARA STEINHEUSER	-	IMPROCEDENTE
14895	IBRAIM FLAVIO SILVA	<p>Em relação a questão de número 30, a resposta correta é a letra "E".</p> <p>O único relatório anual que trata a NR 7, é o relatório anual do PCMSO.</p> <p>Mesmo que houvessem dúvidas a qual relatório anual estaria se referindo a questão, todas as alternativas se referem ao relatório anual do PCMSO, porém apenas uma está correta em sua afirmação, que é a alternativa "E". As demais alternativas também se referem ao relatório anual porém contém erros em suas afirmações.</p>	INDEFERIDO
21667	INGRID HELEN HOLK	<p>Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO
15304	ISABELA DE CAMPOS SILVA	Não, o referidos tributos configuram como custo direto da obra.	INDEFERIDO
15304	ISABELA DE CAMPOS SILVA	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15304	ISABELA DE CAMPOS SILVA	<p>Como as questões se referem ao texto e às palavras do texto, em que "rótula" não é o verbo rotular, tampouco "diagnóstico", que também não é o verbo diagnosticar, exercem a função de substantivos e por serem todas proparoxítonas, "Último&rdquo;, &ldquo;sábado&rdquo;, &ldquo;diagnóstico&rdquo;, &ldquo;útero&rdquo; e &ldquo;rótula" obviamente são e serão sempre acentuadas, assim como qualquer proparoxítona.</p>	INDEFERIDO
17855	ISMAEL AVELINO DA SILVA	<p>O recurso a esta questão está correto, pois se trata de erro na edição da prova.</p> <p>O enunciado correto é: "In relation to the accurate use of passive voice, classify the sentences as true (T) or false (F):"</p>	DEFERIDO
17855	ISMAEL AVELINO DA SILVA	<p>É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".</p>	INDEFERIDO
17855	ISMAEL AVELINO DA SILVA	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

17855	ISMAEL AVELINO DA SILVA	<p>A frase "King uses expressions &ldquo;until justice rolls down like waters&rdquo; and &ldquo;righteousness like a mighty stream&rdquo; to make the reader visualize &ldquo;justice&rdquo; and &ldquo;righteousness&rdquo; as rushing water, thus, implying that they need to be forceful and unstoppable.&rdquo; está correta, pois ele usa o recurso de linguagem s&imile para fazer comparações e fazer o leitor/ouvinte criar imagens vívidas.</p> <p>Conforme a BBC (disponível em https://www.bbc.co.uk/bitesize/guides/zwd3ng8/revision/1), &ldquo;King uses&ldquo;until justice rolls down like waters&rdquo; and &ldquo;righteousness like a mighty stream&rdquo; to make the reader visualise &ldquo;justice&rdquo; and &ldquo;righteousness&rdquo; as rushing water &ndash; implying that they need to be forceful and unstoppable.&rdquo;</p>	INDEFERIDO
17855	ISMAEL AVELINO DA SILVA	<p>O recurso é improcedente, pois um professor de inglês precisa saber os principais significados dos phrasal verbs mais comuns da língua inglesa: Como exemplo, conforme a gramática de Murphy (2012), veja o phrasal verb&ldquo;take somebody in =deceive somebody.- The man said he was a policeman and I believed him. I was completely taken in.&rdquo; (MURPHY, 2012, p.276). E o phrasal verb break down significa "break down =stop working (for machines, cars, relationships etc.)&rdquo; (MURPHY, 2012, p.284)</p> <p>Fonte:MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate learners of English. Cambridge University Press, 2012.</p>	IMPROCEDENTE
18990	ISRAEL BACKES DOS SANTOS	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regulamentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
18990	ISRAEL BACKES DOS SANTOS	O recurso não corresponde a questão 29.	IMPROCEDENTE
18990	ISRAEL BACKES DOS SANTOS	O recurso não corresponde a questão 29.	IMPROCEDENTE
18990	ISRAEL BACKES DOS SANTOS	Não foi feita nenhuma alusão ao controle de qualidade a que a argumentação se fundamenta na questão. Por esse motivo considerou-se os valores apresentados na tabela 7.2 da NBR 6118.	INDEFERIDO
18990	ISRAEL BACKES DOS SANTOS	Não foi feita nenhuma alusão ao controle de qualidade a que a argumentação se fundamenta na questão. Por esse motivo considerou-se os valores apresentados na tabela 7.2 da NBR 6118.	INDEFERIDO
18990	ISRAEL BACKES DOS SANTOS	O recurso trata de uma manifestação patológica que não foi objeto da questão.	INDEFERIDO
13638	IVAN RAFAEL ZIMLICH	A questão se limita ao que é tratado na mesma.	INDEFERIDO
13022	IVANOR ANTONIO DIDONÉ JUNIOR	<p>Sobre o pedido de revisão da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno, as seguintes considerações foram feitas por esta banca.</p> <p>1- Entende-se que acerca do sentido lexical dos termos periódico e contínuo, uma oportunidade para equívoco de interpretação foi gerada, de modo a prejudicar aqueles candidatos que tem o domínio dos conceitos tratados na questão, i.e., monitoramento e avaliação. A argumentação do candidato procede no sentido de clarificar o erro da banca em utilizar dois termos antitéticos, causando confusão lexical.</p> <p>2- Nota-se a relevância do embasamento teórico trazido para dar peso ao pedido de recurso. Os autores são de notório saber e produtividade acadêmica, o que indica que, de fato, a utilização dos termos lexicais em questão foram empregados de maneira equivocada, a gerar imprecisão interpretativa, o que não está em linha com o edital do concurso quanto à clareza e objetividade das proposições a serem feitas.</p> <p>Em face dos motivos acima explicitados, esta banca assente com o pedido de mudança de gabarito para a letra "(A) Apenas as alternativas I e II estão corretas", dando por deferido este pedido de recurso da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno.</p>	DEFERIDO
20747	JAIANE LAZZARETTI	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 . 784,50 = R\$ 800,19</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
20747	JAIANE LAZZARETTI	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 . 784,50 = R\$ 800,19</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
20747	JAIANE LAZZARETTI	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regulamentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20747	JAIANE LAZZARETTI	Na frase o aposto dependendo da idade de vacinação não faz referência aos anticorpos	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

20747	JAIANE LAZZARETTI	A assertiva está incorreta porque restringe, pelo termo APENAS, a exigência de não ser feita em presença de outros animais, desconsiderando outras questões éticas.	INDEFERIDO
20747	JAIANE LAZZARETTI	-	IMPROCEDENTE
20747	JAIANE LAZZARETTI	questão anulada.	DEFERIDO
18562	JAIRO MARTINS ROCHA	Análise- O enunciado da questão 15 conduz à apenas uma resposta- o “preconceito racial”. O enunciado da questão se refere a superioridade ou inferioridade de uma etnia sobre outra, independentemente de religião, dos valores adotados. A resposta não poderia ser preconceito cultural, em razão do enunciado não tratar de aspectos como posses, classes, costumes, estilo de vida, entre outros. Também não se trata de xenofobia. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18562	JAIRO MARTINS ROCHA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
18562	JAIRO MARTINS ROCHA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
17433	JANAINA PEREIRA DA SILVA	Na solução apresentada pelo candidato falou incluir Lucas na partilha dos morangos. A questão indica "dividi-los igualmente entre ele e seus 4 irmãos" logo são 5 pessoas. 100% dividido para 5 pessoas = 20% por pessoa - alternativa A	INDEFERIDO
17433	JANAINA PEREIRA DA SILVA	Todos os candidatos tem acesso ao cartão resposta pela plataforma da Furb. Sendo assim, poderá verificar qualquer incorreção. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
13738	JANICE BALBINOTTI	De fato a alternativa E repete o numeral romano II, mas, essa alternativa não é a correta. A alternativa correta é a letra "B" portanto, não procede o recurso.	IMPROCEDENTE
23788	JANIO LUIZ ANTUNES	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23788	JANIO LUIZ ANTUNES	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
19719	JEFERSON DE ARAUJO DA SILVA	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
14777	JÉSSICA ALINE FLORES	A alternativa “D” não se apresenta correta porque no Brasil, apesar da regra geral da responsabilidade civil objetiva do risco administrativo prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal, a ordem jurídica também prevê situações de aplicação da teoria objetiva do risco integral como ocorre nos atentados terroristas contra aeronaves nacionais (Leis n°s 10.309/2001 e 10.744/2003) e na indenização coberta pelo seguro obrigatório para automóveis (DPVAT – Lei n°6.194/1974).	IMPROCEDENTE
13073	JÉSSICA DAIANE DA ROSA DUTRA	Quando administrado via oral, para entrar na circulação sistêmica, o medicamento precisa não somente penetrar barreiras locais, como precisa também passar por metabolismo "pré-sistêmico" ou "de primeira passagem". A totalidade de uma dose de fármaco administrada por via oral no processo de absorção é exposta ao fígado pelo metabolismo de primeira passagem.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

13073	JÉSSICA DAIANE DA ROSA DUTRA	Quando administrado via oral, para entrar na circulação sistêmica, o medicamento precisa não somente penetrar barreiras locais, como precisa também passar por metabolismo "pré-sistêmico" ou "de primeira passagem". A totalidade de uma dose de fármaco administrada por via oral no processo de absorção é exposta ao fígado pelo metabolismo de primeira passagem.	INDEFERIDO
13073	JÉSSICA DAIANE DA ROSA DUTRA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
14750	JÉSSICA MARTENDAL	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 ·10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	O enunciado era amplo, fazia referência à doença e não aos agentes envolvidos, e de acordo com o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: Notmas Técnicas e Operacionais do Ministério da Saúde (Pag. 18) o tratamento precoce de casos humanos é parte da estratégia de controle da endemia	INDEFERIDO
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	-	IMPROCEDENTE
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	Há sim um consenso sobre a acentuação de nomes próprios, pois, segundo o texto oficial do Acordo Ortográfico: "Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome. Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos inscritos em registro público". Isso significa que pessoas cujo nome ou sobrenome tenham sido registrados com acento continuarão a assinar assim ("Andréia", "Sabóia", "Pompéia", etc.). Mas atenção: nomes e sobrenomes de pessoas mortas serão escritos de acordo com a ortografia vigente, o que também deve ocorrer com novos registros. Quando se trata de nomes de logradouros (praças, avenidas, ruas, etc.), bairros e cidades, prevalece a grafia "nova": Pompeia (cidade paulista), Quintino Bocaiuva (nome de rua), Coreia do Sul (nome de país), Saboia (nome de região da França), etc. Perequê é uma oxítone terminada em E, sempre acentuadas, mas não é o caso de nomes que ofereçam nenhuma dúvida.	INDEFERIDO
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	O recurso não se refere à Língua Portuguesa.	IMPROCEDENTE
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	-	IMPROCEDENTE
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	A assertiva está incorreta porque restringe, pelo termo APENAS, a exigência de não ser feita em presença de outros animais, desconsiderando outras questões éticas.	IMPROCEDENTE
14191	JHENIFER CINTIA BENETI	Não há erro na citação, espécies dentro do gênero são transmissoras.	INDEFERIDO
22095	JHENIFER GEISA BURNAGUI	O gabarito já foi retificado dia 03/12.	IMPROCEDENTE
22095	JHENIFER GEISA BURNAGUI	Apesar da questão ter se baseado no artigo Estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional em consonância com as transformações da assistência em Saúde Mental no Brasil. Em nenhum momento se faz referência à atuação na saúde mental apenas ou em outra área de atuação somente. Fala-se sobre Terapia Ocupacional e assim as técnicas e formas de atendimento. De acordo com o artigo de LOPES, R. E.; LEÃO, A. Terapeutas ocupacionais e os centros de convivência e cooperativas: novas ações de saúde. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 56-63, maio/ago. 2002. Fala-se sobre a utilização de oficinas no atendimento do terapeuta ocupacional nos Centros de Convivência e Cooperativas com o objetivo de trabalhar a questão da inserção e da integração de grupos frequentemente discriminados (pessoas portadoras de transtorno mental, pessoas portadoras de deficiência, portadores de HIV, crianças e adolescentes em situação de risco e idosos). Acredita-se que o profissional terapeuta ocupacional deve conhecer as formas de atendimento em diferentes áreas de atuação e foi isso que buscou elucidar a questão.	INDEFERIDO
19671	JOANA ELIS BISSIGO JONER	O gabarito está correto, letra B.	IMPROCEDENTE
19671	JOANA ELIS BISSIGO JONER	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19671	JOANA ELIS BISSIGO JONER	Desistência da candidata quanto ao recurso.	IMPROCEDENTE
13049	JOANA MORAIS	Não se refere à questão 1.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	Conforme o enunciado diz: "baseado no texto" o termo se aplica. Ademais, não exclui o conhecimento do termo Educação EM Saúde. Recurso improcedente, portanto.	IMPROCEDENTE
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	A questão solicitava para associar a primeira com a segunda coluna. Portanto, interrelacionar com os dados expostos. Neste sentido a estratificação ocorreu por essa ordem: indivíduo assintomático, apresentar fatores de risco (não necessariamente expressos) e sintomas sugestivos de doença (expressos). Pelo exposto, recurso indeferido.	INDEFERIDO
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	O grupo foi pontuado: grupo focal. Independentemente de onde se trabalha, a questão versa em como se trabalha. Por esse caminho, considerando-se as alternativas expostas, a destacada no gabarito era a mais adequada. Não se excluiu outros modos de atuação, por isso, foi colocado o termo "eminente". Diante do exposto, o recurso é improcedente.	IMPROCEDENTE
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	Reproduz-se parte do conteúdo programático: Grupos especiais: atividade física, exercício físico e treinamento. Atividade Física na Saúde e na Doença. Doenças crônicas: classificação, conceituação, epidemiologia, etiologia, fisiologia, fisiopatologia, prescrição do exercício e prevalência. Pelo exposto, recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	Reproduz-se parte do conteúdo programático: Grupos especiais: atividade física, exercício físico e treinamento. Atividade Física na Saúde e na Doença. Doenças crônicas: classificação, conceituação, epidemiologia, etiologia, fisiologia, fisiopatologia, prescrição do exercício e prevalência. Pelo exposto, recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	Reproduz-se parte do conteúdo programático: Grupos especiais: atividade física, exercício físico e treinamento. Atividade Física na Saúde e na Doença. Doenças crônicas: classificação, conceituação, epidemiologia, etiologia, fisiologia, fisiopatologia, prescrição do exercício e prevalência. Pelo exposto, recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
19106	JOÃO BATISTA VICCARI JUNIOR	Dada a dimensão da questão, o cargo que se aplica e sua função exercida, é um erro primário pensar-se em política no sentido partidário. Ademais: "A educação tem uma dimensão política [...] ela é um ato político, ainda que não destinemos a devida atenção ao fato de que a política também tem uma dimensão pedagógica." (VAZ, 2003, p. 162). Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
15653	JOÃO GABRIEL CARDOSO DE MELLO	Os bens pertencentes à União são qualificados como bens públicos federais e não nacionais, assim como os bens públicos estaduais e municipais são denominados como bens públicos dos Estados-membros e dos Municípios respectivamente. Portanto, tal qualificação jurídica se apresenta correta.	IMPROCEDENTE
16166	JOÃO HENRIQUE FERREIRA DA CUNHA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
15649	JOÃO PAULO DA FONSECA BORGES	As boas práticas na engenharia não se restringem as normas da ABNT.	INDEFERIDO
15002	JOEL PEREIRA DA SILVA	O candidato pede recurso da questão 8 mas apresenta justificativa para a questão 9. Considerando a justificativa, na questão 9 há indicado que os morangos são divididos igualmente entre Lucas e seus 4 irmãos - 5 pessoas, logo 100% dividido por 5 = 20% - alternativa D.	INDEFERIDO
15002	JOEL PEREIRA DA SILVA	A questão deixa claro que a divisão dos morangos é entre Lucas e seus 4 irmãos, portanto 5 pessoas. 100% dividido por 5 = 20% - alternativa D	INDEFERIDO
15052	JOELMA DE MELO	questão anulada.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15183	JONATHA MARQUES	<p>A solução da inequação os números reais entre $\frac{3}{2}$ e 2, sem incluir $\frac{3}{2}$ e 2 pois trata-se de uma inequação que não inclui resultados iguais a 0, apenas menores que zero.</p> <p>A solução da inequação os números reais maiores que $\frac{1}{2}$, nem incluir $\frac{1}{2}$ pois ele torna o denominador nulo.</p> <p>Assim, o intervalo real que possui os possíveis valores de x que tornam verdadeiras as duas inequações ao mesmo tempo está entre $\frac{3}{2}$ e 2 sem incluí-los.</p> <p>Logo, sem incluir esses números, o intervalo deve ser representado usando parênteses e não colchetes. Sendo assim, há apenas uma alternativa correta, alternativa D, pois a alternativa A inclui o $\frac{3}{2}$ como solução.</p>	INDEFERIDO
15183	JONATHA MARQUES	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15183	JONATHA MARQUES	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\\$ 800,19$</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p> <p>Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa.</p>	INDEFERIDO
15183	JONATHA MARQUES	Questão anulada	DEFERIDO
14181	JONATHAN DE SOUZA NUNES	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
14181	JONATHAN DE SOUZA NUNES	<p>Item do edital:</p> <p>"Projeto de estruturas: cálculo estrutural, dimensionamento de estruturas convencionais, conhecimento de sistemas estruturais e suas características, especificações e normas técnicas (concreto, madeira e aço)."</p>	INDEFERIDO
14181	JONATHAN DE SOUZA NUNES	As boas práticas na engenharia não se restringem as normas da ABNT.	INDEFERIDO
14181	JONATHAN DE SOUZA NUNES	A referida norma trata de grande parte dos itens do edital.	INDEFERIDO
14181	JONATHAN DE SOUZA NUNES	A referida norma trata de grande parte dos itens do edital.	INDEFERIDO
15904	JOSÉ JOAQUIM DA SILVEIRA	<p>A questão foi formulada considerando a realidade da maioria dos municípios, em que não há Tribunal de Contas Municipal, assim como ocorre em Porto Belo. No entanto, sabe-se que em alguns municípios há Tribunal de Contas Municipal. Como o enunciado não especificou os municípios, entende-se que pode haver dúvidas entre as duas alternativas apontadas. Portanto, deferiu-se o recurso, anulando a questão.</p>	DEFERIDO
23747	JOSÉ LUIZ ALVES	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

23747	JOSÉ LUIZ ALVES	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15352	JOSÉ PAULO WEIDE	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19687	JOSIMAR BRUNO BENVENUTTI	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão.</p> <p>Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO
21187	JOZIANE PADILHA DE MORAES LIMA	<p>O candidato afirma que a questão número 32 "é ampla quando menciona "representação do som", não especificando sons da fala ou fonemas", entretanto, o enunciado da questão versa sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da linguagem escrita e todas as alternativas propostas para análise se referem a esse tema. Especificamente, a alternativa(A) Nos processos de decodificação e codificação que envolvem a linguagem escrita, a representação do som na escrita é arbitrária(Concurso Público 002/2019, questão 32) se refere aos processos de codificação e decodificação da linguagem escrita e a representação de sons ou som neste caso não alteram o conteúdo semântico, qual seja, da representação escrita em informações sonoras ou visuais. Portanto, o recurso do candidato é indeferido.</p>	INDEFERIDO
14652	JUAREZ OLEGARIO JUNIOR	<p>Ao contrário do que justifica o candidato"Me&rdquo; e &ldquo;até&rdquo; não são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.</p>	INDEFERIDO
14652	JUAREZ OLEGARIO JUNIOR	<p>As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para se evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo, 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estandar, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estandar, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada no caput do art 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora."</p>	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14652	JUAREZ OLEGARIO JUNIOR	A alternativa "A" da questão n. 38 não é correta porque estabelece que o poder de polícia da Administração Pública pode ser delegado, o que não possui consistência jurídica em razão de tal prerrogativa administrativa representar autêntico poder de império do Estado que não pode ser transferido aos particulares por meio do regime de concessão ou permissão de serviços públicos. Tal delegação não se confunde com o exercício da polícia administrativa por entidades que fazem parte da Administração Pública, que recebem, por meio de lei, a respectiva outorga da atividade de polícia. Sobre a indelegabilidade do poder de polícia aos particulares, citam-se o acórdão do STF na ADI 1.717, publicado em 28/03/2003 e o acórdão preferido pelo STJ no REsp 817534 publicado em 10/12/2009. Somado a essas decisões, a doutrina do direito administrativo é firme pela impossibilidade de delegação do poder de polícia aos particulares, conforme se verifica das lições de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo. 31 ed.): "Quanto à indelegabilidade do exercício do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, essa característica tem sido reconhecida pela jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, com base no argumento de que, em se tratando de atividade típica do Estado, só pode ser por este exercida. Com efeito, o poder de polícia envolve o exercício de prerrogativas próprias do poder público, especialmente a repressão, insuscetíveis de serem exercidas por um particular sobre o outro." Em importante consideração, a mesma doutrinadora afirma que "Não se pode deixar de mencionar, no entanto, a existência de entendimento favorável à delegação de atividades de polícia exclusivamente materiais, desde que não envolvam o exercício de autoridade por um particular sobre o outro cidadão. Seria o caso, por exemplo, da instalação de infraestrutura necessária para o exercício do poder de polícia, a colocação de sinalizações, a pura fiscalização (sem aplicação de sanções). Tal entendimento, que serve para justificar situações concretas já verificadas na prática administrativa, deve ser aceito com cautela, tendo em vista a dificuldade de distinguir a mera execução material do efetivo ato de polícia, privativo do poder público."	IMPROCEDENTE
14652	JUAREZ OLEGARIO JUNIOR	As razões recursais não possuem consistência jurídica porque a expressão não possui significado apenas proativo e não retroativo, de maneira que tais expressões são extremamente usuais no âmbito da atuação jurídica, não podendo o profissional do direito se furtar ao exato conhecimento do seu sentido e alcance.	IMPROCEDENTE
14652	JUAREZ OLEGARIO JUNIOR	A alternativa "E" defendida nas razões recursais não se apresenta correta porque a medida provisória, por constituir uma das espécies normativas primárias previstas no art. 59 da Constituição Federal, visto extrair sua validade jurídica diretamente da Lei Maior, configura ato legislativo próprio e acabado criado pelo Presidente da República com força de lei (art. 62 da Constituição Federal). Portanto, o controle preventivo de constitucionalidade não é exercido sobre a medida provisória, mas apenas o controle repressivo ou posterior que pode ser exercido tanto pelo Poder legislativo quanto pelo Judiciário. Importante salientar que o controle preventivo de constitucionalidade é exercido apenas no momento do processo de produção da lei ou do ato normativo. Nesse sentido Alexandre de Moraes (Direito Constitucional. 28. ed.) afirma que "Na hipótese de o Congresso Nacional rejeitar a medida provisória, com base em inconstitucionalidade apontada no parecer da comissão mista, estará exercendo controle de constitucionalidade repressivo, pois retirará do ordenamento jurídico a medida provisória flagrantemente inconstitucional."	IMPROCEDENTE
24277	JULIA DE AZEVEDO SILVA LEME	Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação: I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; VII - (VETADO) VIII - (VETADO) IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. Este item não foi vetado.	IMPROCEDENTE
24277	JULIA DE AZEVEDO SILVA LEME	O Edital, ao tratar do ementário de Nível Superior - Conhecimentos Específicos, menciona: Caracterização e Recuperação de Áreas Degradadas Neste sentido, entende-se que, para recuperar áreas previamente degradadas, o conhecimento mínimo de um PRAD se faz necessário.	IMPROCEDENTE
20139	JUSSARA GALIOTTO DE SOUZA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
20139	JUSSARA GALIOTTO DE SOUZA	questão anulada.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

17150	KAMILLA BRAZ HENRIQUE GONÇALVES	Como as questões se referem ao texto e às palavras do texto, em que "rótula" não é o verbo rotular, por serem proparoxítonas, "Último”, “sábado”, “diagnóstico”, “útero” e “rótula" obviamente são e serão sempre acentuadas, assim como qualquer proparoxítona.	INDEFERIDO
23421	KATIÉLE LEAL DA SILVA	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
16120	KAYARA TOLLMEINER	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16120	KAYARA TOLLMEINER	A questão trata das forma de utilização dos bens públicos pelos particulares e não sobre a delegação de serviços, que tem embasamento no art. 175 da Constituição. Portanto, ao contrário da permissão de uso de bem público, na autorização de uso o particular não celebra qualquer relação comercial ou lucrativa com o Poder Público, cuja utilização do bem fica restrita ao interesse do próprio particular. A esse respeito, Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro) conceitua a autorização de uso como "ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público", ao passo que permissão de uso constitui "ato comercial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público".	IMPROCEDENTE
16120	KAYARA TOLLMEINER	O recurso não se refere às questões de Língua Portuguesa.	IMPROCEDENTE
16120	KAYARA TOLLMEINER	Nas razões recursais o candidato recorrente faz confusão sobre as alternativas contempladas na questão n.38, pois na letra "B" está afirmado que a Lei Federal nº 9.784/1999 somente prevê a avocação vertical, conforme se verifica do seu art. 15, não sendo previsto, em contrapartida, a avocação horizontal ou a assunção de competências entre os órgãos e agentes sem vinculação hierárquica por não constituir manifestação do poder hierárquico da Administração. Assim sendo, a alternativa "B" está devidamente correta segundo a legislação de regência por estar a se referir apenas ao instituto da avocação administrativa.	IMPROCEDENTE
20051	KELIN CRISTINA BOURSCHIEDT	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
15013	KELLY DAIANE SAVARIZ BÓLLA	Análise- A questão está correta e de acordo com as instruções do Conselho Nacional de Saúde: “II – 50% dos membros representantes de entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, entidades de prestadores de serviços de saúde, entidades empresariais com atividade na área de saúde, todas eleitas em processo eleitoral direto; os representantes do governo, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são indicados pelos seus respectivos dirigentes.” A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
15013	KELLY DAIANE SAVARIZ BÓLLA	O uso do termo Reforma Antipsiquiátrica é correto, uma vez que se trata do movimento de Antipsiquiatria, termo sinônimo também à Reforma Psiquiátrica.	INDEFERIDO
15013	KELLY DAIANE SAVARIZ BÓLLA	A questão está clara para o candidato que conheceu assunto abordado, aderente às temáticas Psicanálise e Psicopatologia, previstas no edital. Os IRDLs se colocam a sinalizar sinais de saúde psíquica. Portanto, as referências para o desenvolvimento são os próprios indicadores clínicos.	IMPROCEDENTE
20377	KELLY PINTER VICTORETTI	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22105	KELLYN DA ROSA MACIEL	Sem justificativa para interposição de recurso.	IMPROCEDENTE
24154	KEVIN SBALCHIERO RODRIGUES	A questão 21 deste certame tem o escopo de fazer com o candidato saiba o texto do artigo 1º do CTB que aduz o seguinte: Artigo 1, parágrafo 1º do CTB: Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga. A alternativa (D) está exatamente idêntica à definição constante no CTB, sendo a única alternativa entre as assertivas apresentadas. Sebbdo assim, resta INDEFERIDO este recurso, e mantenho a validade da questão 21 do referido certame.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

24154	KEVIN SBALCHIERO RODRIGUES	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22235	LAIS CRISTINA ROZONE DE SOUZA	Eutrofização é o AUMENTO da concentração de algas em decorrência do aporte de nutrientes.	INDEFERIDO
22235	LAIS CRISTINA ROZONE DE SOUZA	Exatamente. Erro de digitação. Contudo, é perfeitamente possível compreender a sequência lógica, mesmo porque nas alternativas, menciona-se o item 4. Ademais, não há incompreensão ou prejuízo à leitura da questão. Recurso indeferido.	INDEFERIDO
20612	LARISSA AGUIAR	Aclarezza do enunciado depende do conhecimento do candidato sobre o tema. Havendo conhecimento, o enunciado se mostra claro e articulado. A temática da medicalização é uma discussão contemporânea fundamental ao campo da psicologia e da saúde mental e é aderente ao tema Psicopatologia, previsto no edital.	INDEFERIDO
13825	LARISSA NUNES SCAPINI	A questão de número 38 do Concurso Público 002/2019, cargo fonoaudiólogo, se refere à percepção da fala em relação ao tipo de material de fala, neste caso e de acordo com a respectiva questão, as vogais e as consoantes, e não à classificação ou produção das vogais da língua portuguesa. Parafrazeando a alternativa,"(B) As vogais, sob o ponto de vista microscópico, são sons com propriedades acústicas de um trato vocal aberto",as vogais são sons únicos por apresentarem as propriedades acústicas de um trato vocal aberto (Russo; Behlau, 1993). Em nenhum momento a referida questão trata da classificação ou produção das vogais, mas sim do aspecto relacionado à percepção da fala. Dessa forma, a alternativa B está correta e o recurso do candidato sofre indeferimento. Referência: RUSSO, I.; BEHLAU, M. Percepção da fala: análise acústica do português brasileiro. São Paulo: Lovise, 1993.	INDEFERIDO
20069	LARISSA TAÍS VIER	questão anulada.	DEFERIDO
20069	LARISSA TAÍS VIER	O enunciado da questão trata de PRAGAS, portanto roedores dizem respeito aqueles tratados como tal. E para os roedores entendidos como praga os comportamentos são gregários, territoriais e de definida organização hierárquica. https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/2473/art_ISHIZUKA_Prevencao_controle_de_roedores_parte_2.pdf?sequence=1&isAllowed=y	INDEFERIDO
20069	LARISSA TAÍS VIER	Pessoas a partir de 9 (nove) meses a 59 anos de idade: Administrar 1 (uma) dose única. http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/22/Instrucao-Normativa-Calendario-Vacinacao-Site.pdf	INDEFERIDO
20069	LARISSA TAÍS VIER	A assertiva está incorreta porque restringe, pelo termo APENAS, a exigência de não ser feita em presença de outros animais, desconsiderando outras questões éticas.	IMPROCEDENTE
20069	LARISSA TAÍS VIER	questão anulada	DEFERIDO
20069	LARISSA TAÍS VIER	Não há erro na assertiva https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/36604/1/AAC-Importancia-das-endoparasitoses.pdf	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

23544	LAURA SENNA GUIMARAES FERNANDES	<p>Conforme estabelece o art. 29, inciso X, da Constituição Federal, os prefeitos serão julgados perante os respectivos Tribunais de Justiça, cuja determinação dessa competência ficou assentada por meio da Súmula 702 do STF: "A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau." Importante salientar que o julgamento relacionado à AP 937/STF somente se referiu aos cargos públicos eletivos de parlamentares, não se estendendo aos cargos públicos eletivos de Governador e Prefeitos, razão pela qual ainda se mantém vigente o referido preceito sumular. A questão n. 22 apresenta que o crime comum praticado pelo prefeito ocorreu no exercício do mandato, situação configuradora da prerrogativa de foro no Tribunal de Justiça. A esse respeito, pode-se colacionar o seguinte julgado: Processo:0003079-67.2018.8.24.0048</p> <p>Relator: Getúlio Corrêa Origem: Balneário Piçarras Órgão Julgador: Terceira Câmara Criminal Julgado em: 23/07/2019 Juiz Prolator: Não informado Classe: Termo Circunstanciado</p> <p>ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Termo Circunstanciado n. 0003079-67.2018.8.24.0048, de Balneário Piçarras Relator: Desembargador Getúlio Corrêa TERMO CIRCUNSTANCIADO - PRÁTICA, EM TESE, DOCRIMEDE ASSÉDIO SEXUAL (CP, ART. 216-A, CAPUT), PORPREFEITOMUNICIPAL -COMPETÊNCIAORIGINÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM RAZÃO DA PRERROGATIVA DE FUNÇÃO - PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE - ATENDIMENTO. "Na hipótese de ação penal originária, isto é, da que se promove junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Federais, se o Procurador-Geral de Justiça ou da República, dentro em suas respectivas áreas, entender dever o inquérito ser arquivado, outra posição não poderá tomar o Tribunal senão acolher o pedido, pelo simples fato de o arquivamento ter sido solicitado pelo próprio Chefe da Instituição. (Fernando da Costa Tourinho Filho, 2012)" (TJSC, Des. Moacyr de Moraes Lima Filho). ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO.</p>	IMPROCEDENTE
23544	LAURA SENNA GUIMARAES FERNANDES	<p>A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese de possuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.</p>	DEFERIDO
17101	LAYLA CIRILO	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
17101	LAYLA CIRILO	<p>A resposta adequada é a letra E.</p>	DEFERIDO
14273	LEANDRA DE SOUZA DE OLIVEIRA PEREIRA	<p>As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão "pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor."; a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo, não de explicação.</p>	INDEFERIDO
15788	LEANDRO SOUZA GOTER	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15788	LEANDRO SOUZA GOTER	<p>O inc. V do art. 30 da Constituição da República prevê, além dos regimes de concessão e permissão, também a possibilidade de o Município prestar diretamente tais serviços públicos de interesse local. Veja-se que a alternativa indicada pelo recorrente ("C") refere-se, equivocadamente, à organização e prestação "exclusivamente sob os regimes de concessão ou permissão", sem prever a forma direta. Assim, o recurso não pode ser deferido.</p>	INDEFERIDO
15788	LEANDRO SOUZA GOTER	<p>O art. 37, inc. IX da Constituição da República exige, para a legalidade das contratações por tempo determinado, a convergência de dois requisitos centrais: a necessidade temporária e o excepcional interesse público, hipóteses regulamentadas pela Lei nº 8.745/1993 (art. 2º). O enunciado da questão foi expresso ao afirmar que não havia situação excepcional a justificar tais contratações, e a assertiva "I" igualmente não indicava todos os requisitos legais e constitucionais. Assim, o recurso não pode ser acolhido.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15788	LEANDRO SOUZA GOTER	<p>Acerca do prazo prescricional para pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.251.993/PR, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, fixou que "aplica-se o prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002". (Vide também: STJ, REsp 1318938/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 29/11/2019).</p> <p>Tal prazo quinquenal também é defendido pela doutrina: CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev. ampl. e atual. - Salvador: JusPODIVM, 2017, p. 358. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Editora Forum, 7ª ed. 2011.</p> <p>Assim, o recurso não pode ser acolhido.</p>	INDEFERIDO
15788	LEANDRO SOUZA GOTER	<p>O recorrente não atentou ao fato de que a questão utiliza a partícula "somente" para limitar, equivocadamente, as formas de comprovação do óbito do segurado. Além disso, o art. 36, da Lei nº 13.846/2019 elenca várias formas de comprovação do óbito, e não apenas aquelas referidas na assertiva: § 4º O ente público comprovará o óbito à instituição financeira utilizando-se de um dos seguintes instrumentos:</p> <p>I - certidão de óbito original;</p> <p>II - cópia autenticada, em cartório ou administrativamente, da certidão de óbito, inclusive por meio eletrônico;</p> <p>III - comunicação eletrônica remetida pelo cartório ao ente público;</p> <p>IV - informação relativa ao óbito prestada por órgão integrante do Sistema Único de Saúde (SUS); ou</p> <p>V - informação prestada pelo INSS, por meio de relatório conclusivo de apuração de óbito.</p> <p>Assim, o recurso não comporta deferimento.</p>	INDEFERIDO
15788	LEANDRO SOUZA GOTER	<p>A maior parte dos penalistas aponta no sentido de não considerar o "administrador judicial de massa falida" como funcionário público para fins penais. Nesse sentido: "20.4 Não são considerados funcionários públicos - Como exemplos: a) administrador judicial de massa falida; b) defensor dativo; c) administradores e médicos de hospitais privados credenciados pelo Governo; d) tutores e curadores; e) inventariantes; f) advogado, mesmo exercendo a função de representante classista ou remunerado por convênio público; g) dirigente sindical. (NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal. v. 3: parte especial: arts. 213 a 361 do Código Penal. 3. Rio de Janeiro : Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530983239. Acesso em: 09 dez. 2019).</p> <p>Na mesma linha, apenas para ilustrar: DELMANTO, Celso. Código penal anotado. 2. ed. aum. São Paulo : Saraiva, 1981. xxix, 760p. Acompanhado da Lei das Contravenções Penais, Lei de Introdução, Legislação Complementar, Exposição de Motivos, Sumula do STF e TFR em matéria penal e correlata e índice geral alfabético-remissivo. JESUS, Damásio E. de (Damásio Evangelista de). Código penal anotado. 21. ed. de acordo com a Lei n. 12.550/2011. São Paulo : Saraiva, 2012. 1356 p.</p>	INDEFERIDO
21779	LENICE CHARLENE SIMAS	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
21495	LEONARDO AZEVEDO SARTURI	Sem justificativa para interposição de recurso.	IMPROCEDENTE
21495	LEONARDO AZEVEDO SARTURI	"Verbo" é uma das 10 "classes gramaticais", exigida como conteúdo programático no Edital.	INDEFERIDO
21495	LEONARDO AZEVEDO SARTURI	"Verbo" é uma das 10 "classes gramaticais", exigida como conteúdo programático no Edital.	INDEFERIDO
24372	LEONARDO BARROS DE ANDRADE	O candidato efetua a resolução corretamente mas como a soma dos pesos é 10 a divisão deveria ser por 10 e não por 3.	INDEFERIDO
24372	LEONARDO BARROS DE ANDRADE	<p>Na divisão das colônias os roedores possuem hierarquia baseada em dominantes e dominados, sendo os animais mais velhos e fracos os dominados. Ao identificarem novas fontes de alimento os dominantes esperam os dominados ingerirem.</p> <p>https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/2473/art_ISHIZUKA_Prevencao_controle_de_roedores_parte_2.pdf?sequence=1&isAllowed=y</p>	INDEFERIDO
24372	LEONARDO BARROS DE ANDRADE	<p>de acordo com o Ministério da Saúde o tratamento de casos leves de leptospirose deve ser ambulatorial, apenas casos graves requerem internação, sem menção ao isolamento dos pacientes.</p> <p>http://saude.gov.br/saude-de-a-z/leptospirose#tratamento</p>	INDEFERIDO
24497	LEONARDO BENASSI DE BORBA	<p>problemas nutricionais comprometem a resposta aos anti helmínticos.</p> <p>http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-736X2011000100010</p> <p>https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/36604/1/AAC-Importancia-das-endoparasitoses.pdf</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

24497	LEONARDO BENASSI DE BORBA	Os antimicrobianos concentração dependentes, como os aminoglicosídeos são aqueles que quanto maior o nível sérico acima da CIM, maior a taxa de erradicação das bactérias. Medicamentos em animais de produção/Helenice Spinoda de Souza, João Palermo-Neto; Silvana Lima Gorniak. 1. é. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. (Pág. 72) Efeito pós antibiótico ocorre DEPOIS que as concentrações séricas alcançaram a CIM. Ai então mantem a supressão do crescimento bacterianos mesmo quando as concentrações séricas já são inferiores à CIM	INDEFERIDO
18608	LEONARDO MOREIRA LIMA	"Salmonella, Shigella..... Musca domestica is not a biological vector of any of these". Medical Insects and Arachnids, por R. P. Lane e R. W. Crossley, página 424. Não há evidências científicas suficientes que provem multiplicação dos agentes no interior do inseto.	INDEFERIDO
18608	LEONARDO MOREIRA LIMA	questão anulada	DEFERIDO
18608	LEONARDO MOREIRA LIMA	O fato de não especificar os agentes transmissores não invalida a assertiva.	IMPROCEDENTE
16008	LETICIA PASUCH PELEGRINI	A explanação do candidato não traz nenhuma razoabilidade. Apresenta definições que não foram objeto de questionamento da pergunta.	INDEFERIDO
16008	LETICIA PASUCH PELEGRINI	No edital consta: "Projeto de estruturas: cálculo estrutural, dimensionamento de estruturas convencionais, conhecimento de sistemas estruturais e suas características, especificações e normas técnicas (concreto, madeira e aço)." A norma NBR 6118 trata do concreto armado e do concreto protendido.	INDEFERIDO
16008	LETICIA PASUCH PELEGRINI	No edital consta: "Tecnologia das edificações, urbanas e ambientais e georreferenciais: conhecimento de sistemas construtivos pré-fabricados em concreto, steelframing, modular em aço, construções industrializadas." A alvenaria estrutural é considerada uma tecnologia industrializada.	INDEFERIDO
18876	LETICIA RECH DEBIASI	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18876	LETICIA RECH DEBIASI	Verificar fonte: JORDÃO, E.P.; PESSÓA, C. A. Tratamento de esgotos domésticos. 3ª ed. Rio de Janeiro; ABES, 1995. 720 p. Jordão e Pessoa (1995) classificam a matéria sólida presente nas águas residuárias seguindo a nomenclatura: • função das dimensões das partículas: sólidos em suspensão, sólidos coloidais ou sólidos dissolvidos; • função da sedimentabilidade: sólidos sedimentáveis, sólidos flutuantes ou flotáveis ou sólidos não sedimentáveis; • função da secagem, a alta temperatura (550 a 600°C): sólidos fixos ou sólidos voláteis; • função da secagem em temperatura média (103 a 105°C): sólidos totais, sólidos em suspensão ou sólidos dissolvidos.	INDEFERIDO
17629	LETÍCIA SILVA TESTA	Prezado(a) candidato(a). Recurso deferido, questão anulada.	DEFERIDO
17629	LETÍCIA SILVA TESTA	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. O ano da resolução, embora esteja realmente equivocada, não interfere diretamente na resposta da questão, dado que o enunciado deixa claro que a resolução trata-se do "Regulamento Técnico de Boas Práticas de Utilização das Soluções Parenterais (SP) em serviços de saúde", e não sobre o "Regulamento técnico para o ingrediente ativo acefato em decorrência de sua reavaliação toxicológica".	INDEFERIDO
17629	LETÍCIA SILVA TESTA	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. Conforme documento da ANVISA (2017), intitulado por "Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde", anexo VII: Conceito e Classificação de Ferida, página 126, as feridas são classificadas: Quanto ao tempo de abertura: • Agudas: são originadas de cirurgias ou traumas, com reparação no tempo adequado e sem complicações; • Crônicas: apresentam comprometimento na reparação e complicações. Portanto, a segunda afirmação é verdadeira.	INDEFERIDO
17629	LETÍCIA SILVA TESTA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15184	LETÍCIA SOUSA SILVA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21259	LIDIANA DENEZIA CABRAL DOS SANTOS	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo:</p> <p>Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50</p> <p>Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05</p> <p>Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\\$ 800,19$</p> <p>Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
21259	LIDIANA DENEZIA CABRAL DOS SANTOS	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21259	LIDIANA DENEZIA CABRAL DOS SANTOS	<p>Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO
21259	LIDIANA DENEZIA CABRAL DOS SANTOS	<p>questão anulada.</p>	DEFERIDO
21259	LIDIANA DENEZIA CABRAL DOS SANTOS	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21259	LIDIANA DENEZIA CABRAL DOS SANTOS	<p>A questão está inserida na temática "infra-estrutura", ou seja, as suas edificações,manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente. Indeferido.</p>	INDEFERIDO
13841	LILIAN ANTON	<p>O gabarito está correto, letra A.</p>	IMPROCEDENTE
21096	LISANDRA DE MORAES CAIERON	<p>É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".</p>	INDEFERIDO
21272	LISIANE EMILI DINIZ	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
16861	LIZANDRA DADAM	<p>Troca de gabarito paraA.</p>	DEFERIDO
16861	LIZANDRA DADAM	<p>Conforme portaria 2914 de 12 de dezembro de 2001, em seu artigo 24 fala queem toda a extensão da rede, não em parte da rede.</p>	INDEFERIDO
21858	LORENA SERPA	<p>O enunciado da questão diz: "- O Código de Obras do Município de Porto Belo (Lei Complementar nº 34/2011), trata da responsabilidade técnica do acompanhamento das obras no município.Sobre a referida temática, analise as afirmativas e identifique a(s) correta(s):"</p> <p>O município tem suas responsabilidades quanto as situações apontadas no requerimento, contudo essas não foram objeto de questionamento na presente pergunta (questão 18).</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

21858	LORENA SERPA	A pergunta se refere a Lei 34/2011, não foi objetivo da pergunta em nenhum momento a evolução histórica da legislação e sim a sua forma atual. Quanto a pertinência de se questionar a referida legislação a mesma encontra-se explicitada no edital do concurso.	INDEFERIDO
21858	LORENA SERPA	A questão restringe a Lei referida no enunciado e no edital de convocação. Não foi objeto da questão a evolução da Legislação e sim seu estado atual e vigente.	INDEFERIDO
21858	LORENA SERPA	A questão restringe a Lei referida no enunciado e no edital de convocação. Não foi objeto da questão a evolução da Legislação e sim seu estado atual e vigente.	INDEFERIDO
14281	LORINEZ DA ROSA CAMARGO PERIN	questão anulada.	DEFERIDO
19995	LUANA HENRIQUE LAMAS	O enunciado da questão 31 tem como foco, a terapia ocupacional na ergonomia. Nesse sentido, a única resposta correta é a alternativa (C), ou seja, “A atuação do terapeuta ocupacional na ergonomia aborda a análise de sistemas, preocupando-se com o funcionamento global da empresa e com sua equipe de trabalho.[...]” A alternativa E, apontada pelo requerente como correta, não guarda relação direta com o enunciado da questão. A alternativa E gira em torno da definição de ergonomia e, nesse sentido, não responde corretamente ao enunciado.	INDEFERIDO
19600	LUANA TURRA	Prezado(a) candidato(a). Recurso deferido, questão anulada.	DEFERIDO
19600	LUANA TURRA	Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. Embora o referido documento "Guia de Enfermagem da Atenção Primária à Saúde", tenha sido publicado em portaria mais recente em comparação ao documento publicado pela ANVISA, o mesmo utiliza referências oficiais antigas (2013), e referências não oficiais (manuais adotados por instituições privadas). Ainda, trata-se de um Procedimento Operacional Padrão (POP) adotado pela Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, o que acaba restringindo-se somente a este grupo, nesta localidade. Desta forma, o documento publicado pela ANVISA se sobrepõe diante de POPs e manuais privados.	INDEFERIDO
16237	LUCAS MELLO PIONER	Em relação a questão de número 34, a alternativa correta é a letra E. Mesmo não havendo menção de qual órgão expedidor da norma, no próprio enunciado há o conteúdo que a Instrução normativa aborda, não interferindo na resposta a ausência desta informação. A questão é pertinente a C.L.T e legislação em Medicina do Trabalho (item incluso no conteúdo programático), sendo um tema extremamente relevante por tratar das contratações de aprendizes. Segue edital "MÉDICO DO TRABALHO Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS. Constituição Federal, (artigos 196 a 200), (Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Federal nº 8.142/90) Normas Operacionais, Conselhos de Saúde. Estratégia de Saúde da Família. Saúde Coletiva. Portaria nº 2436/2017 – Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Política Nacional de Humanização. Programa de controle médico em saúde ocupacional. Programa de prevenção de riscos ambientais. Normas regulamentadoras em higiene e segurança do trabalho. C.L.T. e legislação em medicina do trabalho. Métodos diagnósticos das doenças ocupacionais. Indicadores biológicos de exposição. Serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho. Acidentes do trabalho. Indicadores ambientais de exposição. Doenças pulmonares ocupacionais. Lesões por esforços repetitivos. Dermatoses ocupacionais. Perdas auditivas induzidas pelo ruído. Radiações ionizantes e não ionizantes. Exposição ocupacional a metais pesados, solventes e gases. Exposição a agrotóxicos. Ergonomia. Intoxicações profissionais. Doenças relacionadas com o trabalho. Agentes de exposição (riscos químicos, físicos, biológicos). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público."	INDEFERIDO
16237	LUCAS MELLO PIONER	Análise- Esclarece-se que o Conselho Nacional de Saúde é um órgão subordinado ao Ministério da Saúde. Nesse sentido, respeitando-se a relação de pertinência e inclusão, que reforçam, respectivamente, os termos ‘pertence” e “está contido”, com a intersecção dos conjuntos, reforça-se esta relação. Ademais, resgata-se Medeiros (2014) quando diz que “o Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90. Além disso, ratifica-se que as três esferas de Governo garantirão autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico”. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

		<p>Em relação a questão acima, as corretas são I, II e III.</p> <p>A alternativa IV se refere a uma obrigação do empregado e não do empregador.</p> <p>Segue cópia parcial da NR6 dos dois itens em relação as obrigações do empregador e do empregado:</p> <p>"6.6 Responsabilidades do empregador. (Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)</p> <p>6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:</p> <p>a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;</p> <p>b) exigir seu uso;</p> <p>c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;</p> <p>d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;</p> <p>e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;</p> <p>f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,</p> <p>g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada. h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico. (Inserida pela Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009)</p> <p>6.7 Responsabilidades do trabalhador. (Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)</p> <p>6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:</p> <p>a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;</p> <p>b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;</p> <p>c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,</p> <p>d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.</p>	
16237	LUCAS MELLO PIONER		INDEFERIDO
16318	LUCIANA FIGUEIRA DE AMORIM	A questão deve ser anulada, pois a alternativa B gera dúvidas e não há outra alternativa correta.	DEFERIDO
23296	LUCIANA LOUREIRO	Prezado(a) candidato(a). Recurso deferido, questão anulada.	DEFERIDO
16346	LUIS FERNANDO CARDOSO MARTINS	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	O pedido improcede, uma vez que o conteúdo da questão e seu texto base se referenciam em pesquisas já publicadas e referendadas cientificamente. Além disso, a questão versa sobre os seguintes temas previstos no edital: Psicologia do Desenvolvimento, Psicanálise, Psicopatologia. É dever do candidato estar atualizado sobre pesquisas e relatos de intervenção aderentes às temáticas previstas em edital.	IMPROCEDENTE
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	O pedido improcede, uma vez que o conteúdo da questão e seu texto base se referenciam em pesquisas já publicadas e referendadas cientificamente. Além disso, a questão versa sobre o seguinte tema previsto no edital: Psicologia Educacional. É dever do candidato estar atualizado sobre pesquisas e relatos de intervenção aderentes às temáticas previstas em edital.	IMPROCEDENTE
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	A temática da medicalização é uma discussão contemporânea fundamental ao campo da psicologia e da saúde mental e é aderente ao tema Psicopatologia, previsto no edital.	INDEFERIDO
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	Há possibilidades para o método "constelação familiar" ser aplicado à Psicologia, embora haja limites para sua aplicação. Como tais limites não foram explicitados na questão, o pedido do candidato foi aceito. Questão anulada.	DEFERIDO
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	A temática abordada na questão é uma discussão contemporânea fundamental ao campo da psicologia, já discutida, pesquisada, comprovada cientificamente e publicada em artigos e revistas de reconhecimento acadêmico nacional. Além disso, é aderente aos temas Psicopatologia e Psicanálise, previstos no edital. É dever do candidato estar atualizado quanto às leituras dos temas do edital.	IMPROCEDENTE
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	O pedido improcede, uma vez que o conteúdo da questão e seu texto base se referenciam em pesquisas já publicadas e referendadas cientificamente. Além disso, a questão versa sobre os seguintes temas previsto no edital: Psicologia Educacional, Psicologia do Desenvolvimento e Psicanálise. É dever do candidato estar atualizado sobre pesquisas e relatos de intervenção aderentes às temáticas previstas em edital.	IMPROCEDENTE
17268	LUÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	A temática e o instrumento abordado na questão referem a uma discussão contemporânea fundamental ao campo da psicologia e saúde mental, já pesquisada, comprovada cientificamente e publicada em artigos e revistas de reconhecimento acadêmico nacional. Além disso, é aderente aos temas Psicopatologia e Psicanálise, previstos no edital. É dever do candidato estar atualizado quanto às leituras dos temas do edital.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

17268	LUIÍS FERNANDO FERREIRA VÁLIO	A alternativa E está errada, uma vez que o conceito de "integração", no campo da educação especial, não leva em conta "uma transformação cultural e educativa nas escolas para acolher a todas as crianças", transformação essa prevista a partir da entrada do conceito de "inclusão" nesse campo. Se o candidato ler atentamente a questão, verificará que a palavra "inclusão" não consta na alternativa E. Além disso, a questão versa sobre uma questão fundamental e contemporânea ao campo da Psicologia Educacional, tema previsto no edital.	IMPROCEDENTE
13254	LUIZ ANTÔNIO PEREIRA	A questão está perfeitamente compreendida. O uso dos termos não causa prejuízo à questão.	INDEFERIDO
13254	LUIZ ANTÔNIO PEREIRA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
23277	LUIZ CARLOS DA LUZ	Troca de gabarito: de D para A.	DEFERIDO
15614	LUIZ FELIPE SALVADOR	Seguem as considerações feitas por esta banca acerca do pedido de revisão da questão de nº 32 da prova de Auditor Interno. Caro candidato, Note que a proposição "I- A elevação dos preços de uma economia é um fenômeno macroeconômico e é medido pela taxa de inflação", não restringe o entendimento do fenômeno inflacionário, tampouco as suas causas e porquês. A proposição apenas afirma que, na eventualidade de uma elevação de preços (proveniente de um aumento de custos de produção, variações na taxa de câmbio, choques de oferta monetária, descompasso entre oferta e demanda, em suma, de fatores dos mais variados), esta pode ser medida através da taxa de inflação, o que é feito através de indicadores como o IPCA, IGP, INPC, etc. Ademais, em nenhum momento se fala de preços dos produtos e serviços (grifo nosso). A proposição trata da elevação dos preços de maneira ampla e abrangente, sem delimitar as suas raízes. Os motivos "seca, pragas e excesso de chuvas" podem ser entendidos como choques de oferta (neste caso de difícil previsão), portanto, afetando os custos de produção das firmas, e da economia como um todo. Tal aumento de custo é repassado ao consumidor final, na ausência de subsídios governamentais, o que gera uma elevação nos preços, neste caso, do setor agrícola e/ou do agronegócio. Tal aumento dos preços pode ser capturado por uma taxa de inflação. Por fim, o mecanismo de oferta e demanda gera as ditas pressões inflacionárias através dos motivos escassez e/ou abundância. Quando há um desequilíbrio entre oferta e demanda, os preços se ajustam de maneira a adequar tal descompasso, podendo, eventualmente, gerar inflação. Novamente, a questão não delimitou os motivos/raízes/porquês da elevação dos preços. Nestes termos, o pedido de alteração do gabarito é considerado teoricamente insustentável, inderindo-se o mesmo.	INDEFERIDO
16149	LUIZ GUILHERME VALVERDE DA SILVA	Há uma interpretação equivocada da ideia de proporção usada na solução indicada pelo candidato. Regra de três não resolve essa questão da maneira com que foi feito. Como foi comprado chope para 20 pessoas beberem 600 ml cada, a quantidade é de 20-600 = 12000 ml. Essa quantidade de 12000ml é o que foi comprado e foi bebida por 30 pessoas, resultando em 12000/30 = 400 ml de chope por pessoa. Assim, cada um beberá a menos 600 - 400 = 200 ml - alternativa D	INDEFERIDO
13613	LYDIA AMORIM FIGUEIREDO	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO
19957	MAGDA FELICIANO	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19957	MAGDA FELICIANO	Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
19553	MAICON SCHALLEMBERGER DE QUEVEDO	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 . 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
13492	MAIKEL DA SILVA GOMES	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSNo tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

24565	MAILDÊ CECILIA DA SILVA	Mantém-se a resposta do gabarito. A questão refere-se ao documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), cuja redação das alternativas encontra-se na íntegra na p. 46. Indeferido.	INDEFERIDO
24565	MAILDÊ CECILIA DA SILVA	Mantem-se o gabarito Indeferido.	INDEFERIDO
24000	MANOELA COTA NOVAES	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
24000	MANOELA COTA NOVAES	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
13939	MARA REGINA ACCO	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
14252	MARCELO SILVA DE SOUZA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
14252	MARCELO SILVA DE SOUZA	O questão acima apenas indagou qual a infração prevista para tal conduta e não sobre qual a medida administrativa(que seria a retenção do veículo). Ou seja, apenas se queria saber qual infração o condutor estaria cometendo e não o que ocorreria com seu veículo (medida administrativa) neste caso.	INDEFERIDO
13707	MARCIN WARDYN	Ver página 03 do material disponibilizado no link, extraído do "Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos" promovido pelo ENS/UFSC: http://www.neagua.ufsc.br/tiki-download_file.php?fileId=35	INDEFERIDO
22530	MÁRCIO MUNIZ LARANJEIRA	Análise- O enunciado da questão 15 conduz à apenas uma resposta- o “preconceito racial”. O enunciado da questão se refere a superioridade ou inferioridade de uma etnia sobre outra, independentemente de religião, dos valores adotados. A resposta não poderia ser preconceito cultural, em razão do enunciado não tratar de aspectos como posses, classes, costumes, estilo de vida, entre outros. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22530	MÁRCIO MUNIZ LARANJEIRA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

22530	MÁRCIO MUNIZ LARANJEIRA	<p>Conforme regulamenta o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito no seu capítulo IV, a sinalização horizontal amarela simples contínua ou dupla contínua indica ao condutor a proibição de ultrapassagem e os deslocamentos laterais, exceto para acessar imóveis/lotes lindeiros. Ademais, se o imóvel/lote lindeiro ficar à direita do condutor, não há necessidade do mesmo trafegar por cima da sinalização horizontal de divisão de fluxos opostos (faixa amarela), uma vez que esta fica ao lado esquerdo do condutor.</p> <p>Sendo assim indefiro seu pedido e mantenho a validade da questão e da resposta na alternativa (C).</p>	INDEFERIDO
15510	MARIA ALICE SIQUEIRA DE OLIVEIRA DA SILVA	<p>Análise- Todas as afirmativas da questão 22 estão corretas. Em relação à afirmativa, objeto do recurso, destaca-se o excerto do Ministério da Saúde: "A Estratégia Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação, uso de tabaco, dentre outros. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS)."; Fonte: http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa</p> <p>O recurso deve ser indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15510	MARIA ALICE SIQUEIRA DE OLIVEIRA DA SILVA	<p>Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. Embora o referido documento "Guia de Enfermagem da Atenção Primária à Saúde", tenha sido publicado em portaria mais recente em comparação ao documento publicado pela ANVISA, o mesmo utiliza referências oficiais antigas (2013), e referências não oficiais (manuais adotados por instituições privadas). Ainda, trata-se de um Procedimento Operacional Padrão (POP) adotado pela Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal, o que acaba restringindo-se somente a este grupo, nesta localidade. Desta forma, o documento publicado pela ANVISA se sobrepõe diante de POPs e manuais privados.</p>	INDEFERIDO
15510	MARIA ALICE SIQUEIRA DE OLIVEIRA DA SILVA	<p>Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. A questão fala sobre as funções do enfermeiro, e não sobre o enfermeiro generalista.</p>	INDEFERIDO
15510	MARIA ALICE SIQUEIRA DE OLIVEIRA DA SILVA	<p>Prezado(a) candidato(a). Recurso indeferido. O enfermeiro(a) só encaminha para o serviço de referência se houver dificuldade para agendar a consulta médica, conforme bem exposto na sua argumentação. A alternativa "D" não reflete esta condição.</p>	INDEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e antenatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.</p>	INDEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Troca de gabarito de A para D.</p>	DEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Troca de gabarito de C para A</p>	DEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Conforme portaria 2914 de 12 de dezembro de 2001, em seu artigo 24 fala que "...em toda a extensão da rede, não em parte da rede.</p>	INDEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Referiu-se: "analise as afirmativas abaixo e identifique a correta". Não se solicitou ipsis litteris o relatório. Recurso indeferido.</p>	INDEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Conforme portaria 2914 de 12 de dezembro de 2001, em seu artigo 24 fala que "...em toda a extensão da rede, não em parte da rede.</p>	INDEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>Toas as alternativas estão corretas, ficando a questão correta a de número passando de C para A</p>	DEFERIDO
19595	MARIA AMELIA RUSSI MARONEZZI	<p>É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".</p>	INDEFERIDO
13380	MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 32, esclarecemos que o gabarito será alterado da alternativa "E" para a alternativa "B", em virtude de erro de digitação. Recurso deferido, altera-se o gabarito.</p>	DEFERIDO
13380	MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL	<p>Em resposta ao recurso interposto contra esta questão 33, esclarecemos que ele é im procedente, visto que a palavra "estabelecer" é um verbo transitivo direto que, de acordo com o Dicionário Aurélio significa "já a palavra "operar" é também um verbo transitivo direto, associado a fazer alguma coisa; produzir; executar; obrar; realizar. Desta forma considera-se o recurso indeferido, questão mantida.</p>	INDEFERIDO
17329	MARIA ELIZA BERNIERI	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
17329	MARIA ELIZA BERNIERI	<p>Do capítulo V, Art. 348 da RDC 17/2010: Quando possível, os produtos devem preferencialmente ser esterilizados por calor em seu recipiente final.</p>	INDEFERIDO
18351	MARIANA COLZANI	<p>Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15290	MARIANA KRUSCINSKI	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15290	MARIANA KRUSCINSKI	questão anulada.	DEFERIDO
21407	MARIANE FRAGA MARIAN	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 - 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
14633	MARIANE FRIEDRICH WENDLER	MUSEU - DEFINIÇÃO Instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor artístico, histórico etc.	INDEFERIDO
19397	MARILENE GONZAGA	<p>Sobre este pedido de revisão da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno, as seguintes considerações foram feitas por esta banca.</p> <p>1- Entende-se que acerca do sentido lexical dos termos período e contínuo, uma oportunidade para equívoco de interpretação foi gerada, de modo a prejudicar aqueles candidatos que tem o domínio dos conceitos tratados na questão, i.e., monitoramento e avaliação. A argumentação do candidato procede no sentido de clarificar o erro da banca em utilizar dois termos antitéticos, causando confusão lexical.</p> <p>2- Nota-se a relevância do documento "Gerenciamento de riscos corporativos - Estrutura integrada" da consultoria PriceWaterhouseCoopers trazido pelo candidato, no sentido teórico e elucidativo, validando a sua argumentação.</p> <p>Em face dos motivos acima explicitados, esta banca assente com o pedido de mudança de gabarito para a letra "(A) Apenas as alternativas I e II estão corretas", dando por deferido este pedido de recurso da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno.</p>	DEFERIDO
19397	MARILENE GONZAGA	<p>Sobre este pedido de revisão da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno, as seguintes considerações foram feitas por esta banca.</p> <p>1- Entende-se que acerca do sentido lexical dos termos período e contínuo, uma oportunidade para equívoco de interpretação foi gerada, de modo a prejudicar aqueles candidatos que tem o domínio dos conceitos tratados na questão, i.e., monitoramento e avaliação. A argumentação do candidato procede no sentido de clarificar o erro da banca em utilizar dois termos antitéticos, causando confusão lexical.</p> <p>2- Nota-se a relevância do documento "Gerenciamento de riscos corporativos - Estrutura integrada" da consultoria PriceWaterhouseCoopers trazido pelo candidato, no sentido teórico e elucidativo, validando a sua argumentação.</p> <p>Em face dos motivos acima explicitados, esta banca assente com o pedido de mudança de gabarito para a letra "(A) Apenas as alternativas I e II estão corretas", dando por deferido este pedido de recurso da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno.</p>	DEFERIDO
19397	MARILENE GONZAGA	<p>Sobre este pedido de revisão da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno, as seguintes considerações foram feitas por esta banca.</p> <p>1- Entende-se que acerca do sentido lexical dos termos período e contínuo, uma oportunidade para equívoco de interpretação foi gerada, de modo a prejudicar aqueles candidatos que tem o domínio dos conceitos tratados na questão, i.e., monitoramento e avaliação. A argumentação do candidato procede no sentido de clarificar o erro da banca em utilizar dois termos antitéticos, causando confusão lexical.</p> <p>2- Nota-se a relevância do documento "Gerenciamento de riscos corporativos - Estrutura integrada" da consultoria PriceWaterhouseCoopers trazido pelo candidato, no sentido teórico e elucidativo, validando a sua argumentação.</p> <p>Em face dos motivos acima explicitados, esta banca assente com o pedido de mudança de gabarito para a letra "(A) Apenas as alternativas I e II estão corretas", dando por deferido este pedido de recurso da questão de nº 28 da prova de Auditor Interno.</p>	DEFERIDO
24260	MARILU DUARTE DA SILVA	Sem justificativa apresentada.	IMPROCEDENTE
18442	MARINA GABRIELA BARBOSA RODRIGUES MERCADANTE	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
18442	MARINA GABRIELA BARBOSA RODRIGUES MERCADANTE	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão, considera-se a afirmação impropriedade. Entretanto esclarecemos que o gabarito será alterado da alternativa “E” para a alternativa “B”, em virtude de erro de digitação.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

18794	MARIUZI DA CRUZ PINTON	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
18794	MARIUZI DA CRUZ PINTON	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
21409	MARLON FELICIO FERNANDES PALHANO CARNEIRO	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embasa e fundamenta os pleitos da referida questão.</p> <p>Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO
14403	MATHEUS ALVES NAIDON	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embasa e fundamenta os pleitos da referida questão.</p> <p>Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO
14403	MATHEUS ALVES NAIDON	<p>A questão 21 deste certame tem o escopo de fazer com o candidato saiba o texto do artigo 1º do CTB que aduz o seguinte:</p> <p>Artigo 1, parágrafo 1º do CTB:Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.</p> <p>A alternativa (D) está exatamente idêntica à definição constante no CTB, sendo a única alternativa correta entre as assertivas apresentadas.</p> <p>Sebdo assim, resta INDEFERIDO este recurso, e mantenho a validade da questão 21 do referido certame.</p>	INDEFERIDO
14403	MATHEUS ALVES NAIDON	<p>Se o candidato prestar bem atenção na questão e por ser dizer conhecedor da legislação de trânsito, o enunciado da questão menciona sim as palavras "veículo automotor", exatamente em conformidade com o artigo 168 do CTB. Outrossim, o artigo 244 do referido artigo deixa claro ser infração gravíssima transportarcrianças com idade inferior a 7 anos, e não de 10 anos conforme o candidato menciona acima.</p> <p>Sendo assim, pelos argumentos acima citados e pela questão estar em consonância com o artigo 168 do CTB, indefiro o pedido acima.</p>	INDEFERIDO
20259	MATHEUS JOSÉ RIGON	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.</p>	DEFERIDO
20259	MATHEUS JOSÉ RIGON	<p>A alternativa C está incorreta, ao afirmar que ao contrário do que justifica o candidato, "Mês&rdquo; e &ldquo;até&rdquo;nãosão exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxitona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito, letra A.</p>	INDEFERIDO
20259	MATHEUS JOSÉ RIGON	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 25, esclarecemos que ela está associada aos seguintes conteúdos programáticos: &ldquo;Concepção e execução de projetos de Arquitetura e Urbanismo&rdquo; e &ldquo;Sistemas construtivos&rdquo;. Portanto, recurso indeferido, questão mantida.</p>	INDEFERIDO
22597	MAURICIO SOUZA MELLO	<p>O gabarito está correto, letra E.</p>	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

22597	MAURICIO SOUZA MELLO	A área de uma pista retangular com 20 metros por 15 metros é igual a $20 \cdot 15 = 300m^2$ (o candidato incorretamente somou as medidas ao invés de multiplicar para obter a área). Assim, como são 3 pessoas por m^2 tem-se $300 \cdot 3 = 900$ pessoas na área retangular e com mais 200 pessoas da área VIP resulta em 1100 pessoas - alternativa D.	INDEFERIDO
22597	MAURICIO SOUZA MELLO	Como eram esperadas 20 pessoas e o consumo esperado de 600 ml por pessoa, foram comprados $20 \cdot 600 = 12.000$ ml de chope = 12 litros. Como foram 30 pessoas cada um bebeu $12000 / 30 = 400$ ml. Até aí o candidato resolveu corretamente mas faltou responder a questão: "a quantidade de chope a menos que cada um poderá beber, em relação à quantidade inicial será, em ml, de" $600 \text{ ml} - 400 \text{ ml} = 200 \text{ ml}$ - alternativa D	INDEFERIDO
20126	MAYANA SCREMIN DOS SANTOS	A questão n. 27, em relação à alternativa "A", trata da impossibilidade de o Presidente da República recusar aplicação à determinação do STF em promover medida interventiva no Estado-membro. Desse modo, a medida de suspensão da execução do ato impugnado, por meio de decreto presidencial, constitui medida interventiva mais branda, mas que não retira a sua obrigatória vinculação à decisão proferida pelo STF.	IMPROCEDENTE
20126	MAYANA SCREMIN DOS SANTOS	As razões recursais relacionadas à questão n. 32 não possuem consistência porque a alternativa "E" sugere que a supralegalidade corresponde às normas de tratado internacional sobre direito humanos internalizados por meio de decreto legislativo e decreto presidencial. Nesse aspecto, impende salientar que os decretos legislativos, em sua formação ordinária, submetem-se à aprovação por maior simples (art. 47 da Constituição Federal), razão pela qual o tratado internacional assim aprovado será tido como norma supralegal, segundo definido pelo STF. Ao contrário, quando o decreto legislativo for submetido ao rito e quórum de votação diferenciados previstos no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, conferirá status de norma constitucional ao tratado internacional. Como não se fez referência na alternativa "E" ao respectivo rito e quórum qualificados, entende-se que a formação do decreto legislativo ocorre por maioria simples, propiciando ao tratado internacional natureza de norma supralegal. Nesse sentido, o STF, por meio do RE 466.343, fixou entendimento de que os tratados e convenções internacionais sobre direito humanos, se não incorporados segundo o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terão hierarquia de normas supralegais, portando efeito paralisante das normas infraconstitucionais em sentido contrário.	IMPROCEDENTE
20212	MAYARA MARTINS VIANA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
20212	MAYARA MARTINS VIANA	questão anulada.	DEFERIDO
15770	MICAELA SANTOS FERREIRA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
17853	MICHAEL LASCH	Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa. A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então $784,50 + 0,002 \cdot 10 \cdot 784,50 = R\$ 800,19$ Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

22759	MILENA PALHANO	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
22469	MIRELI DA SILVA GONÇALVES TILL	<p>A questão 21 deste certame tem o escopo de fazer com o candidato saiba o texto do artigo 1º do CTB que aduz o seguinte:</p> <p>Artigo 1, parágrafo 1º do CTB: Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.</p> <p>A alternativa (D) está exatamente idêntica à definição constante no CTB, sendo a única alternativa correta entre as assertivas apresentadas.</p> <p>Sebdo assim, resta INDEFERIDO este recurso, e mantenho a validade da questão 21 do referido certame.</p>	INDEFERIDO
15857	MIRIAN DOS SANTOS MELIM	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15857	MIRIAN DOS SANTOS MELIM	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 22, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por apresentar mais de uma alternativa correta.</p> <p>Recurso deferido, questão anulada.</p>	DEFERIDO
20464	MIRIAN HOSSA RAMBO	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 40, esclarecemos que ela está associada ao seguinte conteúdo programático: &ldquo;Elaboração e interpretação de levantamentos topográficos&rdquo;. Portanto, recurso indeferido, questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20464	MIRIAN HOSSA RAMBO	<p>Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.</p>	DEFERIDO
20687	MISAEAL ANTONIO KÖENE	<p>O(a) candidato(a) sustenta que a questão 36 deve ser anulada, pois a alternativa correta seria a letra E, havendo, segundo sustenta, no mínimo, dupla interpretação. Todavia, o recurso não merece acolhimento.</p> <p>Com efeito, a alternativa do gabarito oficial (A), está em total consonância com a previsão expressa e literal do art. 54 da Lei federal n. 9.784/1999:</p> <p>Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.</p> <p>Já a alternativa E está incorreta, pois os atos administrativos vinculados não estão sujeitos à revogação, por motivo de conveniência e oportunidade.</p> <p>Nesse sentido é a lição da profa. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, para quem não podem ser revogados os atos vinculados, precisamente porque nestes não há os aspectos concernentes à oportunidade e conveniência; se a Administração não tem liberdade para apreciar esses aspectos no momento da edição do ato, também não poderá apreciá-los posteriormente. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25ª edição. São Paulo, 2012, p. 257).</p> <p>Assim, indefere-se o recurso.</p>	INDEFERIDO
23956	MORGANA AZZI	<p>A crase é facultativa depois da palavra atê. Se depois da preposição atê houver uma palavra feminina que admita artigo, a crase será opcional, não obrigatória. Portanto, a única possibilidade correta é mesmo a letra D.</p>	INDEFERIDO
23956	MORGANA AZZI	<p>troca de gabarito para A.</p>	DEFERIDO
23956	MORGANA AZZI	<p>No caso da afirmação o questionamento do requerente procede pois verifica-se um erro de digitação está secundário e industrial, o correto seria secundário ou industrial</p> <p>Com estas considerações a questão não apresenta alternativa de resposta e deve ser anulada</p>	DEFERIDO
23956	MORGANA AZZI	<p>A definição neste segmento do estudo do turismo pode variar de acordo com o ponto de vista e foco de cada autor.</p> <p>De acordo com Leandro LEMOS (1999), &ldquo;demanda turística podemos entender: a quantidade de bens e serviços que um consumidor/turista está apto e disposto a adquirir: por determinado preço, com determinada quantidade, por determinado período de tempo e em determinado local&rdquo;. Portanto, está correta a resposta: Demanda turística.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

23956	MORGANA AZZI	<p>De acordo com BRITO e FONTES (2002, p. 69 - 74), conferência é "um tipo de reunião mais conhecido, que consiste em duas partes: o auditório e o expositor. Caracteriza-se pela apresentação de um tema informativo, técnico ou científico, por autoridades amplamente reconhecido. O expositor, denominado conferencista, quando o auditório é desconhecido e a palestra não pertence a uma série, discorre sobre um assunto previamente escolhido e de seu amplo conhecimento, durante determinado tempo, anteriormente conhecido. Ao final deste período, responde a perguntas formuladas por escrito pelo auditório e dirigidas à mesa. A conferência visa um público específico que demonstra familiaridade com o assunto abordado. É comum a figura do moderador ou presidente de mesa para conduzir o evento (...)"</p> <p>De acordo com os mesmos autores congresso são "uma programação centrada em determinada área de conhecimento, um congresso de medicina, por exemplo, com o objetivo de atualização, divulgação ou transferência de conhecimentos científicos e novas técnicas. Os congressos podem ser definidos como sendo reuniões promovidas por entidades associativas visando a debater assuntos que interessem a um determinado segmento profissional (...)"</p> <p>Simpósio é definido como "o evento destinado à divulgação de experiências, pesquisas ou inovações tecnológicas em determinada área profissional, para discussão e debate sobre as possibilidades de sua aplicação prática. Caracteriza-se como evento prático e simples, de pequeno porte e curta duração, dirigido a público especializado (...)"</p> <p>Convenção "como reuniões fechadas, promovidas por entidades sociais, empresariais (exemplo, do setor de vendas par expansão de mercado), ou políticas que têm por objetivo deliberar sobre assuntos de interesse comum. Caracterizam-se como eventos de pequeno ou médio porte. A periodicidade da convenção é em geral definida pelas normas que regem as entidades promotoras ou em função de fatos extraordinários, como a determinação de novas diretrizes ou lançamento de um novo produto."</p> <p>O seminário, para os mesmos autores, é "muito semelhante ao congresso, porém de menor porte, costuma ser chamado de congresso de pequeno porte (...)"</p> <p>Sendo assim, a resposta correta para a questão é CONFERÊNCIA. Brito, Janaina e FONTES, Nena. Estratégias para Eventos, ALEPH, São paulo, 2002.</p> <p>Quanto a semelhança da questão em outro concurso, conforme citou pelo requerente, deve ser destacado que por se tratar de conhecimento específico coincidências podem ocorrer, pois não realiza-se consulta a banco de dados, para filtros que eliminem esta possibilidade.</p>	INDEFERIDO
23956	MORGANA AZZI	<p>A Igreja Senhor Bom Jesus dos Afritos foi erguida em 1814, antes da emancipação de Porto Belo-SC. É a segunda construção em alvenaria mais antiga da cidade. FCC – Fundação Catarinense de Cultura Nome Atribuído: Igreja Senhor Bom Jesus dos Afritos Localização: Av. Governador Celso Ramos, nº 1445 – Porto Belo-SC Número do Processo: Nº 110/98 Resolução de Tombamento: Decreto Nº 2.990, de 25/06/1998</p> <p>Descrição: Sua capela foi erguida em 1814, sendo a segunda construção em alvenaria mais antiga de Porto Belo, antes mesmo da emancipação política do município, em 1832. A arquitetura típica colonial foi construída com mão de obra escrava e argamassa à base de óleo de baleia, por meio de doações da população, é um ótimo lugar para ser visitado. Fonte: Prefeitura Municipal.</p> <p>http://www.ipatrimonio.org/?p=47344#/map=38329&loc=-27.158505096094043,-48.54934573173523,16</p>	INDEFERIDO
18791	NATASHA GABRIELLE COELHO NUNES	<p>Ao contrário do que justifica o candidato "Mês" e "atê", não são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-tê" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.</p>	INDEFERIDO
18791	NATASHA GABRIELLE COELHO NUNES	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 e 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 e R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
18791	NATASHA GABRIELLE COELHO NUNES	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 e 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 e R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
18791	NATASHA GABRIELLE COELHO NUNES	<p>Com relação ao recurso apresentado, saliento que das alternativas de Verdadeiro e Falso, permanece sendo falsas as alternativas III e V, onde a III é a definição de Epidemia onde fala em "...redução. De acordo com os valores apresentados anteriormente, epidemia não tem redução e sim aumento nos valores, elevando os números de casos em uma determinada região. Referente a V, Vacinação seletiva não vacina TODOS o que não tem vacina e sim quem ainda não tomou a vacina ou está com o calendário vacinal desatualizado.</p>	INDEFERIDO
18791	NATASHA GABRIELLE COELHO NUNES	<p>Mortalidade Infantil consiste na morte de crianças até um ano de idade, a mortalidade neonatal, pós-neonatal, precoce e anteneonatal são subdivisões da mortalidade infantil, então o nome da mortalidade que ocorre do 28º dias a 12 meses é a mortalidade tardia, mas dentro da mortalidade infantil.</p>	INDEFERIDO
18791	NATASHA GABRIELLE COELHO NUNES	<p>Troca de gabarito de C para A.</p>	DEFERIDO
15062	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS	<p>Todas as alternativas estão corretas, ficando a questão correta a de número passando de C para A</p>	DEFERIDO
15062	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS	<p>No edital está especificado Vigilância Sanitária, dentro deste tema encontra-se o Vig Agua que é uma das atribuições da Vig. Sanitária.</p>	INDEFERIDO
15062	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS	<p>Troca de gabarito para D.</p>	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16911	NICOLAS NERING	Mudança de gabarito para A.	DEFERIDO PARCIALMENTE
20614	NILTON CÉSAR CARLINI JUNIOR	A questão está clara quanto à temporalidade a ser analisada.	INDEFERIDO
22574	NORBERTO FABRÍCIO DA CUNHA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos, DEFIRO OS RECURSOS no tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
13035	OLANI VIEIRA	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos, DEFIRO OS RECURSOS no tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
13035	OLANI VIEIRA	Análise- O enunciado da questão 15 conduz à apenas uma resposta- o “preconceito racial”. O enunciado da questão se refere a superioridade ou inferioridade de uma etnia sobre outra, independentemente de religião, dos valores adotados. A resposta não poderia ser preconceito religioso, em razão do enunciado não tratar de aspectos como intolerância religiosa, perseguições, crenças, entre outros. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	Conforme o enunciado diz: "baseado no texto" o termo se aplica. Ademais, não exclui o conhecimento do termo Educação EM Saúde. Recurso improcedente, portanto.	IMPROCEDENTE
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	Os sintomas citados são clássicos e não excluem qualquer termo adicional. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	A questão solicitava para associar a primeira com a segunda coluna. Portanto, interrelacionar com os dados expostos. Neste sentido a estratificação ocorreu por essa ordem: indivíduo assintomático, apresentar fatores de risco (não necessariamente expressos) e sintomas sugestivos de doença (expressos). Pelo exposto, recurso indeferido.	INDEFERIDO
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	Esclarece-se: missão, tratada como incumbência. Ao encontro disso, não há equívoco, pois a sentença diz "para se ratificar a ligação entre a missão e as respostas dos sintomas do TB a programas de exercício aeróbico". O candidato assim o reconhece, pois afirma em seu argumento: "Assim sendo, com a devida interpretação, fica claro que o termo “missão” e a palavra “respostas” referem-se aos sintomas do Transtorno Bipolar a programas de exercício aeróbico.” referem-se aos sintomas do Transtorno Bipolar a programas de exercício aeróbico. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	“A educação tem uma dimensão política [...] ela é um ato político, ainda que não destinemos a devida atenção ao fato de que a política também tem uma dimensão pedagógica.” (VAZ, 2003, p. 162). Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	Esclarece-se: missão, tratada como incumbência. Ao encontro disso, não há equívoco, pois a sentença diz "para se ratificar a ligação entre a missão e as respostas dos sintomas do TB a programas de exercício aeróbico". O candidato assim o reconhece, pois afirma em seu argumento: "Assim sendo, com a devida interpretação, fica claro que o termo “missão” e a palavra “respostas” referem-se aos sintomas do Transtorno Bipolar a programas de exercício aeróbico. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	“A educação tem uma dimensão política [...] ela é um ato político, ainda que não destinemos a devida atenção ao fato de que a política também tem uma dimensão pedagógica.” (VAZ, 2003, p. 162). Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
20055	ÓRLIS MARCOS LENZ	O apontamento não é restritivo, portanto, não sendo excludente às complementações, não ocasiona prejuízo ao entendimento da questão. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE
14470	OSMAR LUIZ OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR	A questão esta bem clara “A ronda deve ser feita em todo o perímetro do prédio” Perímetro é a medida de comprimento de um contorno ou a soma das medidas dos lados de uma figura plana. Resposta correta alternativa B.	INDEFERIDO
16315	OSVALDINA QUIRINA DIAS	O gabarito está correto, letra C.	IMPROCEDENTE
14474	PAOLO DE TARSO ANDERSON SCHWARZ	Em hipótese nenhuma "última", retirada do trecho do texto, em "...última semana..." poderá ser considerado um substantivo, por sinal, está exatamente, nesse trecho, exercendo uma das funções essenciais de um numeral, qual seja: indicar a posição que ocupa o substantivo "semana" numa determinada ordem: "segunda" semana.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16995	PATRICIA DE CÁSSIA PIVATTO NERI	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
16995	PATRICIA DE CÁSSIA PIVATTO NERI	questão anulada.	DEFERIDO
16995	PATRICIA DE CÁSSIA PIVATTO NERI	A redação encontra-se na íntegra na p. 25 do referido documento. ". Práticas Pedagógicas da Educação Infantil Eixos do currículo: As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e Garantir experiências que:Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical. Indeferido	INDEFERIDO
16995	PATRICIA DE CÁSSIA PIVATTO NERI	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 ·10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
14560	PATRÍCIA MONTEIRO GORNI	Troca de gabarito para A.	DEFERIDO
14560	PATRÍCIA MONTEIRO GORNI	A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. Esta trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo - ou seja, que não recebe o turista em seu território - pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.	INDEFERIDO
19131	PAULA FERNANDA HABKOST	O recurso não é procedente pelos motivos apontados a seguir. Primeiramente, a questão é inédita, ao contrário do apontado pelo recorrente. Basta verificar que as alternativas apresentam texto diferentes e possibilidades diferentes da questão apontada pelo recorrente. Em segundo lugar, a questão é completamente compatível com os assuntos indicados no edital, tanto em termos de contabilidade geral, estrutura conceitual e princípios contábeis. Por fim, a alternativa apontada como correta goza de veracidade baseando-se no princípio contábil da entidade, amplamente discutido e estudado na academia, de que não há confusão entre o patrimônio, objeto da contabilidade, e as entidades que o detém, que se utilizam da contabilidade.	INDEFERIDO
16278	PAULO NADER	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
16391	PAULO VICTOR SILVA QUIRINO	Apenas uma alternativa se refere a Cinto de segurança mais talabarte duplo.sem colocar em duvida a imagem.alternativa correta letra A.	INDEFERIDO
16391	PAULO VICTOR SILVA QUIRINO	questão anulada.	DEFERIDO
14103	PEDRO ALBERTO VAZ DE MACEDO SOARES	As questões de Língua Portuguesa são as mesmas para os cargos de nível superior, porém, como são provas diferentes, a ordem das questões, bem como das alternativas não são iguais. O recurso é improcedente, porque, em ambas o gabarito está correto, independentemente da letra, é sempre sujeito simples.	INDEFERIDO
14103	PEDRO ALBERTO VAZ DE MACEDO SOARES	A alternativa "C" da questão n. 32 não é correta porque segundo o STF somente tem caráter supralegal os tratados e convenções internacionais que tratem sobre direitos humanos e que sejam internalizados na ordem jurídica nacional por meio de decreto legislativo (art. 49, inciso I, da Constituição) e decreto presidencial (art. 84, inciso VIII, da Constituição), conforme se verifica do RE 466.343, de 03/12/2008.	IMPROCEDENTE
22689	PEDRO ALEXANDRE SEIFERT SCAPINI	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
22689	PEDRO ALEXANDRE SEIFERT SCAPINI	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão, esclarecemos que o edital é extemporâneo a alteração da Lei Federal nº 13.913 publicada em 25 de novembro de 2019.	INDEFERIDO
22689	PEDRO ALEXANDRE SEIFERT SCAPINI	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19130	PEDRO DE ALCANTARA BRITO JUNIOR	questão anulada.	DEFERIDO
19130	PEDRO DE ALCANTARA BRITO JUNIOR	O enunciado era amplo, fazia referência à doença e não aos agentes envolvidos, e de acordo com o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: Notmas Técnicas e Operacionais do Ministério da Saúde (Pag. 18) o tratamento precoce de casos humanos é parte da estratégia de controle da epidemia	INDEFERIDO
23207	POLYANA BARROS POLIDO	As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão "pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor." a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo, não de explicação. Outra impropriedade do recurso é usar adjunto adverbial nominal, ou adjunto adverbial ou adjunto adnominal.	INDEFERIDO
23207	POLYANA BARROS POLIDO	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
23207	POLYANA BARROS POLIDO	Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa. A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
16408	PRISCILA DOS SANTOS RIBAS	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16408	PRISCILA DOS SANTOS RIBAS	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16408	PRISCILA DOS SANTOS RIBAS	Questão diz respeito à influenza aviária	IMPROCEDENTE
16408	PRISCILA DOS SANTOS RIBAS	questão anulada.	DEFERIDO
16408	PRISCILA DOS SANTOS RIBAS	Não há assertiva falsa no item	IMPROCEDENTE
16408	PRISCILA DOS SANTOS RIBAS	Questão anulada.	DEFERIDO
20668	PRISCILA KOCH	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria "oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere. Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber: Verbos que indicam Fenômenos da natureza; Verbo Haver nos sentidos de Existir; Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo.	INDEFERIDO
20668	PRISCILA KOCH	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
21057	PRISCILA LOPES	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
21057	PRISCILA LOPES	A referida súmula não foi objeto da questão.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

16206	PRISCILA REGINA BENTO GAZZOLA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20011	QUETHILEN BORBA VIEIRA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
20172	RAFAEL AUGUSTO LUCHTENBERG	<p>Os limites máximos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser analisados, segundo a leitura pura da Lei, isoladamente. Nesse sentido, o requerente tem razão ao apontar que duas alternativas apresentam opções que ferem os limites expostos. Portanto, defere-se o recurso e anula-se a questão.</p>	DEFERIDO
20062	RAFAEL DALL OSTO	<p>É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".</p>	INDEFERIDO
22809	RAFAEL MAZZUCO	<p>A questão não faz menção a nenhuma das normas citadas.</p>	INDEFERIDO
22809	RAFAEL MAZZUCO	<p>A justificativa é demasiadamente prolixa, sem pauta na razoabilidade.</p>	IMPROCEDENTE
23215	RAFAEL NEVES DE ALVARENGA	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embasa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos, DEFIRO OS RECURSOS no tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO
23215	RAFAEL NEVES DE ALVARENGA	<p>Com a promulgação da lei 13.281/2016 a penalidade de APREENSÃO DO VEÍCULO foi revogada, não constando mais no capítulo XVI, artigo 256 do CTB que trata das Penalidades. Sendo assim a opção correta é a alternativa (E).</p>	INDEFERIDO
14943	RAFAELA SCHMIT	<p>A alternativa &ldquo;A&rdquo; da questão n. 25 não está correta porque não se trata de norma constitucional de eficácia limitada, mas de autêntica norma jurídica com eficácia plena e aplicabilidade imediata, não necessitando, nesse aspecto, de norma infraconstitucional regulamentadora para que possa produzir seus efeitos regulares. A menção, no texto da norma constitucional, sobre a necessidade de lei complementar do Congresso Nacional não se refere à sua eficácia jurídica, mas apenas em relação à última etapa (pressuposto objetivo do ato) necessária do processo destinado a formação de estados-membros no âmbito da Federação brasileira.</p>	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14943	RAFAELA SCHMIT	As razões recursais relacionadas à questão n. 32 não possuem consistência porque a alternativa "E" sugere que a suprallegalidade corresponde às normas de tratado internacional sobre direito humanos internalizados por meio de decreto legislativo e decreto presidencial. Nesse aspecto, impende salientar que os decretos legislativos, em sua formação ordinária, submetem-se à aprovação por maior simples (art. 47 da Constituição Federal), razão pela qual o tratado internacional assim aprovado será tido como norma suprallegal, segundo definido pelo STF. Ao contrário, quando o decreto legislativo for submetido ao rito e quórum de votação diferenciados previstos no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, conferirá status de norma constitucional ao tratado internacional. Como não se fez referência na alternativa "E" ao respectivo rito e quórum qualificados, entende-se que a formação do decreto legislativo ocorre por maioria simples, propiciando ao tratado internacional natureza de norma suprallegal. Nesse sentido, o STF, por meio do RE 466.343, fixou entendimento de que os tratados e convenções internacionais sobre direito humanos, se não incorporados segundo o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terão hierarquia de normas suprallegais, portando efeito paralisante das normas infraconstitucionais em sentido contrário.	IMPROCEDENTE
24492	RAFAELLA CAROLINE BERNARDI MARCHIOTTI	O argumento de que “pernas” é o termo técnico correto, em detrimento de “patas”, para se referir a apêndices locomotores de certos artrópodes não é consensual. É verdade que alguns livros de zoologia, como o citado pelo requerente, trazem o termo “pernas” e não se referem a “patas”. Contudo, especialistas da área de zoologia e tradutores divergem sobre o tema, o termo “patas” é usado por diversas fontes que se referem a apêndices locomotores em artrópodes, por exemplo, ambos são tratados como sinônimos em FIGUEIREDO, F.J.; SANTOS, H.R.S.; RIZZO, A.E. Zooglossário. 1ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Technical Books, 2013. 337p. Em função da falta de consenso na literatura disponível sobre o tema não é justificável a anulação da questão.	INDEFERIDO
23251	RAFAELLA CUNHA LINS SILVA	Não se refere à questão 16.	IMPROCEDENTE
15332	RAPHAELL JOSÉ DE LIMA PRESTES	Conforme estabelece o art. 29, inciso X, da Constituição Federal, os prefeitos serão julgados perante os respectivos Tribunais de Justiça, cuja determinação dessa competência ficou assentada por meio da Súmula 702 do STF: “A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.” Importante salientar que o julgamento relacionado à AP 937/STF somente se referiu aos cargos públicos eletivos de parlamentares, não se estendendo aos cargos públicos eletivos de Governador e Prefeitos, razão pela qual ainda se mantém vigente o referido preceito sumular. A questão n. 22 apresenta que o crime comum praticado pelo prefeito ocorreu no exercício do mandato, situação configuradora da prerrogativa de foro no Tribunal de Justiça. A esse respeito, pode-se colacionar o seguinte julgado: Processo:0003079-67.2018.8.24.0048 Relator: Getúlio Corrêa Origem: Balneário Piçarras Órgão Julgador: Terceira Câmara Criminal Julgado em: 23/07/2019 Juiz Prolator: Não informado Classe: Termo Circunstanciado ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Termo Circunstanciado n. 0003079-67.2018.8.24.0048, de Balneário Piçarras Relator: Desembargador Getúlio Corrêa TERMO CIRCUNSTANCIADO - PRÁTICA, EM TESE, DO CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL (CP, ART. 216-A, CAPUT), POR PREFEITO MUNICIPAL - COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM RAZÃO DA PRERROGATIVA DE FUNÇÃO - PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE - ATENDIMENTO. "Na hipótese de ação penal originária, isto é, da que se promove junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Federais, se o Procurador-Geral de Justiça ou da República, dentro em suas respectivas áreas, entender dever o inquérito ser arquivado, outra posição não poderá tomar o Tribunal senão acolher o pedido, pelo simples fato de o arquivamento ter sido solicitado pelo próprio Chefe da Instituição. (Fernando da Costa Tourinho Filho, 2012)" (TJSC, Des. Moacyr de Moraes Lima Filho). ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO.	IMPROCEDENTE
14980	RAQUEL CRISTINA BREDT GRECA	troca de gabarito para "D".	DEFERIDO
14980	RAQUEL CRISTINA BREDT GRECA	A assertiva trata do tema fotossensibilização, apresentando em seu conteúdo aspectos de ambas, primária e secundária. Nenhuma das afirmativas do parágrafo é falsa.	INDEFERIDO
14980	RAQUEL CRISTINA BREDT GRECA	A questão diz respeito à Febre Amarela, sem distinguir ciclo urbano ou silvestre. No item I nenhuma das afirmativas tem erro ou é falsa.	INDEFERIDO
14980	RAQUEL CRISTINA BREDT GRECA	A assertiva está incorreta porque restringe, pelo termo APENAS, a exigência de não ser feita em presença de outros animais, desconsiderando outras questões éticas.	IMPROCEDENTE
14980	RAQUEL CRISTINA BREDT GRECA	questão anulada.	DEFERIDO
20421	RAQUEL CRUZ LAJÚS	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
22581	RAQUEL LAUTERT KATAOKA	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 32, esclarecemos que o gabarito será alterado da alternativa “E” para a alternativa “B”, em virtude de erro de digitação. Recurso deferido, altera-se o gabarito.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

23758	RAUL DEITOS RENOSTO	Os editais de concurso público contemplam as matérias que são objeto das respectivas provas, não compreendendo apenas o estudo da legislação em seu sentido literal, mas, também, todo o campo interpretativo realizado no contexto jurisprudencial e doutrinário, razão pela qual o conhecimento jurídico para os estudos deve obrigatoriamente contemplar a legislação e o trabalho doutrinário e jurisprudencial.	IMPROCEDENTE
23758	RAUL DEITOS RENOSTO	Os editais de concurso público contemplam as matérias que são objeto das respectivas provas, não compreendendo apenas o estudo da legislação em seu sentido literal, mas, também, todo o campo interpretativo realizado no contexto jurisprudencial e doutrinário, razão pela qual o conhecimento jurídico para os estudos deve obrigatoriamente contemplar a legislação e o trabalho doutrinário e jurisprudencial.	IMPROCEDENTE
23758	RAUL DEITOS RENOSTO	Os editais de concurso público contemplam as matérias que são objeto das respectivas provas, não compreendendo apenas o estudo da legislação em seu sentido literal, mas, também, todo o campo interpretativo realizado no contexto jurisprudencial e doutrinário, razão pela qual o conhecimento jurídico para os estudos deve obrigatoriamente contemplar a legislação e o trabalho doutrinário e jurisprudencial.	IMPROCEDENTE
23758	RAUL DEITOS RENOSTO	Os editais de concurso público contemplam as matérias que são objeto das respectivas provas, não compreendendo apenas o estudo da legislação em seu sentido literal, mas, também, todo o campo interpretativo realizado no contexto jurisprudencial e doutrinário, razão pela qual o conhecimento jurídico para os estudos deve obrigatoriamente contemplar a legislação e o trabalho doutrinário e jurisprudencial. Faz-se importante destacar que, ao contrário do alegado nas razões recursais, a temática relacionada à questão n. 32 trata de matéria de caráter constitucional por corresponder à aplicação de diversas normas da Constituição Federal abrangidas pelo conteúdo do edital de concurso, como aquelas dispostas no art. 5º, parágrafos segundo e terceiro, bem como no art. 49, inciso I, e art. 84, inciso VIII.	IMPROCEDENTE
23758	RAUL DEITOS RENOSTO	Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa. A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
21079	REGINA DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO	Os gatos vivem em colônias matriarcais e são territorialistas. Embora sobrevivam mais facilmente que os cães às condições adversas do meio ambiente, quando sem controle eles também procuram se estabelecer em locais onde haja oferta de alimento, como parques, cemitérios e jardins, locais frequentes de abandono de gatos. http://www.saude.sp.gov.br/resources/ccd/publicacoes/publicacoes-ccd/manuais-normas-e-documentos-tecnicos/manuaisnormasedocumentostecnicos1_-_manual_de_controle_de_populacoes_de_caes_e_gatos_no_estado_de_sao_paulo_-_2009.pdf	INDEFERIDO
21079	REGINA DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO
21079	REGINA DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO	A questão está correta. Manutenção do gabarito.	IMPROCEDENTE
17025	RÉGIS DAMIÃO SCARAMUSSA	Doença é transmitida pela URINA de roedores contaminados. http://saude.gov.br/saude-de-a-z/leptospirose#tratamento	INDEFERIDO
17025	RÉGIS DAMIÃO SCARAMUSSA	Os felinos são os ÚNICOS hospedeiros onde ocorre a reprodução sexuada, não os principais	INDEFERIDO
17025	RÉGIS DAMIÃO SCARAMUSSA	São 16 hemaglutininas https://adapec.to.gov.br/animal/sanidade-animal/influenza-aviaria/ http://www.cfsph.iastate.edu/Factsheets/pt/avian-influenza-PT.pdf	INDEFERIDO
17025	RÉGIS DAMIÃO SCARAMUSSA	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
18584	RENATA FERNANDES XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
18584	RENATA FERNANDES XAVIER	As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo, não de explicação.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

18584	RENATA FERNANDES XAVIER	Como as questões se referem ao texto e às palavras do texto, por serem proparoxítonas, "Último”, “sábado”, “diagnóstico”, “útero” e “rótula" obviamente são e serão sempre acentuadas, assim como qualquer proparoxítona.	INDEFERIDO
18584	RENATA FERNANDES XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
18584	RENATA FERNANDES XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra esta questão 33, esclarecemos que ele é improcedente, visto que a palavra ‘estabelecer’ é um verbo transitivo direto que, de acordo com o Dicionário Aurélio significa . Já a palavra “operar” é também um verbo transitivo direto, associado a fazer alguma coisa; produzir; executar; obrar; realizar. Desta forma considera-se o recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
18584	RENATA FERNANDES XAVIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 37, esclarecemos que ele é improcedente, visto que apresenta definições gerais utilizadas para a classificação de vias urbanas, não associadas ao código urbanístico municipal do município de Porto Belo, visto que este não estava contemplado no conteúdo programático do edital. Recurso indeferido, questão mantida.	INDEFERIDO
18584	RENATA FERNANDES XAVIER	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22460	RENATA NASCIMENTO SILVEIRA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22460	RENATA NASCIMENTO SILVEIRA	questão anulada.	DEFERIDO
22460	RENATA NASCIMENTO SILVEIRA	A questão foi específica a respeito do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), traz em seu texto a seguinte redação no item 3.5.14 da p.46: "administrar as medicações as crianças quando feitas por indicação médica em receituário e, quando necessário, procurar orientação". Indeferido.	INDEFERIDO
22460	RENATA NASCIMENTO SILVEIRA	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 . 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
22460	RENATA NASCIMENTO SILVEIRA	-	IMPROCEDENTE
23096	RENÊ GOUVEIA PINTO	As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo, não de explicação.	INDEFERIDO
14631	RICARDO LACERDA MARIUCCI	De acordo com IGNARRA (1999, p. 78 – p.80), no livro Fundamentos do Turismo, “o turismo tem papel importante no desenvolvimento cultural das comunidades. O contato dos visitantes com os nativos de uma localidade contribui para o desenvolvimento cultural de ambos os grupos. A produção artesanal, as manifestações folclóricas podem ser revitalizadas a partir do interesse dos turistas em conhecê-las. A comercialização da produção artesanal pode garantir a sobrevivência de artesãos, permitindo que os mesmos invistam em suas habilidades e técnicas”. IGNARRA, cita também os benefícios e os efeitos negativos do turismo:“São benefícios do turismo: gerar divisas estrangeiras; incrementar a renda; favorecer o processo de globalização mundial; incrementar o produto nacional bruto; criar uma imagem externa favorável da localidade; poder desenvolver-se sobre infraestrutura já existente; utilizar produtos e recursos locais; melhorar as condições de vida da população local; ter um grande efeito multiplicador; aumentar a arrecadação de impostos; entre outros.”“Estão entre os efeitos negativos do turismo: criar uma demanda excessiva de recursos; causar dificuldades sazonais; provocar inflação; provocar congestionamentos; gerar problemas sociais; degradar o ambiente físico natural; aumentar os índices de criminalidade, prostituição e jogos por dinheiro, entre outros. “ Feita a fundamentação, ratificamos a LETRA A como alternativa correta	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14631	RICARDO LACERDA MARIUCCI	A definição neste segmento do estudo do turismo pode variar de acordo com o ponto de vista e foco de cada autor. De acordo com Leandro LEMOS (1999), “demanda turística podemos entender: a quantidade de bens e serviços que um consumidor/turista está apto e disposto a adquirir: por determinado preço, com determinada quantidade, por determinado período de tempo e em determinado local”. Portanto, está correta a resposta: Demanda turística.	INDEFERIDO
21488	RICARDO YUDI KURIHARA	questão anulada.	DEFERIDO
22512	RICHARD ALEXANDER KOBERSTEIN ESTEVES	Em hipótese nenhuma "última", retirada do trecho do texto, em "...última semana..." poderá ser considerado um substantivo, por sinal, está exatamente, nesse trecho, exercendo uma das funções essenciais de um numeral, qual seja: indicar a posição que ocupa o substantivo "semana" numa determinada ordem: "segunda" semana.	INDEFERIDO
20970	RICHARD CLAUDIO JULIANI	O enunciado da questão diz: "- O Código de Obras do Município de Porto Belo (Lei Complementar nº 34/2011), trata da responsabilidade técnica do acompanhamento das obras no município. Sobre a referida temática, analise as afirmativas e identifique a(s) correta(s):" O município tem suas responsabilidades quanto as situações apontadas no requerimento, contudo essas não foram objeto de questionamento na presente pergunta (questão 18).	INDEFERIDO
20970	RICHARD CLAUDIO JULIANI	A pergunta se refere a Lei 34/2011, não foi objetivo da pergunta em nenhum momento a evolução histórica da legislação e sim a sua forma atual. Quanto a pertinência de se questionar a referida legislação a mesma encontra-se explicitada no edital do concurso.	INDEFERIDO
20970	RICHARD CLAUDIO JULIANI	Segue fragmento compilado do referido código: "Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituirão divisões entre habitações distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter espessura de 20 cm (vinte centímetros)." As exceções previstas no referido código e citadas no recurso não foram tratadas na questão.	INDEFERIDO
20970	RICHARD CLAUDIO JULIANI	A questão restringe a Lei referida no enunciado e no edital de convocação. Não foi objeto da questão a evolução da Legislação e sim seu estado atual e vigente.	INDEFERIDO
20970	RICHARD CLAUDIO JULIANI	A questão restringe a Lei referida no enunciado e no edital de convocação. Não foi objeto da questão a evolução da Legislação e sim seu estado atual e vigente.	INDEFERIDO
18913	RITA DE CÁSSIA DE BRITES VIEIRA	Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
21315	RODRIGO AIDAR	Em resposta. Há vasta descrição na literatura médica sobre a infecção óssea por Pseudomonas quando das lesões perfuro contusas causadas por objetos que atravessam os calçados, principalmente a superfície interna dos solados. Cito bibliografia: 1. Fitzgerald, R. H., Cowan, D. E. Puncture wounds of the foot. Orthop. Clin. North Am. 1975; 6: 971. 2. Houston, A. N., Roy, W. A., Faust, R. A. Tetanus prophylaxis in the treatment of puncture wounds of patients in the deep south. J. Trauma 1962; 2: 439. 3. Chusid, M. J., Jacobs, W. M., Sty, J. R. Pseudomonas arthritis following puncture wounds of the foot. J. Pediatrics 1979; vol. 94 (3): 429–431. 4. Johanson, P. H. Pseudomonas infections of the foot following puncture wounds. J.A.M.A. 1968; 204: 170. 5. Brand, R. A., Black, H. Pseudomonas Osteomyelitis following puncture wounds in children. J. Bone Joint Surg. 1974; 56A: 1637. 6. Lang, A. G., Peterson, H. A. Osteomyelitis following puncture wounds of the foot in children. J. Trauma 1976; 16: 993. 7. Toohey, J. S. Pseudomonas osteomyelitis following puncture wounds of the foot. Kansas Medicine 1993; 94(12): 325–6. 8. Dixon, R. S., Sydnor, C. H. 4th. Puncture wound pseudomonas osteomyelitis of the foot. J. Foot Ankle Surg. 1993; 32(4): 434–42. 9. Miron, D., Raz, R., Kaufman, B., Fridus B. Infections following nail puncture wounds of the foot: Case reports and review of the literature. Israel J. Medical Sciences 1993; 29(4): 194–7. 10. Inaba, A. S., Zukin, D. D., Perro, M. An update on the evaluation and management of plantar puncture wounds and Pseudomonas osteomyelitis. Paediatric Emergency care 1992; 8(1): 38–44. 11. Gale, D.W., Scott, R. Puncture wound of the foot? Persistent pain? Think of Pseudomonas aeruginosa osteomyelitis. Injury 1991; 22(5): 427–8. 12. Fisher, M. C., Goldsmith, J. F., Gilligan, P. H. Sneakers as a source of Pseudomonas aeruginosa in children with osteomyelitis following puncture wounds. J. Pediatr. 1985; 106: 607–9. 13. Das De, S., McAllister, T. A. Pseudomonas osteomyelitis following puncture wounds in children. Injury 1981; 12: 334–339. 14. Jacobs, R. F., Adelman, L., Sack, C. M., Wilson, C. B. Management of Pseudomonas osteochondritis complicating puncture wounds of the foot. Pediatrics 1982; 69: 432–5.	INDEFERIDO
21315	RODRIGO AIDAR	A referida questão se refere ao tipo mais comum de osteoporose, conhecido com Osteoporose Senil. Nestes casos de modo geral a velocidade da consolidação óssea não está alterada e sim a qualidade do osso neoformado, tendo todas alterações classicamente descritas de sua microarquitetura. Realmente tal situação não contempla causas raras de osteoporose secundária, onde a velocidade de consolidação óssea pode estar alterada.	DEFERIDO
19109	RODRIGO DA SILVA	Questão anulada.	DEFERIDO
15073	RODRIGO DE MACEDO COUTO	questão anulada.	DEFERIDO
15073	RODRIGO DE MACEDO COUTO	A assertiva não está restringindo à ingestão de Brachiaria a ocorrência de fotossensibilização. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

15073	RODRIGO DE MACEDO COUTO	<p>É sim sujeito simples (independentemente de ser agente ou paciente), uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construídos com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser". Seria "oração sem sujeito" se simplesmente não existisse um elemento ao qual o predicado se refere. Especificamente, para ser oração sem sujeito, há somente 6 regras mais complexas que o determina, a saber: Verbos que indicam Fenômenos da natureza; Verbo Haver nos sentidos de Existir; Verbo Fazer indicando Tempo, Fenômeno da natureza; Verbo Ser indicando Distância, Tempo. Tampouco sujeito composto, por não conter dois núcleos, nem desinencial, haja vista que "30 aparelhos auditivos" conjuga com o verbo "foram".</p>	INDEFERIDO
19379	RODRIGO SEELIG GOURQUES	<p>Há apenas uma alternativa correta, pelos motivos apontados na sequência. A Receita Federal do Brasil já se manifestou diversas vezes por meio de soluções de consulta, de que a retenção de IRRF nos serviços de engenharia somente ocorre quando esses serviços se referirem, exclusivamente, a exercícios de atividade intelectual, de natureza científica, dos profissionais envolvidos, executados, por conveniência empresarial, mediante intervenção de sociedades civis ou mercantis. Ou seja, quando se refere a reparação ou reforma de edifícios estão contempladas pinturas, reparações hidráulicas e elétricas, dentre outros serviços, que não se enquadram como de natureza profissional. Portanto, o recurso não tem provimento.</p>	INDEFERIDO
19379	RODRIGO SEELIG GOURQUES	<p>Há apenas uma alternativa correta, pelos motivos apontados na sequência. A Receita Federal do Brasil já se manifestou diversas vezes por meio de soluções de consulta, de que a retenção de IRRF nos serviços de engenharia somente ocorre quando esses serviços se referirem, exclusivamente, a exercícios de atividade intelectual, de natureza científica, dos profissionais envolvidos, executados, por conveniência empresarial, mediante intervenção de sociedades civis ou mercantis. Ou seja, quando se refere a reparação ou reforma de edifícios estão contempladas pinturas, reparações hidráulicas e elétricas, dentre outros serviços, que não se enquadram como de natureza profissional. Portanto, o recurso não tem provimento.</p>	INDEFERIDO
21956	RODRIGO TOALDO CAPPELLARI	<p>Improcedente, porque "presente" ocorre no exato momento em que se narra a ação, não é o caso de "tínhamos", em que o pretérito imperfeito designa um fato passado, mas não concluído, podendo transmitir uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito. Segue a fonte, um site de fácil busca, com exemplos: "Com isso, temos que o pretérito imperfeito do indicativo designa um fato passado, mas não concluído (imperfeito = não perfeito, inacabado). Transmite uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito. Denota ação habitual, recorrente: Quando mamãe chamava, nós atendíamos prontamente. Indica fatos passados dando ideia de continuidade e permanência: Pela janela que dava para a rua, viam-se as crianças brincarem na calçada." FONTE: https://www.infoescola.com/portugues/preterito-imperfeito-do-indicativo-2/</p>	INDEFERIDO
21956	RODRIGO TOALDO CAPPELLARI	<p>As razões recursais não merecem prosperar, devendo manter como correta a alternativa "B" da questão n. 40, visto que as compras devem atender ao princípio da padronização sempre que seja necessário para evitar que a Administração efetue aquisições de bens diferentes em qualidade, durabilidade, compatibilidade, que estejam relacionados à sua manutenção, custo, assistência técnica, estocagem e controle. Nesse sentido são as lições de Diógenes Gasparini (Direito Administrativo, 13 ed.) ao afirmar que "Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estandar, um modelo. A palavra princípio indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estandar, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades das atividades que estão a seu cargo. As compras, portanto, não devem ser simplesmente realizadas, mas pensadas e decididas antes de sua efetivação, segundo esse princípio e as finalidades de interesse público que se quer alcançar." E prossegue o referido doutrinador ao mencionar, de forma conclusiva, que "O dispositivo, embora não pareça, torna obrigatória a padronização de bens utilizáveis no serviço; impõe que toda compra seja avaliada segundo esse princípio, com o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade e na durabilidade, com implicações diretas e imediatas no estoque, na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa. Assim, como a regra é a padronização, é necessário que a impossibilidade da aquisição de certos bens com a observação desse princípio fique devidamente demonstrada, senão não teria qualquer utilidade a determinação sempre que possível deverão, consignada no caput do art. 15. De sorte que, sendo possível a padronização, dela não pode escapar a entidade compradora." Por outro lado, no que tange à alegação do candidato recorrente de que a alternativa "C" se apresenta correta, razão não lhe assiste, haja vista que a licitação dispensável, prevista no art. 24 da Lei n. 8.666/1993, exige justificativa administrativa prévia, conforme ilações doutrinárias apresentadas nas próprias razões recursais. Ao contrário, na licitação dispensada, prevista no art. 17 da Lei n. 8.666/1993, a própria norma impõe a exclusão do dever de licitar, sem que seja necessária qualquer medida administrativa prévia a ser expedida com esse desiderato.</p>	IMPROCEDENTE
14981	RODRIGO TRUFFA DA COSTA	<p>No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embasa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos, DEFIRO OS RECURSOS no tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.</p>	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14476	ROSANA OLIVEIRA DE LIMA COTA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
14476	ROSANA OLIVEIRA DE LIMA COTA	<p>Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta.</p> <p>Parecer- Questão anulada.</p>	DEFERIDO
14476	ROSANA OLIVEIRA DE LIMA COTA	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
14476	ROSANA OLIVEIRA DE LIMA COTA	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
17696	ROSANGELA APARECIDA DA SILVA SA	<p>O questionamento da candidata não se refere à uma questão de matemática.</p>	IMPROCEDENTE
17696	ROSANGELA APARECIDA DA SILVA SA	<p>Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia.</p> <p>Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
17696	ROSANGELA APARECIDA DA SILVA SA	<p>Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia.</p> <p>Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
13018	ROSANGELA MARIA MARTINS DA SILVA	<p>O título do texto afirma que são merendeiras, como se vê "Concurso de culinária incentiva merendeiras em Porto Belo", como as questões são referentes ao texto, não há dúvida.</p>	INDEFERIDO
20148	ROSIMERI DE SOUZA	<p>questão anulada.</p>	DEFERIDO
22780	ROVAMIELE NUNES DOMINGUES	<p>A questão não gera dúvidas " a ferramenta usada pelo carpinteiro para fazer o desbaste em madeiras" A grossa normalmente é utilizada por Marceneiros e mecânicos de manutenção para fazer pequenos ajustes ou desbastes em metais e madeira.</p>	INDEFERIDO
14807	SAMANTHA HILLESHEIN	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14807	SAMANTHA HILLESHEIN	<p>A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.</p>	INDEFERIDO
14807	SAMANTHA HILLESHEIN	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15359	SAMUEL MARTINS DOS SANTOS	<p>A não existência de hierarquia e subordinação entre os Entes da Federação constitui núcleo essencial de qualquer forma federativa de estado, razão pela qual o art. 18 da Constituição Federal determinou a necessária autonomia política para o desempenho das respectivas competências federativas. Não se pode confundir, portanto, as atribuições conferidas a cada Ente da Federação pela Constituição, como ocorre com a representação do Estado brasileiro pela União, com qualquer desigualdade jurídica entre eles. Nas lições de Geraldo Ataliba, citado por Alexandre de Moraes (Direito Constitucional. 28 ed.) "exsurge a Federação como associação de Estados (foedus, foederis) para formação de novo Estado (o federal) com repartição rígida de atributos da soberania entre eles. Informa-se seu relacionamento pela autonomia recíproca da União e dos Estados, sob a égide da Constituição Federal (Sampaio Dória), caracterizadora dessa igualdade jurídica (Ruy Barbosa), dado que ambos extraem suas competências da mesma norma (Kelsen). Daí cada qual ser supremo em sua esfera, ta como disposto no Pacto Federal (Victor Nunes)." Já a alternativa "A&rdquo; da questão n. 25 não está correta porque não se trata de norma constitucional de eficácia limitada, mas de autêntica norma jurídica com eficácia plena e aplicabilidade imediata, não necessitando, nesse aspecto, de norma infraconstitucional regulamentadora para que possa produzir seus efeitos regulares. A menção, no texto da norma constitucional, sobre a necessidade de lei complementar do Congresso Nacional não se refere à sua eficácia jurídica, mas apenas em relação à última etapa (pressuposto objetivo do ato) necessária do processo destinado a formação de estados-membros no âmbito da Federação brasileira.</p>	IMPROCEDENTE
15359	SAMUEL MARTINS DOS SANTOS	<p>A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese depossuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.</p>	DEFERIDO
15359	SAMUEL MARTINS DOS SANTOS	<p>A questão n. 28, por não ter especificado o respectivo Município de atuação do vereador, deve considerar duas alternativas corretas. Desse modo, as alternativas "D" e "E" se apresentam corretas, pois se o vereador, na hipótese depossuir mandato na capital do Estado-membro, realizar ato injurioso (crime contra a honra) conforme previsto na questão, certamente estará abrangido pela imunidade material prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal. Contudo, se possuir mandato em Município diverso, aí sim a referida imunidade material não lhe seria aplicável, tendo que responder judicialmente mesmo no exercício do mandato parlamentar.</p>	DEFERIDO
20898	SANDRA DALILA CORBARI	<p>De acordo com IGNARRA (1999, p. 78 &ndash; p.80), no livro Fundamentos do Turismo, &ldquo;o turismo tem papel importante no desenvolvimento cultural das comunidades. O contato dos visitantes com os nativos de uma localidade contribui para o desenvolvimento cultural de ambos os grupos. A produção artesanal, as manifestações folclóricas podem ser revitalizadas a partir do interesse dos turistas em conhecê-las. A comercialização da produção artesanal pode garantir a sobrevivência de artesãos, permitindo que os mesmos invistam em suas habilidades e técnicas&rdquo;. IGNARRA, cita também os benefícios e os efeitos negativos do turismo:&ldquo;São benefícios do turismo: gerar divisas estrangeiras; incrementar a renda; favorecer o processo de globalização mundial; incrementar o produto nacional bruto; criar uma imagem externa favorável da localidade; poder desenvolver-se sobre infraestrutura já existente; utilizar produtos e recursos locais; melhorar as condições de vida da população local; ter um grande efeito multiplicador; aumentar a arrecadação de impostos; entre outros.&rdquo;&ldquo;Estão entre os efeitos negativos do turismo: criar uma demanda excessiva de recursos; causar dificuldades sazonais; provocar inflação; provocar congestionamentos; gerar problemas sociais; degradar o ambiente físico natural; aumentar os índices de criminalidade, prostituição e jogos por dinheiro, entre outros. &ldquo; Feita a fundamentação, ratificamos a LETRA A como alternativa correta</p>	INDEFERIDO
20767	SANDRA LUCÍA MAZUR	<p>As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). Oadjunto adverbialé o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão &ldquo;pacientes com deficiência auditiva receberam,na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.&rdquo; a expressão destacada exerce sim uma circunstância de tempo, embora haveriavírgulas igualmente para intercalar qualquer adjunto adverbial, não só e exclusivamente de tempo, o que não invalida a resposta.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

20767	SANDRA LUCÍA MAZUR	É sim e somente sujeito simples, uma vez que o sujeito "30 aparelhos auditivos" concorda em pessoa e número com o verbo "foram". Seria indeterminado se o verbo, além de estar na terceira pessoa do plural, não tivesse um sujeito se referindo a ele. Sujeitos indeterminados só podem ser construído com verbos transitivos diretos, o que não é o caso do verbo "ser".	INDEFERIDO
14249	SANDRA ROSA KOBARG MULLER	questão anulada.	DEFERIDO
14249	SANDRA ROSA KOBARG MULLER	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16680	SANDY APARECIDA PEREIRA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
16680	SANDY APARECIDA PEREIRA	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 .10 . 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento. Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa.	INDEFERIDO
16680	SANDY APARECIDA PEREIRA	São conjunções temporais aquelas que indicam uma oração subordinada indicadora de circunstância de tempo: quando, antes que, depois que, até que, logo que, sempre que, assim que, desde que, todas as vezes que, cada vez que, apenas, mal, que (desde que). No caso em questão, é correto o uso, por exemplo, de quando: "Quando assumimos a gestão e tivemos conhecimento...".	INDEFERIDO
22228	SHANTALA GALVARROS LISBOA DA COSTA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22228	SHANTALA GALVARROS LISBOA DA COSTA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
13371	SHEYLA GIOVANA ELTERMANN JUMES	A citação do Artigo da Constituição não o tema central da questão, apenas serve como ilustração do tema questionado.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

13371	SHEYLA GIOVANA ELTERMANN JUMES	<p>De acordo com BRITO e FONTES (2002, p. 69 - 74), conferência é &ldquo;um tipo de reunião mais conhecido, que consiste em duas partes: o auditório e o expositor. Caracteriza-se pela apresentação de um tema informativo, técnico ou científico, por autoridades amplamente reconhecido. O expositor, denominado conferencista, quando o auditório é desconhecido e a palestra não pertence a uma seriação, discorre sobre um assunto previamente escolhido e de seu amplo conhecimento, durante determinado tempo, anteriormente conhecido. Ao final deste período, responde a perguntas formuladas por escrito pelo auditório e dirigidas à mesa. A conferência visa um público específico que demonstra familiaridade com o assunto abordado. É comum a figurado do moderador ou presidente de mesa para conduzir o evento (...)&rdquo; De acordo com os mesmos autores congresso são &ldquo;uma programação centrada em determinada área de conhecimento, um congresso de medicina, por exemplo, com o objetivo de atualização, divulgação ou transferência de conhecimentos científicos e novas técnicas. Os congressos podem ser definidos como sendo reuniões promovidas por entidades associativas visando a debater assuntos que interessem a um determinado segmento profissional (...)&rdquo; e Simpósio é definido como &ldquo;o evento destinado à divulgação de experiências, pesquisas ou inovações tecnológicas em determinada área profissional, para discussão e debate sobre as possibilidades de sua aplicação prática. Caracteriza-se como evento prático e simples, de pequeno porte e curta duração, dirigido a público especializado (...)&rdquo; e Convenção &ldquo;como reuniões fechadas, promovidas por entidades sociais, empresariais (exemplo, do setor de vendas par expansão de mercado), ou políticas que têm por objetivo deliberar sobre assuntos de interesse comum. Caracterizam-se como eventos de pequeno ou médio porte. A periodicidade da convenção é em geral definida pelas normas que regem as entidades promotoras ou em função de fatos extraordinários, como a determinação de novas diretrizes ou lançamento de um novo produto.&rdquo; O seminário, para os mesmos autores, é &ldquo;muito semelhante ao congresso, porém de menor porte, costuma ser chamado de congresso de pequeno porte (...)&rdquo; Sendo assim, a resposta correta para a questão é CONFERÊNCIA. Brito, Janaina e FONTES, Nena. Estratégias para Eventos, ALEPH, São paulo, 2002.</p>	INDEFERIDO
13371	SHEYLA GIOVANA ELTERMANN JUMES	<p>Para a resolução da questão são necessários apenas os conhecimentos de porcentagem e as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, além da interpretação do que é acréscimo e desconto (soma e subtração), conforme a própria questão informa. A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 &ndash; 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 ·10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 &ndash; R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento - alternativa E.</p>	INDEFERIDO
15415	SILVANA FREIRE MACHADO FIRMO	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
15415	SILVANA FREIRE MACHADO FIRMO	questão anulada.	DEFERIDO
14443	SILVANA LUIZ TOMAZI	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

14546	SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
14546	SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
14546	SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS	questão anulada.	DEFERIDO
14546	SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS	A pontuação não anula o texto da questão. Mante-se o gabarito. Indeferido.	INDEFERIDO
14546	SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS	A questão está inserida na temática "infra-estrutura" , ou seja, as suas edificações,manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente. Indeferido.	INDEFERIDO
20734	SIMONE SILVA DA SILVEIRA RODRIGUES	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
19323	SIMONI DE MELO	Gabarito correto. Não corresponde à justificativa do recurso.As vírgulas são usadas para intercalar um adjunto adverbial, que "É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. No trecho em questão “pacientes com deficiência auditiva receberam,na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” a expressão destacada exerce uma circunstância de tempo.	IMPROCEDENTE
19323	SIMONI DE MELO	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19323	SIMONI DE MELO	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19323	SIMONI DE MELO	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19323	SIMONI DE MELO	Prezada, a questão versa exatamente concordando com sua afirmação (nunca o professor pode fazer o que esta escrita na alternativa III), uma vez que traz em sua redação o seguinte texto: " RECONHECER E PROIBIR expressamente determinadas atitudes, como punição corporal: retirada real ou ameaça de retirada de alimentos, de descanso ou uso do banheiro; linguagem abusiva ou profana; humilhação pública ou privada. Indeferido.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

22425	SIMONI DO NASCIMENTO DA COSTA	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
22425	SIMONI DO NASCIMENTO DA COSTA	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
22425	SIMONI DO NASCIMENTO DA COSTA	questão anulada.	DEFERIDO
22425	SIMONI DO NASCIMENTO DA COSTA	A questão foi específica a respeito do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), traz em seu texto a seguinte redação no item 3.5.14 da p.46: "administrar as medicações as crianças quando feitas por indicação médica em receituário e, quando necessário, procurar orientação". Indeferido.	INDEFERIDO
22425	SIMONI DO NASCIMENTO DA COSTA	-	IMPROCEDENTE
14093	SINTIA LOHN	A resposta da questão pode ser verificada na p.72 do referido documento no item 8.2.14. que versa: "A cozinha, bem como todos os outros ambientes de serviço, necessitam ser reservados e de difícil acesso às crianças sem monitoramento adequado, a fim de se evitarem acidentes. Esses locais têm de possuir acesso independente para situações de abastecimento de produtos e descarte de lixo. Indeferido.	INDEFERIDO
14093	SINTIA LOHN	Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
13760	SÔNIA APARECIDA DESILIO	Análise- A questão 13 não fez referência à extensão territorial de município. A questão se refere às maiores cidades, como um todo e, nesse sentido, a alternativa (D) é a correta. A questão está baseada nas informações do site do governo de Santa Catarina: https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia . Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18015	TAENA ROBERTA POETA CASTILHO DA SILVA	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
18015	TAENA ROBERTA POETA CASTILHO DA SILVA	A norma restringe sim a concretagem acima de 40°C, salvo disposições em contrário.	INDEFERIDO
18015	TAENA ROBERTA POETA CASTILHO DA SILVA	O recurso se contradiz ao transcrever o trecho da norma que foi utilizado como base para a elaboração da questão. A questão não tratou das exceções, que sempre existirão.	INDEFERIDO
18015	TAENA ROBERTA POETA CASTILHO DA SILVA	A justificativa é demasiadamente prolixa, sem pauta na razoabilidade.	IMPROCEDENTE
22585	TAINÁ SILVA SÁ BRITTO	A definição apresentada na questão está fundamentada em: “Como Preparar Orçamentos de Obras” 3º ed. autor Aldo Dórea Mattos.	INDEFERIDO
23495	TAINAN SEVERO RAHIER	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 19, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
17182	TAINARA SANTANA GALVAO DA SILVA	O enunciado era amplo, fazia referência à doença e não aos agentes envolvidos, e de acordo com o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: Notmas Técnicas e Operacionais do Ministério da Saúde (Pag. 18) o tratamento precoce de casos humanos é parte da estratégia de controle da endemia	INDEFERIDO
17182	TAINARA SANTANA GALVAO DA SILVA	A alternativa refere-se ao tema fotossensibilização, em suas diferentes apresentações, primária e secundária. Nenhuma afirmativa da alternativa é inverossímil.	INDEFERIDO
17182	TAINARA SANTANA GALVAO DA SILVA	Outros felídeos podem realizar o ciclo entero epitelial. Questão anulada.	DEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

24458	TATIANE MARIA COLLA DO NASCIMENTO	-	IMPROCEDENTE
24458	TATIANE MARIA COLLA DO NASCIMENTO	A questão indica que o desconto acontece SE pago até o vencimento Logo: Valor NOMINAL do boleto: R\$ 784,50 Pagamento até o vencimento: 10% de desconto então 784,50 – 10% = R\$ 706,05 Após 10 dias de atraso: acréscimo de 0,20% ao dia sobre o valor nominal então 784,50 + 0,002 · 10 · 784,50 = R\$ 800,19 Logo, R\$ 800,19 – R\$ 706,05 = R\$ 94,14 é o valor a mais pago pelo atraso em relação ao valor até o vencimento.	INDEFERIDO
24458	TATIANE MARIA COLLA DO NASCIMENTO	Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 93949/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s): I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento. III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
24458	TATIANE MARIA COLLA DO NASCIMENTO	A questão foi específica a respeito do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (MEC 2018), traz em seu texto a seguinte redação no item 3.5.14 da p.46: "administrar as medicações as crianças quando feitas por indicação médica em receituário e, quando necessário, procurar orientação". Indeferido.	INDEFERIDO
24458	TATIANE MARIA COLLA DO NASCIMENTO	questão anulada.	DEFERIDO
17758	TATIANI CRISTINA ZACARIAS	A questão indica que a Convenção foi aprovada por unanimidade nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, sendo certo que a unanimidade do quórum é superior aos três quintos exigidos pelo texto constitucional (CF, art. 5º,§3º). Dizendo o mesmo por outras palavras: o quórum de três quintos está contido na unanimidade. Assim, o recurso não merece deferimento.	INDEFERIDO
17758	TATIANI CRISTINA ZACARIAS	A questão combina temas de direito constitucional (controle de constitucionalidade) e administrativo (concurso público e servidores públicos). Inicialmente, quando o edital indica "controle de constitucionalidade", ele não está se limitando à Constituição da República, pois é certo que as Leis Municipais não podem ficar isentas de verificação de conformação constitucional. Nesse sentido, há um único trecho em que o edital é expresso em relação à Constituição da República, que é quando ele se refere à "Constituição Federal – Capítulo VII – Da Administração Pública", o que por certo não se aplica ao enunciado da questão recorrida. Em segundo lugar, o§2º do art. 21 da Constituição do Estado de SC repete, letra por letra, o inc. IX do art. 37 da Constituição da República ("A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"), o que é importante para determinar a forma do controle de constitucionalidade a ser exercido sobre a lei municipal. Por fim, o STF aponta para a regularidade do procedimento perante o Tribunal de Justiça local: "Repercussão geral reconhecida. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face de trecho da Constituição do Estado de Minas Gerais que repete texto da Constituição Federal. Recurso processado pela Corte Suprema, que dele conheceu. Contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público. Previsão em lei municipal de atividades ordinárias e regulares. Definição dos conteúdos jurídicos do art. 37, incisos II e IX, da Constituição Federal. Descumprimento dos requisitos constitucionais. Recurso provido. Declarada a inconstitucionalidade da norma municipal. [...]"(RE 658026, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09/04/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-214 DIVULG 30-10-2014 PUBLIC 31-10-2014). Por tudo isso, o recurso deve ser indeferido.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

17758	TATIANI CRISTINA ZACARIAS	<p>A maior parte dos penalistas aponta no sentido de não considerar o "administrador judicial de massa falida" como funcionário público para fins penais. Nesse sentido: "20.4 Não são considerados funcionários públicos - Como exemplos: a) administrador judicial de massa falida; b) defensor dativo; c) administradores e médicos de hospitais privados credenciados pelo Governo; d) tutores e curadores; e) inventariantes; f) advogado, mesmo exercendo a função de representante classista ou remunerado por convênio público; g) dirigente sindical. (NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal, v. 3: parte especial: arts. 213 a 361 do Código Penal.3. Rio de Janeiro : Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530983239. Acesso em: 09 dez. 2019). Nesse sentido, do STJ:</p> <p>PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE CONCUSSÃO. ADMINISTRADOR E MÉDICO DE HOSPITAL PRIVADO CREDENCIADO PELO SUS. FUNCIONÁRIO PÚBLICO.AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. HABEAS-CORPUS.- Na seara do Direito Penal, a extensão do conceito de funcionário público encontra-se vinculado à noção de função pública, que pressupõe o desempenho, em caráter profissional e ainda que por pessoas estranhas à Administração, de quaisquer atividades próprias do Estado direcionadas à satisfação de necessidades ou conveniências de interesse público.- A Constituição Federal, em seu art. 194, define a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, sendo certo que no tocante aos serviços de assistência à saúde, são eles prestados por meio do Sistema Único de Saúde, organizado em rede regionalizada de hospitais públicos e hospitais particulares conveniados.- Os administradores e médicos de estabelecimentos hospitalares privados credenciados pelo SUS que prestam atendimento aos beneficiários da seguridade social não se enquadram no conceito de funcionário público definido no artigo 327, do CP, para efeitos de crime de concussão, por desempenharem atividade privada, a eles entregues pelo próprio ordenamento constitucional.- Inexistindo justa causa para a ação penal, por ausência de elemento normativo subjetivo do tipo, impõe-se a concessão do habeas-corpus para fazer cessar o constrangimento ilegal.- Recurso ordinário provido. Habeas-corpus concedido.(RHC 8.267/RS, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 27/04/1999, DJ 17/05/1999, p. 240)</p>	INDEFERIDO
14866	TAYNARA SILVEIRA	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
14866	TAYNARA SILVEIRA	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
18440	THÁIS GOMES DE LUNA	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
19886	THEODORA NASCIMENTO DA SILVA DOS SANTOS	No texto, estão claros os dois objetivos, por issologados por "além de", como se vê em "...realizado com o objetivo de promover a interação entre elas, além de serem avaliadas pelo trabalho desenvolvido na cozinha."	INDEFERIDO
18273	THIAGO MONTIBELER	Não é admissível o recurso, visto que os depósitos e cauções, por se tratarem de itens monetários e que por definição não pertencem originalmente à entidade, podem ser devolvidos a qualquer momento. Considerando esses fatores, e a própria normatização contábil do setor público que assim prevê, não defere-se o recurso.	INDEFERIDO
13778	THIAGO SELIGER WOELLNER	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
19621	THIAGO VALIM	O precedente jurisprudencial invocado pelo candidato recorrente não possui mais aplicação porque o próprio STF alterou esse entendimento para afirmar que a responsabilidade civil objetiva do Estado deve incidir não apenas sobre os danos provocados aos usuários do serviço público, mas também aos terceiros não usuários, conforme se verifica do RE 591.874/MS de 26 de agosto de 2009.	IMPROCEDENTE
19621	THIAGO VALIM	A questão n. 31 versa sobre típica competência legislativa dos Entes da Federação, tanto que o STF, por meio da Súmula Vinculante n. 38, estabeleceu que os Municípios têm prerrogativa para legislar sobre o horário de funcionamento do comércio com base no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que se restringe à sua competência legislativa para tratar sobre assuntos de interesse local, de sua exclusiva capacidade legiferante, conforme se verifica na seqüência: "No caso, verifico que a competência para disciplinar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais é do município, tendo em vista o que dispõe o art.30, I, daCF/1988. Esta Corte já possui entendimento assentado nesse sentido, consolidado no enunciado daSúmula 645/STF: “É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial”; (...) deve-se entender como interesse local, no presente contexto, aquele inerente às necessidades imediatas do Município, mesmo que possua reflexos no interesse regional ou geral. Dessa forma, não compete aos Estados a disciplina do horário das atividades de estabelecimento comercial, pois se trata de interesse local. [ADI3.691, voto do rel. min.Gilmar Mendes, P, j. 29-8-2007,DJE83 de 9-5-2008.]"	IMPROCEDENTE
19621	THIAGO VALIM	Nas razões recursais houve manifesta confusão relacionada ao plano da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais limitadas, que são normas que não têm o condão de produzir todos os seus efeitos regulares, pois dependentes de lei integrativa infraconstitucional, tendo, assim, aplicabilidade mediata ou reduzida, conforme preleciona Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematzado. 17 ed.). Dessa forma, a aplicabilidade mediata não significa que a norma constitucional não tenha qualquer aplicabilidade, mas, ao contrário, que a produção de seus efeitos é reduzida ou mínima, como se observa no efeito de vincular o legislador aos seus termos, assim como no poder de revogar disposições infraconstitucionas em sentido contrário. Portanto, a norma constitucional de eficácia limitada e aplicabilidade mediata não quer enfatizar que efeito jurídico algum seja produzido mesmo diante da ausência da norma infraconstitucional integralizadora.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19621	THIAGO VALIM	Nas razões recursais não são apresentados argumentos jurídicos, de raciocínio lógico e de ordem gramatical que possam fundamentar que a alternativa "E" da questão 37 esteja incorreta. Basta observar o seguinte excerto de dois precedentes oriundos do próprio Supremo Tribunal Federal: Nas situações jurídicas em que a CF autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido. [RE 612.975eRE 602.043, rel. min. Marco Aurélio, j. 27-4-2017, P,DJEde 8-9-2017, Tema 377 e Tema 384.] Em outras palavras, o STF fixou entendimento de que o somatório das remunerações decorrentes de cargos acumuláveis não está limitado pelo texto constitucional previsto no art. 37, inciso XI.	IMPROCEDENTE
19621	THIAGO VALIM	Os bens pertencentes à União são qualificados como bens públicos federais e não nacionais, assim como os bens públicos estaduais e municipais são denominados como bens públicos dos Estados-membros e dos Municípios respectivamente. Portanto, tal qualificação jurídica se apresenta correta.	IMPROCEDENTE
23981	TONY ELY DE OLIVEIRA CUNHA	O comando da questão se torna claro à medida em que se pede para analisar as assertivas tendo como base a atuação atual do profissional na Atenção Básica. Logo, a alternativa que corresponda a essa atuação está correta.	IMPROCEDENTE
23981	TONY ELY DE OLIVEIRA CUNHA	Análise- O recurso é procedente. Um equívoco de digitação invalidou a alternativa correta, anulando a questão. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
22504	VALDELAINE NOBREGA DE SOUZA	Análise- A afirmativa III, objeto do recurso, está correta. O/A candidato/a tinha que se ater ao que estava escrito. A alternativa é clara no seu conteúdo. Recurso indeferido. Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
14128	VALESCA DA SILVA STEINHAUS	Das 10 partidas, 2 foram derrotas que não somam pontos. Logo os 18 pontos são resultado de 8 partidas, entre empates (1 ponto) e vitórias (3 pontos). Sendo V a quantidade de vitórias e E a quantidade de empates tem-se que $E = 8 - V$ (o número de empates é igual a 8 partidas menos as vitórias). Os 18 pontos são resultado de $3 \cdot V + 1 \cdot E$. Assim: $3 \cdot V + E = 18$ $3V + 8 - V = 18$ $2V = 18 - 8$ $2V = 10$ $V = 5$ A questão pede: "pode-se afirmar que a quantidade de vitórias foi", há uma única resposta 5 vitórias - alternativa C.	INDEFERIDO
14128	VALESCA DA SILVA STEINHAUS	"Como" está no sentido de conforme, por isso conformidade, como se vê em: "Como o próprio nome já diz...", ou seja, "Conforme o próprio nome já diz...". Em hipótese nenhuma "como" pode ser explicação. Como, em relação à sintaxe, pode introduzir orações subordinadas adverbiais de causa, comparação ou conformidade somente.	INDEFERIDO
18416	VALMOR ALBERTO DALAGO NETO	A questão tem como objeto principal o saldo a ser registrado no Passivo Financeiro da entidade em relação aos serviços citados. O registro no Passivo Financeiro compreende tanto as despesas empenhadas a liquidar, como as despesas empenhadas liquidadas a pagar. As despesas em liquidação, portanto empenhadas, mas ainda não liquidadas, também integram o Passivo Financeiro. Portanto, a alegação de que o Município não teve conhecimento do fato gerador, além de não ser correta, pois o recebimento da Nota Fiscal já presume o conhecimento do fato, também não evita o reconhecimento da dívida no Passivo Financeiro. O recurso não é procedente.	INDEFERIDO
18416	VALMOR ALBERTO DALAGO NETO	Há apenas uma alternativa correta, pelos motivos apontados na sequência. A Receita Federal do Brasil já se manifestou diversas vezes por meio de soluções de consulta, de que a retenção de IRRF nos serviços de engenharia somente ocorre quando esses serviços se referirem, exclusivamente, a exercícios de atividade intelectual, de natureza científica, dos profissionais envolvidos, executados, por conveniência empresarial, mediante intervenção de sociedades civis ou mercantis. Ou seja, quando se refere a reparação ou reforma de edificações contempladas pinturas, reparações hidráulicas e elétricas, dentre outros serviços, que não se enquadram como de natureza profissional. Portanto, o recurso não tem provimento.	INDEFERIDO
19114	VALSIONIR MATHIAS KUNZ	A fundamentação do candidato reforce o gabarito. Recurso improcedente.	IMPROCEDENTE

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

19114	VALSIONIR MATHIAS KUNZ	<p>A questão pede o TEMPO EFETIVO de referência à memória no Sistema X, o qual utiliza paginação com tabela de página armazenada em memória e TLBs. No caso, 75% de todas as referências a tabela de páginas são encontradas na TLB (um buffer adicional/cache). Para calcular o TEMPO EFETIVO é necessário o cálculo: $A \times \text{AcessoC} + (1-A) \times \text{AcessoMP}$, onde:</p> <p>AcessoC = Tempo total de acesso utilizando a cache (TLB). Necessário contabilizar a busca na TLB e, depois, o acesso à referência, na memória (a partir do endereço obtido);</p> <p>AcessoMP = Tempo de acesso à memória principal (cache miss/entrada não está presente na TLB). Necessário contabilizar dois acessos à memória principal, uma vez que é necessário primeiramente buscar - na tabela de páginas contida na memória principal - o endereço de memória e, portando-o, fazer o acesso a tal posição; A = taxa de acerto da TLB.</p> <p>Assim sendo, temos: $0,75 \times (200 + 0) + 0,25 \times (200 + 200) = 100 + 150 = 250\text{ns}$</p> <p>NULL, Linda; LOBUR, Julia. Princípios Básicos de Arquitetura e Organização de Computadores. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. 4 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.</p> <p>TANENBAUM, Andrew S. Organização estruturada de computadores. 5ª ed. São Paulo: Pearson - Prentice Hall, 2007.</p>	INDEFERIDO
19114	VALSIONIR MATHIAS KUNZ	<p>Dentre as formas corretas de expressão de uma máscara podemos, em relação à questão 26, destacar: i) Notação CIDR: /.</p> <p>e</p> <p>ii) Notação ponto-decimal, onde a máscara de sub-rede é expressa por um endereço. No caso exposto pela questão, a resposta correta seria, na notação ponto-decimal: 255.255.255.0</p> <p>Desta forma, as únicas alternativas que atendem uma expressão correta seja da notação (i) ou (ii) são A e D. A necessidade de estar dentro da rede 192.168.0.0/255, no entanto, apenas a alternativa A (192.168.0.0/24) atende. Portanto, o recurso é procedente. Mudar gabarito para letra A) 192.168.0.0/24</p>	DEFERIDO
19114	VALSIONIR MATHIAS KUNZ	<p>O encapsulamento é característica base de Orientação a Objetos. Na questão, o encapsulamento é indicado pelo uso de classes.</p> <p>Na POO, o encapsulamento é utilizado com mais de um intuito. Primeiramente, está ligado à modularidade do sistema. O código-fonte para um objeto pode ser escrito e mantido independentemente do código-fonte de outros objetos (desacoplamento). Além disso, como não dependem de outros objetos, cada objeto pode ser utilizado livremente no sistema. Como os objetos encapsulam dados e implementação, o usuário de um objeto pode visualizá-lo como uma caixa preta que fornece serviços.</p> <p>Eis algo que está presente no código exposto na questão. As variáveis e os métodos da instância podem ser adicionados, excluídos ou alterados, mas enquanto os serviços fornecidos pelo objeto permanecerem os mesmos, o código que usa o objeto pode continuar a usá-lo sem ser reescrito [1].</p> <p>Em adição, uma outra característica do encapsulamento é a proteção (ou ocultação) de informações onde, dependendo do modificador estipulado, uma classe terá ou não acesso a métodos ou atributos de outra classe [2].</p> <p>Em suma, independentemente do modificador, o encapsulamento se faz presente. O que pode ocorrer é a não permissão do acesso.</p> <p>[1] https://docs.oracle.com/javase/tutorial/java/concepts/object.html</p> <p>[2] https://docs.oracle.com/javase/tutorial/information/glossary.html</p>	INDEFERIDO
20808	VANESSA HERNANDES DA LUZ	<p>A argumentação apresenta definições de como elaborar uma curva ABC, na questão não foi tratado essa temática. O objeto da questão era uma definição de curva ABC.</p>	INDEFERIDO
17194	VANESSA LILIAN BRANCO WINK	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
19692	VANESSA LOPES SILVA	<p>Análise- De fato, foi citado o artigo 28, mas excluindo-se a referência ao número do artigo, resta o conteúdo da questão que é claro e capaz de conduzir o(a) candidato(a) à resolução da questão, isto é, independentemente da numeração do artigo, o enunciado da questão é suficiente. Vejamos: Segundo Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar determinadas diretrizes. Isso posto, analise, entre outras, as diretrizes abaixo e identifique a(s) correta(s):</p> <p>I- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.</p> <p>II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.</p> <p>III- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.</p> <p>Conclui-se, portanto, que todas as diretrizes estão corretas. Recurso indeferido.</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO
16909	VANESSA MELGAREJO SILVA NERING	-	INDEFERIDO
22482	VANESSA OLGA FERNANDES CALDAS GERALDO	<p>Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido</p> <p>Parecer- Questão mantida.</p>	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

22482	VANESSA OLGA FERNANDES CALDAS GERALDO	A resposta da questão pode ser verificada na p.72 do referido documento no item8.2.14. que versa: "A cozinha, bem como todos os outros ambientes de serviço, necessitam ser reservados e de difícil acesso às crianças sem monitoramento adequado, a fim de se evitarem acidentes. Esses locais têm de possuir acesso independente para situações de abastecimento de produtos e descarte de lixo. Indeferido.	INDEFERIDO
22482	VANESSA OLGA FERNANDES CALDAS GERALDO	Análise- O recurso é procedente. A questão carece de possibilidade para assinalar a resposta correta. Parecer- Questão anulada.	DEFERIDO
17631	VERISSIMO MORAES SIMÕES	As razões recursais não possuem consistência jurídica porque os tratados e convenções internacionais, mesmo versando sobre direitos humanos, estão sujeitos ao procedimento de internalização na ordem jurídica nacional através de referendo do Congresso Nacional por decreto legislativo (art. 49, inciso I, da Constituição Federal) e subsequente ratificação por decreto presidencial, conforme prevê o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal. Sobre tal afirmação, observa-se decisão do próprio STF: "A ordem constitucional brasileira, inaugurada em 1988, trouxe desde seus escritos originais a preocupação com a proteção das pessoas portadoras de necessidades especiais, construindo políticas e diretrizes de inserção nas diversas áreas sociais e econômicas da comunidade (trabalho privado, serviço público, previdência e assistência social). Estabeleceu, assim, nos arts. 227, § 2º, e 244, a necessidade de se conferir amplo acesso e plena capacidade de locomoção às pessoas com deficiência, no que concerne tanto aos logradouros públicos quanto aos veículos de transporte coletivo, determinando ao legislador ordinário a edição de diplomas que estabeleçam as formas de construção e modificação desses espaços e desses meios de transporte. Na mesma linha afirmativa, há poucos anos, incorporou-se ao ordenamento constitucional a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, primeiro tratado internacional aprovado pelo rito legislativo previsto no art. 5º, § 3º, da CF, o qual foi internalizado por meio do Decreto presidencial 6.949/2009. O art. 9º da convenção veio justamente reforçar o arcabouço de proteção do direito de acessibilidade das pessoas com deficiência. [ADI 903, rel. min. Dias Toffoli, j. 22-5-2013, P,DJEde 7-2-2014.]"	IMPROCEDENTE
23184	VICTOR MATHEUS PETRY HOFFMANN	Os limites máximos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser analisados, segundo a leitura pura da Lei, isoladamente. Nesse sentido, o requerente tem razão ao apontar que duas alternativas apresentam opções que ferem os limites expostos. Portanto, defere-se o recurso e anula-se a questão.	DEFERIDO
13207	VINICIUS DA SILVEIRA RODRIGUES	No tocante à questão 25 do referido certame, é entendimento pacificado do STF por 7 votos a 4, que caracteriza crime a conduta do condutor que ao envolver-se em acidente sem vítimas, estará cometendo crime, todavia, existem situações em que a punição que prevê o artigo 305 não pode ser aplicada, são elas: se o condutor estiver ferido ou em situação de vulnerabilidade, que possa colocá-lo em situação de risco à sua integridade física, como por exemplo, o risco de linchamento. Contudo, como a questão foi vaga e não pontuou tais situações e é notório que cada caso na seara jurídica é analisado de forma pontual, contudo, existe uma decisão do STF que embassa e fundamenta os pleitos da referida questão. Por estes motivos,DEFIRO OS RECURSOSno tocante a questão 25 e retifico a alternativa D (Criminosa) como alternativa correta.	DEFERIDO
18306	VINICIUS STAHELIN AMANDIO	Em resposta ao recurso interposto contra a questão 38, realizou-se a revisão e esclarecemos que ela será anulada por não apresentar alternativa correta. Recurso deferido, questão ANULADA.	DEFERIDO
15122	VINÍCIUS TEIXEIRA BRESSAN	A previsão constante do art. 24, inciso VII, da Constituição Federal, mencionada nas razões recursais, não diz respeito ao instituto da responsabilidade civil, que somente é tratada no âmbito da legislação civil, que está compreendida na competência legislativa privativa da União, a teor do que dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. As matérias legislativas tratadas no contexto da legislação concorrente estabelecida entre os Entes da Federação (art. 24, inciso VII) versam sobre responsabilidade a valores difusos e coletivos ao meio ambiente, consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.	IMPROCEDENTE
15122	VINÍCIUS TEIXEIRA BRESSAN	Ao contrário do que justifica o candidato"Mes” e “até”:nãosão exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.	INDEFERIDO
15122	VINÍCIUS TEIXEIRA BRESSAN	Ao contrário do que justifica o candidato"Mes” e “até”:nãosão exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S)", pois um "monossílabo" é um vocábulo composto por uma só sílaba, como se vê "a-té" é composto por duas sílabas, sendo, portanto, classificado como oxítona. Por esse motivo, a afirmativa está incorreta, como aponta corretamente o gabarito.	INDEFERIDO
15122	VINÍCIUS TEIXEIRA BRESSAN	A previsão constante do art. 24, inciso VII, da Constituição Federal, mencionada nas razões recursais, não diz respeito ao instituto da responsabilidade civil, que somente é tratada no âmbito da legislação civil, que está compreendida na competência legislativa privativa da União, a teor do que dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. As matérias legislativas tratadas no contexto da legislação concorrente estabelecida entre os Entes da Federação (art. 24, inciso VII) versam sobre responsabilidade a valores difusos e coletivos ao meio ambiente, consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.	IMPROCEDENTE
22119	VIVIAN GOELZER DA CUNHA	A via subcutânea promove uma lenta e uniforme absorção do medicamento através dos capilares. É utilizada, desta forma, para administração de anticoagulantes, hipoglicemiantes e vacinas. Assim sendo, o item II está correto. Alternativa correta B.	INDEFERIDO

RESPOSTAS RECURSOS GABARITO/QUESTÕES DE PROVA

13576	WILLIAM PAULO DE FARIAS	Análise- A única alternativa que responde à questão 16 é a alternativa (E) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar. Recurso indeferido Parecer- Questão mantida.	INDEFERIDO
13576	WILLIAM PAULO DE FARIAS	O recurso não merece provimento, visto que a questão foi bem objetiva e visou apontar o conceito objetivo da receita corrente líquida segundo a LC 101/2000. Além disso, qualquer das demais alternativas, além da correta, apresentava erros claros que não condizem com a LC 101/2000. De qualquer modo, mesmo sem maiores detalhamentos sobre as deduções, ficava claro que as outras alternativas estão incorretas.	INDEFERIDO
13576	WILLIAM PAULO DE FARIAS	Seguem as considerações feitas pela banca acerca do pedido de recurso de nº 2284: Note que o gabarito oficial adotado pela Banca Examinadora é a letra E, e não a letra A, como apontado acima. Sobre a proposição I- A elevação de preços de uma economia é um fenômeno macroeconômico e é medido pela taxa de inflação, são apontadas as seguintes considerações: 1. De fato, existem elevações de preços que não são categorizadas como inflação stricto sensu. Tais elevações de preços podem ser provenientes de choques de custos ou ligados à questões de infraestrutura, desastres naturais, restrições ao crédito, descompasso entre oferta e demanda, bem como à respostas da autoridade monetária a choques de custos exógenos, etc. Todavia, a questão não nega tal linha de raciocínio, limitando-se a ver se o candidato tem ciência que a elevação dos preços pode ser medida pela taxa de inflação. 2. Veja que em "se utilizarmos a lógica de que o índice inflacionário é composto de elevações e reduções de preços, e que quando ocorre uma ou outra variação, seja positiva ou negativa, será medida pela inflação neste sentido por não afirmar de forma categórica que apenas as elevações de preço compõem o índice de inflação" há um distanciamento do significado da proposição "I". Nesta, não se trata de restringir o significado da inflação, mas a de relacioná-lo a elevação de preços de uma economia. Note que um pode ocorrer sem a implicação do outro, visto que não se define em nenhum momento a raiz do fenômeno inflacionário, limitando-se à explicitar que uma elevação de preços pode ser - e de fato é - medida pela taxa de inflação. Esta taxa, por sua vez, possui diversas metodologias de cálculo, vide os índices do IPCA, INPC, IGP, etc. Em face do acima exposto, a banca decidiu por indeferir o pedido de anulação da questão de nº 32 da prova de Auditor Interno.	INDEFERIDO
15484	WILLIAM GUILHERME SANDRI JUNIOR LOPES	As razões recursais relacionadas à questão n. 32 não possuem consistência porque a alternativa "E" sugere que a suprallegalidade corresponde às normas de tratado internacional sobre direitos humanos internalizados por meio de decreto legislativo e decreto presidencial. Nesse aspecto, impende salientar que os decretos legislativos, em sua formação ordinária, submetem-se à aprovação por maior simples (art. 47 da Constituição Federal), razão pela qual o tratado internacional assim aprovado, depois de devidamente ratificado por decreto presidencial (art. 84, inciso VIII, da Constituição), será tido como norma suprallegal, segundo definido pelo STF. Ao contrário, quando o decreto legislativo for submetido ao rito e quórum de votação diferenciados previstos no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, conferirá status de norma constitucional ao tratado internacional. Como não se fez referência na alternativa "E" ao respectivo rito e quórum qualificados, entende-se que a formação do decreto legislativo ocorre por maioria simples, propiciando ao tratado internacional natureza de norma suprallegal. Nesse sentido, o STF, por meio do RE 466.343, fixou entendimento de que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, se não incorporados segundo o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terão hierarquia de normas suprallegais, portando efeito paralisante das normas infraconstitucionais em sentido contrário.	IMPROCEDENTE
19021	YASMIN VENTURI CANI	Doença de Newcastle é zoonose. Questão anulada.	DEFERIDO